

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**UMA ANÁLISE PARALELA DO AMPARO PARAGUAIO E DO  
MANDADO DE SEGURANÇA.**

**CURITIBA.**

**2006**

**MERLY LYSSETT KRAUSS A.**

**UMA ANÁLISE PARALELA DO AMPARO PARAGUAIO E DO  
MANDADO DE SEGURANÇA.**

Monografia apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de Bacharel  
em Direito, Curso de Graduação em  
Direito, Setor de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Cássia  
Costaldello.

**CURITIBA.**

**2006**

Agradeço a Deus pelas bênçãos e provações, a mi mamá Elena e mi papá Will, por tudo infinitamente, sempre presentes ainda na distância, a mis hermanitos, Thomas, Willy e Rommy, minha família, sem palavras para expressar a minha gratidão; a meus amigos, pelo apoio e força incondicionais, Carol, Haicha, Baiano, Anne, Lílian e Ignez, pelo dia a dia, todos os dias, eternamente grata; à Prof.<sup>a</sup> Ângela Costaldello, por acreditar em mim e pela compreensão, minha imensa gratidão; ao Prof. Manoel Caetano pela ajuda desinteressada desde o primórdio das pesquisas, muito obrigada, à Prof.<sup>a</sup> Gilda Muniz pelo carinho, ensino e amizade, muito agradecida; ao Dr. César Guimarães Pereira, por ser o melhor chefe do mundo, obrigada; ao Sr. Eduardo Kamoi, pelos ensinamentos, apoio e amizade incondicionados, sinceramente muito obrigada; e a aquele que guardo no peito, no silêncio, por ajudar em uns momentos e não atrapalhar em outros, pelos sentimentos, obrigada; a todos e cada um, pelos risos e choros, sol, chuvas e trovões, meu carinho e gratidão por sempre...

## INDICE.

Ps.

INTRODUÇÃO.	01
-------------	----

### **CAPÍTULO I.HISTORICO DO AMPARO PARAGUAIO E DO MANDADO DE SEGURANÇA.**

1. ANTECEDENTES COMUNS NO DIREITO COMPARADO.	04
2. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO AMPARO PARAGUAIO.	06
3. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.	09

### **CAPÍTULO II.DIREITO COMPARADO: OS REMEDIOS QUE FAZEM AS VEZES DO AMPARO E DO MANDADO DE SEGURANÇA EM AMÉRICA.**

16	
1. AMERICA DO NORTE.	16
2. AMERICA DO SUL.	19
3. AMERICA CENTRAL E INSULAR.	24

### **CAPÍTULO III.ANALISE PARALELA DO AMPARO PARAGUAIO E DO MANDADO DE SEGURANÇA.**

28	
1. ETIMOLOGIA E CONCEITO.	28
2. NATUREZA JURÍDICA.	31
3. CARACTERÍSTICAS.	35
3.1.Caráter Excepcional ou residual.	35
3.2.Caráter Autônomo e Formal.	37
3.3.Procedimento Sumário.	38
4. O DIREITO PROTEGIDO.	39
5. CABIMENTO.	42
5.1.Procedência do Amparo em virtude do Art. 134, CN e do Art. 565, CPC.	

\_\_\_\_\_42

5.2.Procedência do Mandado de Segurança em virtude do Art. 5º, inc. LXIX,  
CF e do Art. 5º da Lei 1533/51.  
53

6. O RESULTADO.\_\_\_\_\_66

6.1.A Liminar ou medida de urgência.\_\_\_\_\_66

6.2.A Sentença e seus efeitos.\_\_\_\_\_68

6.3.Recursos.\_\_\_\_\_70

**CONCLUSÃO.**\_\_\_\_\_72

**ANEXO Nº. 1.**\_\_\_\_\_75

**ANEXO Nº. 2.**\_\_\_\_\_77

**ANEXO Nº. 3.**\_\_\_\_\_82

**BIBLIOGRAFIA.**\_\_\_\_\_91

## **O ATO COATOR OU LESIVO EM UMA ANALISE PARALELA DO AMPARO PARAGUAIO E DO MANDADO DE SEGURANÇA.**

### **INTRODUÇÃO.**

O Amparo e o Mandado de Segurança, em traços gerais, são considerados garantias constitucionais e ações constitucionais e civis, de rito sumário para a tutela de determinados direitos individuais e coletivos, consagrados nos seus ordenamentos jurídicos, diante de abusos ou desmandos de autoridades, e no caso do Amparo também de particulares. São colocados no alvo do presente trabalho em virtude da sua notória importância e devido também à evidente necessidade de interação dos estudos doutrinários em países imediatamente vizinhos como o são o Paraguai e o Brasil, unidos não só por acidentes geográficos, antropológicos e sociais, mas também por inúmeros tratados e laços integracionistas que demandam o urgente conhecimento recíproco dos limites e alcances dos estatutos que regem no bojo de suas fronteiras.

Esta necessidade é, como dito, evidente, posto que a partir de inúmeras obras consultadas constatou-se a impossibilidade de análise comparativa propriamente, do Amparo e do Mandado de Segurança, devido a que os elementos analisados pelas doutrinas dos países berços dos institutos não colocam os mesmos focos de controvérsia. (v.g. o elemento direito protegido analisado pela doutrina de um país coloca como foco de controvérsia a discussão sobre o conceito de “direito líquido e certo”, não existente no outro, onde o foco de controvérsia é a delimitação da frase “direitos consagrados na constituição e nas leis”).

Outra circunstância a ser destacada é a inexistência de obras comparativas dos institutos, fora estudos que fazem paralelos de direito comparado, a exemplo: OTHON SIDOU, que estudou, na década de sessenta, as ações constitucionais para defesa dos direitos dos indivíduos em diversos países do mundo, JEZIEL CRUZ JR, que possui um artigo sobre o Amparo nos países americanos que o prevêm e ENRIQUE SOSA, que faz uma miscelânea dos remédios de proteção dos direitos fundamentais, tratando o Amparo e o Mandado de Segurança como se

fossem o mesmo instituto, completando com um o estudo do outro, dentre outros nos mesmos contornos. Deve esclarecer-se que ditas obras não fazem estudos comparativos propriamente, mas analisam os institutos enquadrados nos delineamentos doutrinários dominantes em cada país, coadunados das discussões originadas em virtude das peculiaridades dos diversos dispositivos constitucionais ou legais que regulamentam o assunto em seus devidos ordenamentos jurídicos.

Também deve fazer-se finca-pé ao fato de que os trabalhos de conclusão de curso de graduação não tem o intuito de criação científica, mas simplesmente de colheita e análise de temas existentes, sem a pretensão de esgotamento do tema.

É em virtude de todo o acima citado, e das limitações da espécie científica, que não se pretende, nem se ousa formular uma tese sobre critérios comuns de comparação para análise conjugada dos temas em estudo, mas somente, tentar-se-á estabelecer um estudo medianamente paralelo no que permitirem os critérios analíticos das doutrinas de um país e outro, de forma a não misturar os entendimentos.

Com fulcro nessas circunstancias desenvolve-se o presente trabalho traçando o estudo a partir do Capítulo I, que contem uma vista panorâmica das origens comuns do Amparo e do Mandado de Segurança e do surgimento de cada um no seu próprio ordenamento jurídico. Na seqüência, faz-se no Capítulo II, uma coletânea dos delineamentos gerais dos institutos que fazem as vezes do Amparo e do Mandado de Segurança nos países da América, logo remonta-se o leitor à análise paralela do conteúdo dos institutos propriamente, passando-se primeiramente pela nomenclatura e conceituação deles, ademais pelas características principais, não sem antes mostrar resumidamente a discussão sobre suas naturezas jurídicas, e posteriormente colocando em tela o cabimento e descabimento de cada um em função do conteúdo dos dispositivos constitucionais e legais que os conceituam, para finalizar, fechando o último capítulo com as vestes dos resultados destes remédios constitucionais.

Deve mencionar-se também que o inteiro teor do estudo encontra-se respaldado por anexos com os dispositivos estrangeiros utilizados, disponibilizados em língua original, com a indicação de fontes úteis ao leitor,

para casos em que mediar interesse de aprofundamento. Este acompanhamento fundamenta-se também na tentativa de facilitar a organização e compreensão dos materiais em consequência da mistura das línguas envolvidas na pesquisa.

Apresenta-se o seguinte trabalho não sem antes lembrar que não há elevador na busca do conhecimento, devemos tomar as escadas, as portas estão abertas, andemos...



## CAPÍTULO I. HISTÓRICO DO AMPARO PARAGUAIO E DO MANDADO DE SEGURANÇA.

### 1. ANTECEDENTES COMUNS NO DIREITO COMPARADO.

Inúmeros autores apontam a que os remédios de proteção dos direitos e garantias do indivíduo, (dentre estes os institutos em estudo), nascem da necessidade de limitação do “poder” na defesa do indivíduo em face deste, e ligam-se filosoficamente à idéia de liberdade contra o Estado, tido como detentor do Poder Público<sup>1</sup>. Dito processo emancipatório é conhecido de longa data, assim sendo, tem-se notícia já no Direito Romano de um tipo de proteção dos direitos individuais de forma não aperfeiçoada, mas com alguns caracteres dos atuais remédios de proteção, os interditos, e mais especificamente o “*Homine Liberum Exhibendo*”, que segundo Enrique Sosa era utilizado para defender a homens livres de ilegalidades dos particulares, exigindo que seja exibido “*in iure*” ao Pretor o homem livre detido com “*dolo malo*”, possibilitando a “*vindicatio*” em “*libertatem*”; a medida era de caráter público, justificada pela manutenção da ordem pública. Existiam também meios de tutela complementares, para situações não abrangidas pelo “*ius civile*”, nas quais o Pretor estava autorizado por “*imperium*” a preencher as lacunas do direito, assegurando interesses desprovidos de ação.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> “Sempre foram os desmandos da administração pública os que exigiam mais premente remédio para evitá-los, contorná-los ou superá-los (...) Os ‘writs’ e ‘mandamus’ do direito anglo-americano, em que se inspirou (o remédio de proteção), surgiram e prosperaram para suplantar a prepotência dos detentores do poder”. In: PACHECO, José Da Silva. *O mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. p. 84, idem 83 e 87. No mesmo sentido: BARBI, Celso Agrícola. *Mandado de Segurança. Fundamentos Históricos e Constitucionais*. Em: Cinquenta Anos de Mandado de Segurança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 72; BASTOS, Celso Ribeiro. *Do mandado de segurança*. São Paulo: Saraiva, 1978. p. 1 e 2; FLAKS, Milton. *Mandado de segurança: Pressupostos da impetração*. Rio de Janeiro: Forense, 1980. p. 1; GOMEZ, Mariano. *El Justicia Mayor de Aragón y los sistemas modernos de amparo judicial*. In: SOSA, Enrique A. “*La Acción de Amparo. Derecho Paraguayo y Comparado*”, Asunción: Editorial La Ley, 1988. p. 7.; PINTO, Teresa Celina de Arruda Alvim. *Medida Cautela, Mandado de Segurança e Ato Judicial*. São Paulo: Malheiros Editores, 1992. p. 9 e 10; dentre outros.

<sup>2</sup> SOSA, E. A., op. cit., p. 7. e TALAMINI, Eduardo. *As Origens do Mandado de Segurança na Tradição Processual Luso-brasileira*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 287 a 316, p. 288 e 302.

Os remédios de proteção atingem grande desenvolvimento nos “*procesos forales aragoneses*” de: apreensão, inventário, *firma* e manifestação, da mão da magistratura do “*Justiça de Aragon*”, constituindo-se em verdadeiros meios de proteção dos direitos individuais, sendo anterior ao “*hábeas corpus*” inglês, pois, aperfeiçoados já nos séculos XIV e XV. É prudente destacar o “*fuero de firma*” e o “*fuero de manifestação*”, o primeiro constitui-se na inibição de juizes e particulares mediante a “*firma*” (assinatura) da “*Corte Del Justicia de Aragón*”, a fim de que não seja tomada prenda, turbada ou vexada a posse de direito, concreta ou temida; a segunda consistia no afastamento da autoridade ou particular da ação autoritária ou tirana contra a pessoa natural ou habitante do reino, injustamente detida, para a espera em segurança do exame do processo; é assim que consagra-se como verdadeira proteção jurisdicional dos direitos.<sup>3</sup>

Posteriormente, como confirmação da Carta Magna de 1215 que vedava a prisão arbitrária e submetia o Rei às formas da justiça, surge o “*Hábeas Corpus Act*” inglês (1679), remédio jurisdicional para salvaguarda da liberdade pessoal, com origem na “*Petition of Rights*” (1628), garantia contra abusos por parte do Rei, estabelecendo a proibição de detenção e julgamento por tribunais ilegais, e fora do reino, e a vedação da volta à prisão pelo mesmo delito, salvo ordem judicial; dentre outras garantias que constituem o embrião do principio da legalidade.<sup>4</sup> Em 1816 com um novo “*Hábeas Corpus Act*” evolui o instituto estendendo seu cabimento contra atos ofensivos provenientes de particulares. Em decorrência do uso dos institutos ingleses nas suas colônias, ao tempo da independência, estes se introduziram e consagraram nos Estados Unidos, que tentaram por meio delas tornar das liberdades públicas meios eficazes para a tutela dos direitos, reconhecem-se para tal feito os chamados “*writs*”, de origem inglesa e inegável inspiração nos “*interdicta*” do direito romano clássico, tem o escopo da proteção de direitos lesados, para os quais não haja na lei outros meios mais adequados à sua reparação; são mais amplos que o Mandado

---

<sup>3</sup> Ver: PODETTI, Amélia Lezcano de. *Justicia Mayor*. Enciclopédia Jurídica Omeba e QUINTANA, Linares. *Tratado de la Ciencia del Derecho Constitucional Argentino e Comparado*. In: SOSA, E. A., Op. cit., p. 8 e 9. e CRUZ Jr., Jeziel Rodrigues. *O Amparo Hispano-Americano: uma Analise Histórico-Comparada*. Em: Revista de Processo. Ano 31, nº. 133, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, março de 2006. P. 49 a 61., p. 50 e 51.

<sup>4</sup> Cf. BASTOS, C. R., Op. cit., p. 2 e 3.; CRUZ Jr., Op. cit., p. 51; e SOSA, idem., p. 10.

de Segurança, pois não se opõem só a atos do Poder Público, mas também de particulares, extensão que caracteriza o Amparo.<sup>5</sup>

É de destacar-se no plano ideológico a importância da Revolução Francesa (1789-1799) e das declarações internacionais de direitos do homem como alavanca do reconhecimento das liberdades públicas em detrimento do arbítrio de todas as épocas, ainda que o Direito europeu não tenha conferido um remédio eficaz contra os abusos.

O primeiro esboço de procedimento eficaz de um remédio de proteção é encontrado no México no Projeto de Constituição para o *Estado de Yucatán*, estabelecendo o Amparo como potestade do judiciário de proteção ao indivíduo contra qualquer violação decorrente dos demais Poderes, na Ata de Reforma da Constituição em 1847 estabelecem-se proteções no caso concreto aos direitos constitucionais e leis dos indivíduos em fase de ataques de qualquer autoridade. Assim é que a Constituição de 1857 consagra direitos individuais e concede o Amparo para defesa das garantias individuais, da soberania e as esferas de atuação das autoridades num controle estritamente judicial; a Constituição de 1917 inovou com a concessão de amparo pela “invasão de soberanias”, o amparo mexicano pode ser considerado um dos institutos que originou a melhor e mais efetiva proteção dos direitos do homem.<sup>6</sup>

## 2. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO AMPARO PARAGUAIO.

O Amparo paraguaio tem como antecedente imediato o Amparo da República Argentina, que se inicia na proteção da liberdade física contra as detenções arbitrárias pelo “hábeas corpus” na reforma constitucional Argentina do ano 1949. A Corte Suprema defendia a postura de que a jurisdição dos Tribunais provém exclusivamente das leis ordinárias, deste modo os juizes careciam da possibilidade de defesa dos demais direitos em virtude da falta de leis que os amparassem, “porque o ‘hábeas corpus’ não é o ‘recurso de amparo’ das garantias constitucionais”, não entanto, é

---

<sup>5</sup> PACHECO, José Da Silva., Op. cit., p. 90 e 91. ; TALAMINI, E., Op. cit., p. 301 e ss. e FAYT, Carlos S. *Los Derechos del Hombre y sus Garantías Constitucionales*. e GARCIA-PELAYO, Manuel. *Derecho Constitucional Comparado*. In: SOSA, E. A., Op. cit., p. 10.

<sup>6</sup> Cf. BIELSA, Rafael. *El Recurso de Amparo*. e FIX-SAMUDIO, Hector. *El Juicio de Amparo Mexicano: Su Proyección em Latinoamérica y em los Instrumentos Internacionales*. in: SOSA, E. A., Op. cit., p. 11 e 12.

defendida a tese de proteção a todos os direitos constitucionais por meio do “*hábeas corpus*” pelo Ministro Casares no “*caso Jose San Miguel*”. Em vistas da abundante jurisprudência estabeleceram-se nas províncias remédios rápidos e eficazes para proteção dos direitos constitucionais, a exemplo disso, a Constituição da *Província de Santa Fé* de 1921 dispõe uma ação sumária para cessação de atos administrativos impeditivos de exercício de direitos constitucionais, similares remédios são estabelecidos pelas Constituições de *Entre Rios* de 1933 e *Santiago Del Estero* de 1939, em consequência sente-se a necessidade deste remédio de proteção, fato que se reflete em trabalhos doutrinários e congressos, tais como a Quinta Conferência de Advogados de Santa Fé em 1940.

Estes acontecimentos redundaram na proposta de criação da “*ação de amparo*” para proteção dos direitos individuais contra ataques de autoridades e particulares na Convenção Constituinte de *Santa Fé* em 1957, que finda não foi sancionada. A finais desse ano a Corte Suprema Argentina quebra com o critério tradicional na resolução do “*Caso Angel Siri*”<sup>7</sup>, estabelecendo que basta a comprovação imediata de que uma garantia encontra-se evidentemente restrita sem ordem de autoridade competente e sem causa, não sendo necessária uma lei que regulamente o restabelecimento pelos juizes da tal garantia, pela simples consagração constitucional desta. No ano seguinte, no “*Caso Samuel Kot*” este entendimento é reiterado esclarecendo-se que o amparo protege também contra particulares, mas em todos os casos numa rigorosa via excepcional.<sup>8</sup>

O Amparo é estatuído na ordem federal Argentina em 1966 pela Lei 16.986, que restringe a sua aplicação, omitindo-se sobre a defesa dos direitos contra atos de particulares, posteriormente surgem outras leis que completam o instituto, tais como: o Código Processual Civil e Comercial da Nação (amparo contra atos de particulares), a Lei 19.549 (amparo por mora da administração), o Código Eleitoral, e a Lei 23.551 (amparo trabalhista e

---

<sup>7</sup> A sentença destacou que: “as garantias individuais existem e protegem os indivíduos pelo só fato de estarem consagrados pela constituição e independentemente das leis regulamentares”. BAZAN, Francisco. *La Acción de Amparo*. RDyJ, 2ª ed., Hernandarias: Makrografic, 2000. p. 3 e 4; e SOSA, E. A., Op. cit., p. 17.

<sup>8</sup> Cf. KAZMIERSKI, Cleide. Mandado de Segurança: o devir. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Luiz G. Marinoni, 2003. p. 67 e ss; LAZZARINI, José Luis. *El Juicio de Amparo*.; ORGAZ, Alfredo. *EL Recurso de Amparo*. e QUINTANA, L., Op. cit. In: SOSA, E. A., Op. cit., p. 16 e ss; e BAZAN, F., Op. cit., p. 3 e ss.

sindical). O instituto toma força constitucional com a Reforma de 1994 que modifica a Constituição Argentina de 1853 e resolve as dúvidas a respeito do cabimento que a Lei 16.986 trouxe.<sup>9</sup>

No Paraguai a história da proteção dos direitos individuais inicia-se na época colonial, onde se constata já certas disposições referentes à liberdade física, mas com pouca aplicação prática. O descaso às garantias individuais foi marcante na época da Ditadura do Dr. Francia e durante a vigência da Constituição de 1844; em 1870 a Carta Magna, sem expresse remédio assecuratório estabelece os pressupostos legais e de comunicação do arresto e os seus limites espaciais e temporais, implicitamente consagrando o *hábeas corpus*, lacuna que foi sanada pelo Código de Procedimentos Penais de 1890 que regulamentou esse instituto, elevado somente à hierarquia constitucional em 1940.

No anteprojeto de Código Processual Penal o jurista Victor Riquelme previu um remédio de proteção eficaz para salvaguarda dos demais direitos, a modo de recurso de amparo. Pela inexistência de norma legal que a previsse a Corte Suprema de Justiça negava dito remédio justificando a postura na defesa da divisão e independência dos poderes do Estado, sustentando que na deficiência dos procedimentos cíveis, penais e administrativos o judiciário não podia usurpar os ofícios do legislativo.<sup>10</sup>

Na Convenção Nacional Constituinte, que deu origem à Constituição

---

<sup>9</sup> CONSTITUIÇÃO ARGENTINA de 1853, Art. 43. "Toda pessoa pode interpor ação expedita e rápida de amparo, desde que não exista outro meio judicial mais idôneo, contra todo ato ou omissão de autoridades públicas ou de particulares, que em forma atual ou iminente lesione, restrinja, altere ou ameace, com arbitrariedade ou ilegalidade manifesta, direitos e garantias reconhecidos por esta Constituição, um tratado ou uma lei. No caso, o juiz poderá declarar a inconstitucionalidade da norma em que se funde o ato ou omissão lesiva. Poderão interpor esta ação contra qualquer forma de discriminação e no relativo aos direitos que protegem ao ambiente, à competência, ao usuário e ao consumidor, assim como aos direitos de incidência coletiva em geral, o afetado, o defensor do povo e as associações que propendam a esses fins, registradas conforme à lei, que determinará os quesitos y formas de sua organização. Toda pessoa poderá interpor esta ação para tomar conhecimento dos dados a ela referidos e de sua finalidade, que constem em registros ou bancos de dados públicos, ou os privados destinados a prover informes, e no caso de falsidade ou discriminação, para exigir a supressão, retificação, confidencialidade ou atualização de aqueles. Não poderá afetar-se o segredo das fontes de informação jornalísticas. Quando o direito lesado, restringido, alterado ou ameaçado fora a liberdade física, ou no caso de agravamento ilegítimo na forma ou condições de detenção, ou no de desaparecimento forçada de pessoas, a ação de *hábeas corpus* poderá ser interposta pelo afetado ou por qualquer um no seu favor o juiz resolverá de imediato, ainda durante a vigência do estado de sítio". LEY 16.986, Acción de Amparo. En Boletín Oficial, 1966. Disponível em: [www.portaldeabogados.com.ar/codigos/leyamparo.htm](http://www.portaldeabogados.com.ar/codigos/leyamparo.htm). Acesso em: 08/10/05. Ver inteiro teor do artigo em língua original, anexo nº. 3.

<sup>10</sup> Ver conteúdo do A. I. nº 719 de 26/X/ 65. in: SOSA, E. A., Op. cit., p. 20 e 21.

de 1967<sup>11</sup>, foram apresentados quatro projetos dos partidos políticos intervenientes, todos prevendo o Amparo judicial, esta contagiosidade legislativa foi consequência do anteprojeto do Doutor Riquelme e da consagração do instituto em diversos países latino-americanos tais como México, Brasil e Argentina.<sup>12</sup> O procedimento do Amparo foi regulamentado pela Lei 340/1972. Para a Constituição de 1992 foram apresentados 15 projetos, sete dos quais previram o Amparo, o texto promulgado é aquele que se encontra hoje em vigor.<sup>13</sup> O procedimento atual estabelecido para o instituto encontra-se previsto no próprio Código Processual Civil do ano 1988, <sup>14</sup> foram introduzidas modificações pela Lei 600/95 e pela Lei 635/95 da Justiça Eleitoral, regulamentando o Amparo em matéria eleitoral.<sup>15</sup>

### 3. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.

É possível afirmar que a experiência mexicana na tutela dos direitos do homem serviu para a construção do Mandado de Segurança. Parte da doutrina já postulava a criação de ação similar ao “*juicio de amparo*” mexicano. No Congresso Jurídico de 1922 viu-se a necessidade de um instituto semelhante com rito mais sumário que compreenda tanto a agressão ao direito pela autoridade pública como pelo particular.

---

<sup>11</sup> O texto promulgado estabelece: Artículo 77. “Toda pessoa que por um ato ou omissão ilegítimo, de autoridade ou de um particular, creia-se lesada ou em perigo iminente de sê-lo, de maneira grave, num direito ou garantia que consagre esta Constituição, ou a lei, e que pela urgência do caso não puder remediar-se por a via ordinária, poderá recorrer diante de qualquer Juiz de Primeira Instância a reclamar amparo. O procedimento será breve, sumário, gratuito, e de ação pública, e o Juiz terá faculdade para salvaguardar o direito ou garantia, ou para restabelecer imediatamente a situação jurídica infringida. A lei regulamentará o procedimento”. (texto íntegro em língua original em anexo nº. 1)

<sup>12</sup> Ver: SOSA, E. A., Op. cit., p. 21 e ss.

<sup>13</sup> O texto constitucional reza: Artículo 134. DO AMPARO. “Toda pessoa que por um ato ou omissão, manifestamente ilegítimo, de uma autoridade ou de um particular, considere-se lesada gravemente, ou em perigo iminente de sê-lo em direitos ou garantias consagradas nesta Constituição ou na lei, e que devido à urgência do caso não puder remediar-se pela via ordinária, pode promover amparo perante o magistrado competente. O procedimento será breve, sumário, gratuito, e de ação popular para os casos previstos na lei. O magistrado terá faculdade para salvaguardar o direito ou garantia, ou para restabelecer imediatamente a situação jurídica infringida. Tratando-se de uma questão eleitoral, ou relativa a organizações políticas, será competente a justiça eleitoral. O Amparo não poderá promover-se na tramitação de causas judiciais, nem contra atos de órgãos judiciais, nem no processo de formação, sanção e promulgação das leis. A lei regulamentará o respectivo procedimento. As sentenças recaídas no Amparo não causarão estado”. (texto original em anexo nº 1)

<sup>14</sup> Título II - Do Juízo de Amparo (desde o Art. 565 ao 588), artigos tratados nas particularidades do correr do texto. (inteiro teor dos art. em língua original, anexo nº. 1)

<sup>15</sup> Ver. SOSA, E. A., Op. cit., p. 27 e 28.

Esta tutela é também tributária do Direito Português, onde existia a chamada “*apelação extrajudicial*”, considerada fonte histórica do “*mandamus*” pela semelhança com seu conteúdo, porém através de meio jurídico recursal, surgiu nas Ordenações Afonsinas, na esteira do Direito Romano, que admitia apelação contra a nomeação injusta “*ad numeram publicam*”, e do Direito Canônico. As Ordenações Manuelinas e Filipinas contêm disposições que retornam ao assunto no mesmo tom.<sup>16</sup>

Segundo CELSO BARBI no Império não havia problemas agudos em relação à defesa dos direitos, devido talvez, à pouca existência deles ou ao encontro da solução no campo administrativo, destaca ainda, a insuficiência dos remédios processuais para a satisfação das relações de direito dos cidadãos a finais do século retrasado, sustentando que “a reparação não vinha em forma específica”, (...), mas “no máximo, conseguia uma reparação pecuniária”.<sup>17</sup>

Além das fontes históricas no Direito Comparado salienta-se o esforço feito pela doutrina para criar no ordenamento jurídico brasileiro um meio de proteção jurisdicional dos direitos contra o arbítrio do Estado. Ao se tratar do histórico de institutos jurídicos no Brasil costuma-se descrever o processo de internalização de princípios criados e aperfeiçoados em outros ordenamentos. Não sendo diferente com o Mandado de Segurança, que nasceu num contexto político, social e jurídico alheio ao do Brasil; constituindo-se em criação jurídica brasileira, inspirada pelos remédios do Direito Comparado, mas resultante do esforço da doutrina e do legislador, em atenção às necessidades da realidade brasileira.

Nesta seara criaram-se diversas teses no intuito de sanar as lacunas da defesa dos direitos, já que o procedimento ordinário era moroso e não garantia a satisfação do interesse pretendido, surge assim a tese da posse dos direitos pessoais, identificando nos interditos possessórios instrumentos hábeis para a proteção dos direitos individuais contra os atos ilegais dos Poderes Públicos, mediante a ação possessória, com execução específica; foi defendida por Rui Barbosa, Edmundo Lins e outros e criticada por Ribas, Lafayete e Clovis Beviláqua, influenciando nos tribunais para a sua negação.

---

<sup>16</sup> Cf. PINTO, T. A. A., Op. cit., p. 15 e TALAMINI, E., Op. cit., p. 292 e ss.

<sup>17</sup> BARBI, Celso Agrícola., Op. cit., p. 73.

Foi criada então, na Lei nº. 221 de 1894 uma ação anulatória de atos administrativos (ação sumaria especial), que previa a suspensão liminar dos atos de autoridades administrativas federais (estendida às demais autoridades por Decreto nº. 1939 de 1908) por sentença judicial, quando estes atos forem praticados com abuso de poder ou desconformidade da lei e produzirem lesão de direito individual; a autoridade era representada pelo Ministério Público e o ato era anulado se isso não obstasse à ordem publica, o juiz devia limitar-se às razões jurídicas não podendo apreciar o merecimento administrativo, o procedimento não era célere e não produziu efeito satisfatório.

Outro esforço resultou na tese do alargamento do “*habeas corpus*” para proteção dos direitos individuais, formula genérica que desvirtuou o seu objeto e desnaturou a sua finalidade, de certo modo permitida pela amplitude da redação constitucional que a previa, sem nenhuma restrição à liberdade de locomoção,<sup>18</sup> levantaram-se assim três correntes interpretativas segundo Pontes de Miranda. A primeira, conhecida como “*teoria brasileira do habeas corpus*”, defendida por Rui Barbosa, considerava que a garantia poderia ser utilizada na defesa de qualquer direito, a corrente intermediária, sustentada por membros do Supremo Tribunal Federal, defendia que a proteção era dirigida à liberdade de locomoção e a toda situação em que sua ofensa gerasse lesão a outro direito, não se limitando ao controle dos atos públicos; a terceira corrente é aquela que defendia o instituto na suas vestes originais, que foi a que findou, levando água abaixo a jurisprudência quase firme da corrente anterior com a reforma constitucional de 1926 que restringiu explicitamente a abrangência do instituto à proteção da liberdade de locomoção propriamente dita.<sup>19</sup>

Na tentativa de amparar o indivíduo contra as arbitrariedades do Estado os juristas da época se dedicaram à criação de uma medida judicial eficaz e de rito sumário, elaborando inúmeros projetos, o primeiro do qual se

---

<sup>18</sup> Art. 72, § 22: “Dar-se-á *habeas corpus* sempre que o individuo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder”.

<sup>19</sup> A crônica das três teses elaboradas no intuito de encontrar um mecanismo eficaz de proteção dos direitos individuais foi elaborada a partir das seguintes obras: BARBI, C. A., Op. cit., p 74 e ss; BASTOS, C. R., Op. cit., p. 2 e 3; FLAKS, Milton., Op. cit., p. 6 e ss; PACHECO, J. S., Op. cit., p. 98 e ss; MACIEL, Adhemar Ferreira. *Observações sobre autoridade coatora no Mandado de Segurança*. Em: Mandados de Segurança e Injunção. Sálvio Figueiredo Teixeira (coord.). São Paulo: Saraiva, 1990., p. 169 e ss; PINTO, Teresa Celina de Arruda Alvim., Op. cit., p. 16 e ss; e TALAMINI, E., Op. cit., p. 306 e ss.



tem notícia é o da “*ação especial*” de Alberto Torres em 1914, no seu projeto de reforma constitucional, incluindo-o com o nome de “*mandado de garantia*” entre as garantias constitucionais. Todavia, fica o registro das importantes teses que defenderam Edmundo Muniz Barreto, no Congresso Jurídico de 1922; Artur Bernardes na mensagem de 1924 ao Congresso, seguido por Herculano Freitas; os parlamentares Gudesteu Pires com seu projeto de “*mandado de proteção e de restauração de direitos*” em 1927, Afrânio de Mello Franco com o “*mandado de reintegração manutenção ou proibitório*”, Matos Peixoto com a “*manutenção de rito especial*” em 1927, Odilon Braga com seu projeto de “*ordem de garantia*”, Bernardes Sobrinho, Clodomir Cardoso e Sérgio Loreto, dentre outros, todos com Projetos apresentados à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em diversas épocas.<sup>20</sup>

As discussões dissiparam-se pela Revolução de 1930, os trabalhos legislativos retornaram em 1934, quando voltou o assunto a ser debatido. A Comissão responsável pela elaboração do Anteprojeto Constitucional foi presidida pelo Min. Afrânio De Melo Franco. O relator da parte atinente ao “*Mandado de Segurança*” foi O Sr. João Mangabeira. Esta redação originária sofreu a emenda parcial que lhe opôs Temístocles Brandão Cavalcanti, que era, segundo reconheceu o próprio relator, mais sintética. Porém, restou prevalecendo o chamado Projeto Mangabeira, que constituiu o Mandado de Segurança no art. 102, §21, do Anteprojeto enviado à Assembléia Nacional, tendo esta aprovado o texto, conseqüentemente constante na Constituição de 16 de julho de 1934, em seu art. 113, nº 33,<sup>21</sup> o instituto nasceu auto-executável (segundo ALFREDO BUZAID), pois dotado do rito do “*habeas corpus*”; para CELSO BARBI foi um grave erro técnico, mas um grande acerto político do legislador; no entanto o instituto foi recebido com reservas pelos tribunais e somente em casos em que o direito reclamado fosse verdadeiramente claro e transparente, suficiente para que o ato possa ser impugnado como “manifestamente inconstitucional ou ilegal”, isto é, qualquer

---

<sup>20</sup> Cf. BARBI, Celso Agrícola., Op. cit., p. 76; FLAKS, Milton., Op. cit., p. 8 e ss; e PACHECO, José Da Silva., Op. cit., p. 100 e ss.

<sup>21</sup> “Dar-se-á mandado de segurança para a defesa de direito certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade. O processo será o mesmo do habeas corpus, devendo ser sempre ouvida a pessoa de direito público interessada. O mandado não prejudica as ações petições competentes”.

dificuldade interpretativa ou discrepância doutrinária era suficiente para obstar o cabimento do remédio, desvirtuando assim o próprio intuito do chamado à tutela jurisdicional para solução de controvérsias nas relações jurídicas.<sup>22</sup>

Após o surgimento do instituto em 1934, editou-se a Lei nº 191, de 1936, para especificar a regulamentação com vestes de lei ordinária, mantendo o caráter sumário, mandamental e de produção de tutela específica, retirando unicamente da incidência do instituto as questões fiscais. Após a revolução é criada a Carta Constitucional de 1937 que excluiu do seu bojo o Mandado de Segurança, retirando dela a qualidade de garantia constitucional. Para escurecer o panorama surge o Decreto-Lei nº 06 de 1937, que restringiu a utilização do mandado quanto à legitimação passiva, art. 16.<sup>23 24</sup>

Nova restrição ao instituto lhe impôs o Decreto-Lei nº 96 de 1937, determinando o seu art. 21 não caber Mandado de Segurança contra atos da Administração do Distrito Federal, hipótese em que seriam admissíveis somente os demais recursos judiciais previstos contra atos da Administração Federal, excluindo o remédio inclusive para impugnar atos do Prefeito, a partir da data da Constituição de 1937.<sup>25</sup> Dada esta situação o Código de Processo Civil de 1939 tratou de atribuir ao Mandado de Segurança nova disciplina, em seus arts. 319 a 331, relacionando-o com os processos especiais, mantida nas linhas da Lei nº. 191, mas com as restrições posteriores.

Com o retorno do regime democrático, a Constituição de 1946 restabeleceu o Mandado de Segurança como garantia constitucional, ampliando o seu alcance, em seu art. 141, par. 24.<sup>26</sup> Inspirada pela Constituição democrática de 1946, a vigente Lei 1.533/51, regulou o Mandado de Segurança, com alterações por força da Lei 2770/56 que:

---

<sup>22</sup> Ver: BARBI, Celso Agrícola. Op. cit., p. 76 e ss; BASTOS, C. R., Op. cit., p. 3 e ss; FLAKS, Milton., Op. cit., p. 8 e ss; PACHECO, José Da Silva., Op. cit., p. 100 e ss. e PINTO, T. A. A., Op. cit., p. 17. e TALAMINI, E., Op. cit., p. 310 e ss.

<sup>23</sup> "Continua em vigor o mandado de segurança, nos termos da Lei n. 191, de 16 de janeiro de 1936, exceto a partir de 10 de novembro de 1937, quanto aos atos do Presidente da República e dos ministros de Estado, Governadores e Interventores".

<sup>24</sup> Idem nota nº. 21, supra.

<sup>25</sup> Cf. FLAKS, Milton., Op. cit., p. 10.

<sup>26</sup> "Para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus, conceder-se-á mandado de segurança, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder".

"suprimiu a concessão de medidas liminares nas ações e procedimentos judiciais de qualquer natureza que visassem à liberação de bens, mercadorias ou coisas de procedência estrangeira", obstaculizando principalmente as importações.

As Leis 4166/62 e 4348/64 estabeleceram normas processuais; a Lei 4862/65 que alterou a legislação do imposto de renda e adotou diversas medidas de ordem fiscal e fazendária, além de fornecer outras providências, a Lei 5021/66 que dispôs sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de Mandado de Segurança, a servidor público, a Lei 6014/73 que modifica a matéria recursal e sujeita a sentença a duplo grau de jurisdição, a Lei 6071/74 que determina a aplicação das normas sobre litisconsórcio do Código de Processo Civil e suprime a remição da Lei 1533 de 1951 a dispositivos revogados, e mais recentemente as Leis 9139/95, Lei 10352/01 e Lei 11187/05,<sup>27</sup> com modificações ao Código de Processo Civil, em matéria recursal, que direta ou indiretamente atingem o instituto.<sup>28</sup>

A Constituição Federal de 1967 previu o instituto no seu art. 150, § 21,<sup>29</sup> e a Emenda Constitucional nº 01 de 1969, no § 21, art. 153, repetiu exatamente esse texto. O vigente Código de Processo Civil, de 1973, não o disciplinou, todavia, a Lei 1.533/51 continua em vigor. É previsto na atual Constituição Federal de 1988,<sup>30</sup> inova ao prever o Mandado de Segurança individual e também o coletivo<sup>31</sup>, conforme preceitua o seu art. 5º, inciso LXX.

<sup>27</sup> Em este particular consultar: FORNACIARI Jr, Clito. *O renascer do Mandado de Segurança contra Ato Jurisdicional*. Em: Novas Reformas do Código de Processo Civil. Revista do Advogado, ano XXVI, nº 85. São Paulo: AASP, maio de 2006, p. 124 a 130.

<sup>28</sup> Sobre as modificações à Lei do Mandado de Segurança e outros dispositivos importantes ao instituto ver: FLAKS, Milton., Op. Cit., p. 13 e ss.

<sup>29</sup> "Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito individual líquido e certo não amparado por hábeas corpus, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder".

<sup>30</sup> "Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por hábeas corpus ou hábeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público" (art. 5º, LXIX, CF de 1988).

<sup>31</sup> "O mandado de segurança pode ser impetrado por: partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros associados" (art. 5º, LXX, CF de 1988).

## CAPÍTULO II. DIREITO COMPARADO: OS REMÉDIOS QUE FAZEM AS VEZES DO AMPARO E DO MANDADO DE SEGURANÇA EM AMÉRICA.

### 1. AMÉRICA DO NORTE.

O Direito anglo-americano possui, para proteção dois direitos individuais, duas vias, as ações cíveis de indenização, quando da violação de direitos por parte de funcionários, não se constituindo em verdadeira proteção, pois visam à reparação pecuniária do dano; e a via extraordinária dos remédios judiciais, para a defesa imediata dos direitos.<sup>32</sup> Nesta seara, segundo diversos autores,<sup>33</sup> existem cinco tipos de “*Writs*”. O “*writ mandamus*” que constitui decisão judicial por meio da qual se impõe a um funcionário público ou semipúblico o cumprimento de um ato de seu ofício, cuja omissão implica em lesão de direito manifesto a uma pessoa física ou jurídica, órgãos administrativos ou tribunais inferiores, em casos de ausência de outro remédio adequado; é respeitada a discricionariedade nos limites legais, as ordens são dirigidas ao funcionário e não ao cargo, permite deferimento liminar e não cabe contra atos do Presidente da República e do Secretário de Estado. O “*writ of injunction*”, de origem inglesa, é remédio conforme equidade que visa proibir ou obrigar um ato particular ou público, cuja prática ou abstenção lesione direitos de particulares ou da Administração Pública, cabe para remediar ou prevenir a lesão; existem várias modalidades, a exemplo: o “*affirmative injunction*”, o “*mandatory injunction*”, o “*interlocutory injunction*”, e o “*prohibitory injunction*”, dentre outros. O “*writ of prohibition*” é mais utilizada para controle de competência nas funções jurisdicionais e dificilmente é dirigida contra a Administração Pública, pois constitui uma ordem emanada de Corte superior dirigida a tribunal ou juiz inferior para que decida dentro de sua jurisdição. O “*writ of certiorari*” é instrumento de harmonização de decisões do Poder Público,

<sup>32</sup> Ver: BARBI, C. Agrícola. Do Mandado de segurança. 2º ed., Rio de Janeiro: Forense, 1966. p. 26 e conforme ele: SOSA, E. A., Op. cit., p. 29.

<sup>33</sup> BARBI, Celso Agrícola. Op. cit., p. 27 e ss; FADEL, Sergio Sahione., Op. cit., p. 17 e ss.; FLAKS, Milton., Op. cit., p. 18 e 19; KAZMIERSKI, Cleide. Mandado de Segurança: o dever. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Luiz Guilherme Marinoni, 2003. p. 45 e 46; OLIVEIRA, Francisco A., Op. cit., p. 18 e ss. e SOSA, E. A., Op. cit., p. 29.

faculta o órgão superior à revisão da legalidade da atuação de autoridades inferiores, para a proteção de interesses legítimos; é principalmente utilizado por autoridades estaduais para controle de atos judiciais e quase-judiciais, como das “*Public Utility Commissions*” e das “*Civil Service Commissions*”. E, por fim, o “*writ quo warranto*” que é remédio de proteção da coletividade, pelo qual se verifica, segundo direito, o título ou exercício de uma função pública; tipicamente é o Ministério Público quem age em nome do Estado para evitar a usurpação de cargos ou privilégios como concessões, licenças ou alvarás de serviços públicos.

Outros autores apontam a diferenças, como OTHON SIDOU,<sup>34</sup> que acrescenta o “*writ of error*”, “espécie de cassação” para “revisão de atos dos Tribunais dos Estados”, eficaz, mas “complicada, lenta e custosa”, para este autor é “típico recurso de inconstitucionalidade extensivo do direito norte-americano”; e NILSON RAMON que unifica o “*writ of injunction*” e o “*prohibition*”, indicando o instituto como “destinado a impedir que a Administração tome alguma iniciativa”, “e cuja ordem exige que a pessoa deixe de desobedecer a lei”.<sup>35</sup>

No México inicialmente eram utilizados o “*hábeas corpus*” para proteção das liberdades pessoais e o “*reclamo*” para proteção da propriedade privada e jurisprudencialmente para tutela das disposições constitucionais contra leis e atos do Poder Público. Quem introduziu o termo “*Amparo*” no direito mexicano foi Manuel Crescencio Rejón no projeto da Constituição do Estado de Yucatán, em 1940.<sup>36</sup> Desde então, tomando rumo próprio, o instituto passa a compreender cinco institutos, contemplados na Constituição de 1917, hoje em vigor. O “*Amparo liberdade*” é paralelo ao “*hábeas corpus*”, estendido à proteção contra atos de autoridade que impliquem perigo de morte, deportação, desterro, tortura e outros; o “*Amparo contra leis*” é o mecanismo de manutenção da supremacia da Constituição diante do sistema jurídico nacional, fundamentado no art. 133 da Constituição, que obriga a adequar as leis à Carta fundamental; o “*Amparo-cassação*” constitui o antigo recurso de cassação, em virtude do

---

<sup>34</sup> SIDOU, J. M. Othon. Do Mandado de Segurança. 3º ed. rev. ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1969. p. 110.

<sup>35</sup> RAMON, Nilson. Do Mandado de Segurança: apreciações práticas, doutrinárias e jurisprudenciais. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná, 1980. p. 16.

<sup>36</sup> CRUZ Jr., Op. cit., p. 62.

qual, com fundamento na anterioridade da lei e da autoridade ao fato julgado, no caso de não aplicação exata da lei correspondente ao caso concreto, descumprir-se-ia a Constituição ensejando a possibilidade do uso do remédio; o “*Amparo administrativo*” é o protetor de direitos fundamentais e sentenças do Tribunal Fiscal da Federação contra atos ou resoluções da Administração direta; e por fim o “*Amparo em matéria agrária*” que tutela os interesses dos agricultores inseridos no regime comunal.<sup>37</sup>

A Constituição mexicana dá competência aos Tribunais Federais para resolução de controvérsias em virtude de violação de garantias individuais e invasão de soberania (art. 103), em virtude deste dispositivo são estabelecidos no art. 107, os delineamentos do Amparo para proteção dos direitos do indivíduo, preceituando que procederá a instancia de parte (I); limita o instituto à tutela do caso particular, vedando as declarações gerais (II); permite a procedência contra atos judiciais, cíveis, penais ou laborais, contra sentenças ou laudos dos quais não caibam recursos ordinários e quando reclamado oportunamente (III, a), contra atos em juízo de impossível reparação fora o depois do juízo (III, b) e contra atos que afetem pessoas fora do juízo (III, c). Nos inc. V, VI e VII estabelece as competência dos magistrados; prevê o recurso de revisão da mão da Corte Suprema de Justiça para casos de inconstitucionalidade de Lei ou invasão de soberania por parte de autoridade federal, deixando a competência residual para os Tribunais Colegiados de Circuito, de cujas sentenças não cabe recurso (VIII), sendo também irrecorríveis quando fundadas na jurisprudência da Corte suprema sobre inconstitucionalidade de lei ou interpretação constitucional (IX). Como na maior parte da Latino-América, é prevista a suspensão de atos lesivos tendo em conta a dificuldade de sua reparação e os danos que a suspensão cause a terceiros e ao interesse público (X), sendo esta requerida ante a autoridade responsável ou juiz de distrito (XI). Por ultimo é estabelecida a obrigatoriedade da jurisprudência dos tribunais federais (XIII), a suspensão da causa por inatividade de parte (XIV), a intervenção do Ministério Público em casos de interesse público (XV) e a pena e responsabilidade da autoridade que insistir na repetição do

---

<sup>37</sup> CRUZ Jr., idem. p. 63 e ss; FLAKS, Milton., Op. cit., p. 19 e ss; para Oliveira a contrario cense, com base em estudos de Alcalá-Zamora y Castillo e Hector Fix Samudio, existem quatro tipos de Amparo: o amparo liberdade, o amparo arguição de inconstitucionalidade, o amparo cassação e o amparo administrativo. Ver: OLIVEIRA, F. A., Op. cit., p. 19 e ss

ato lesivo dentre outros (XVI; XVII e XVIII).<sup>38</sup>

A Lei de 1935 regulamenta o Amparo, dotando-lhe de procedimento sumário, por escrito, salvo audiência em casos de perigo de vida, deportação, etc. Deve ser proposta pelo interessado, salvo perigo grave que o impossibilite, caso em que poderá ser proposto por qualquer pessoa, ainda que menor ou mulher casada, mas devera ser ratificada pelo interessado. A autoridade conta com cinco dias para prestar informação, a audiência deve ser marcada em prazo não maior a trinta dias, a sentença da Corte Suprema e de Tribunais colegiados é definitiva. Fato peculiar é que em caso de falsidade ou omissão dos fatos relevantes à causa, perante o Poder Judiciário, por parte do titular de direito ou interesse violado, este poderá sofrer pena pecuniária e de privação de liberdade entre um e três anos.<sup>39</sup>

## 2. AMERICA DO SUL.

O “*Amparo*” na Argentina é dos institutos que adquiriu maior amplitude na América Latina, de construção legislativa regional e logo jurisprudencial,<sup>40</sup> constitui ação sumária (com carga de direito constitucional), de proteção dos direitos e garantias reconhecidos na Constituição contra atos da autoridade pública e de particulares e de controle de constitucionalidade das leis.<sup>41</sup>

De acordo com a Lei 16.986 a ação de Amparo tem limites mais restritos do que aquela contida no texto reformado da Constituição,<sup>42</sup> é

---

<sup>38</sup> CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS DE 1917 COM REFORMAS ATÉ 2004. Disponível em: <http://pdpa.georgetown.edu/Constitutions/Mexico/mexico2004.html>, Acesso em: 17/08/2006. E ver: OLIVEIRA, Francisco A., Op. cit., p. 19 e ss; PACHECO, J. S., Op. cit., p. 91 e ss, e SOSA, E. A., Op. cit., p. 31 e ss. Ver inteiro teor do art. em língua original, anexo nº. 3.

<sup>39</sup> Cf. OLIVEIRA, Francisco A., Op. cit., p. 19; RAMON, N., Op. cit., p. 17 e ss; SOSA, E. A., Op. cit., p. 34 e ss.

<sup>40</sup> Ver histórico da proteção dos direitos na Republica Argentina em capítulo supra, ponto I.2, como antecedente imediato do Amparo no Paraguai.

<sup>41</sup> CRUZ Jr., J., Op. cit., p. 55; KAZMIERSKI, Cleide., Op. cit., p. 68 e ss.; SOSA, E. A., Op. cit., p. 37 e ss.

<sup>42</sup> “A ação de amparo será admissível contra todo ato ou omissão de autoridade pública que, em forma atual ou iminente, lesione, restrinja, altere ou ameace, com arbitrariedade ou ilegalidade manifesta, os direitos ou garantias explícita ou implicitamente reconhecidos pela Constituição Nacional, com exceção da liberdade individual tutelada pelo hábeas corpus” (art. 1). “A ação de amparo não será admissível quando: Existam recursos ou remédios judiciais ou administrativos que permitam obter a proteção do direito ou garantia constitucional de que se trate (art. 2, inc. a); O ato impugnado emanar de um órgão do Poder Judicial ou ter adotado por expressa aplicação da lei 16.970 (2 b); A intervenção judicial comprometer direta ou indiretamente a regularidade, continuidade e eficácia da

assim, que a lei regula o amparo de direitos contra atos e omissões atuais ou iminentes de autoridade pública, exercidos com arbitrariedade ou ilegalidade manifesta, quando não existam outros remédios judiciais ou administrativos (v.g. cabimento de couber Hábeas Corpus) e não se referir a ato do Poder Judicial ou proveniente da Lei de Defesa Nacional, quando a intervenção judicial não prejudique serviço público ou atividade essencial do Estado e quando a matéria precisar de amplitude de debate ou prova ou a declaração de inconstitucionalidade de leis, decretos ou ordenações. Com o Código Processual Civil e Comercial é regulamentado o Amparo contra atos de particulares e com a reforma constitucional de 1994 esta postura é confirmada e as novas linhas do instituto passam a ter peso constitucional, além de prever também o Amparo para proteção de direitos coletivos e difusos e de setores hipossuficientes da sociedade.<sup>43 44</sup>

Na Bolívia o instituto do Amparo assume as vestes de instituto proibitório, com natureza de recurso e tem previsão constitucional, pois no art. 19 da Constituição em vigor:

(...) “estabelece-se o recurso de amparo contra os atos ilegais ou as omissões indevidas dos funcionários ou particulares que restrinjam, suprimam ou ameacem restringir ou suprimir os direitos e garantias” da “Constituição e as leis” (I). “(...) interpor-se-á pela pessoa que se crer agravada ou por outra em seu nome com poder suficiente (...) perante as Cortes Superiores nas capitais de Departamento ou os Juizes de Partido nas províncias, tramitando-se em forma sumaríssima. O

---

prestação de um serviço público, ou o desenvolvimento de atividades essenciais do Estado (2 c); A determinação da eventual invalidez do ato requerer uma maior amplitude de debate ou de prova ou a declaração de inconstitucionalidade de leis, decretos ou ordenações (2d); A demanda não houver sido apresentada nos quinze dias hábeis a partir da data em que o ato foi executado ou deveu produzir-se (2 e)”. “Quando a ação for admissível, o juiz requererá à autoridade que corresponda um informe (...) dentro do prazo prudencial que fixe. A omissão do pedido de informe é causa de nulidade do processo. (...) Produzido o informe ou vencido o prazo outorgado sem sua apresentação, não havendo prova do autor a tramitar, se ditará sentença fundada dentro das quarenta y oito horas, concedendo ou denegando o amparo” (art. 8). (...) “Só serão apeláveis a sentença definitiva, as resoluções previstas no artigo 3º e as que disponham medidas de não inovar ou a suspensão dos efeitos do ato impugnado. O recurso deverá interpor-se dentro de quarenta e oito horas de notificada a resolução impugnada e será fundado, devendo denegar-se ou conceder-se em ambos efeitos dentro das quarenta e oito horas (...). (art. 15). Ação de Amparo. Lei 16.986, Disponível em: [www.portaldeabogados.com.ar/codigos/leyamparo.htm](http://www.portaldeabogados.com.ar/codigos/leyamparo.htm), acesso em: 08/10/05.

<sup>43</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ARGENTINA, conforme reforma do ano 1994: art. 43. Ver nota supra nº. 9, Capítulo I.2. Disponível em: <http://www.senado.gov.ar/web/interes/constitucion/capitulo2.php>, acesso em: 17/08/2006. Ver inteiro teor em língua original em anexo nº 3.

<sup>44</sup> Cf. CRUZ Jr., J., Op. cit., p. 55 e ss; KAZMIERSKI, Cleide., Op. cit., p. 68 e ss.; SOSA, E. A., Op. cit., p. 37 e ss.



Ministério Público poderá também interpor de ofício (...) quando não o fizer ou não puder fazê-lo a pessoa afetada” (II). “A autoridade ou a pessoa demandada será citada (...) a prestar informação (...) no prazo máximo de quarenta e oito horas” (III). “A resolução final pronunciar-se-á em audiência pública (...) recebida a informação do denunciado e, na falta dela, o fará na base da prova que ofereça o recorrente. A autoridade judicial (...) encontrando certa e efetiva a denúncia, concederá o Amparo solicitado desde que não couber outro meio ou recurso legal (...), elevando de ofício sua resolução ao Tribunal Constitucional para sua revisão, no prazo de vinte e quatro horas” (IV). “As determinações prévias da autoridade judicial e a decisão final que conceda o Amparo serão executadas imediatamente e sem observação” (V).<sup>45 46</sup>

No Chile há peculiaridades na proteção dos direitos fundamentais, sendo que é utilizada a denominação “*Recurso de Amparo*” para designar a ação protetora da liberdade pessoal contra prisões arbitrárias, semelhante ao “*hábeas corpus*”, com previsão constitucional.<sup>47</sup> Já para a defesa dos direitos individuais garantidos na constituição é utilizado um instituto com denominação própria e original, o “*Recurso de proteção*” que tutela peculiarmente direitos alencados de forma expressa no art. 20 da citada Carta Magna.<sup>48 49</sup>

É mister ressaltar outra peculiaridade do direito chileno neste campo, o “*Recurso de Amparo Econômico*”, que tutela a ordem pública econômica, a liberdade empresarial e o Estado empresário, constitui ação popular que protege o domínio econômico contra os excessos do Estado empresário e atos de particulares que impeçam o exercício de qualquer atividade

<sup>45</sup> LEI N° 2650: Incorpora-se ao texto da Constituição Política do Estado os Artigos da Lei N° 2631, de 20 de Fevereiro de 2004, de “Reformas à Constituição Política do Estado”. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.bo/leyes\\_decretos/constitucion\\_estado.asp](http://www.presidencia.gov.bo/leyes_decretos/constitucion_estado.asp), acesso em: 20/08/06. Inteiro teor do dispositivo em língua original em anexo nº 3.

<sup>46</sup> Cf. CRUZ Jr., J., Op. cit., p. 55 e SOSA, E. A., Op. cit., p. 39.

<sup>47</sup> Art. 21 da CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPUBLICA DE CHILE, Disponível em: <http://www.camara.cl/legis/const/c03.htm>, acesso em: 17/08/2006. Ver inteiro teor do dispositivo em língua original em anexo nº 3.

<sup>48</sup> “Quem por causa de atos ou omissões arbitrários ou ilegais, sofra privação, perturbação ou ameaça no legítimo exercício dos direitos e garantias estabelecidos no artigo 19, números 1, 2, 3, inciso quarto, 4, 5, 6, 9 inciso final, 11, 12, 13, 15, 16, no relativo à liberdade de trabalho e ao direito a sua livre eleição e livre contratação, e ao estabelecido no inciso quarto, 19, 21, 22, 23, 24 e 25, poderá ocorrer por si ou por qualquer em seu nome, à Corte de Apelações respectiva, a que adotará de imediato as providências que julgue necessárias para restabelecer o império do direito e assegurar a devida proteção do afetado, sem prejuízo dos demais direitos que possa fazer valer perante a autoridade ou dos tribunais correspondentes. Procederá também, o recurso de proteção no caso do No. 8. do artigo 19, quando o direito a viver num meio ambiente livre de contaminação seja afetado por um ato arbitrário e ilegal imputável a uma autoridade ou pessoa determinada”. Disponível em: <http://www.camara.cl/legis/const/c03.htm>, acesso em: 17/08/2006. Ver inteiro teor do dispositivo em língua original em anexo nº 3.

<sup>49</sup> Cf. CRUZ Jr., J., Op. cit., p. 58 e SOSA, E. A., Op. cit., p. 40.

econômica lícita, isto é, qualquer ato que ameace ou turbe a liberdade econômica assegurada na Constituição. Adota o procedimento do “*Hábeas Corpus*” e pode ser impetrado sem detrimento do “recurso de proteção”.<sup>50</sup>

Na Colômbia a defesa dos direitos fundamentais é recente, data da Constituição de 1991 que substitui a de 1886, criando a *Corte Constitucional* e com ela a peculiar “*ação de tutela*”, que influenciada pela “*ação de Amparo*” constitui procedimento preferente e sumário de proteção dos direitos individuais diante de vulneração ou ameaça proveniente de ação ou omissão de autoridade pública. A tutela constitui uma ordem de fazer ou não fazer à autoridade, de cumprimento imediato e revisão pela *Corte Constitucional*, quando não houver outro meio de defesa judicial, salvo seja meio transitório para evitar prejuízo irremediável. A procedência contra particulares ou contra aqueles em função delegada do Estado será regulada por lei em virtude de interesse público ou casos de subordinação ou indefesa do tutelado.<sup>51</sup> A originalidade nomenclatural é devida ao fato de existir no sistema jurídico deste país um instituto denominado “*Amparo de pobreza*” que possibilita o acesso à justiça a pessoas de escassos recursos.<sup>52</sup>

No Peru a *ação de Amparo* é um processo judicial de caráter constitucional, com a finalidade de proteger os direitos constitucionais exceto aqueles protegidos por “*habeas corpus*”, “*habeas data*” e “*ação de cumprimento*”, procede contra fato ou omissão de qualquer autoridade, funcionário ou pessoa que vulnere os demais direitos consagrados na

---

<sup>50</sup> A este respeito ver: BELTRÁN, Enrique Navarro. El Recurso de Amparo Económico. Disponível em: [www.asistentesjudiciales.iespana.es/doctrina/recurso%20de%20amparo%20economico.htm](http://www.asistentesjudiciales.iespana.es/doctrina/recurso%20de%20amparo%20economico.htm) acesso em: 02/11/05.

<sup>51</sup> CONSTITUIÇÃO POLITICA DA REPUBLICA DE COLOMBIA. ART. 86: Toda pessoa terá ação de tutela para reclamar perante os juizes, em todo momento e lugar, mediante um procedimento preferente e sumário, por si mesma ou por quem atue em seu nome, a proteção imediata de seus direitos constitucionais fundamentais, quando quer que estes resultem vulnerados ou ameaçados por a ação ou a omissão de qualquer autoridade pública. A proteção consistirá em uma ordem para que aquele respeito de quem se solicita a tutela, atue ou se abstenha de fazê-lo (...). Esta ação só procederá quando o afetado não dispor de outro meio de defesa judicial, salvo que aquela se utilize como mecanismo transitório para evitar um prejuízo irremediável. Em nenhum caso poderão transcorrer mais de dez dias entre a solicitude de tutela e sua resolução. A lei estabelecerá os casos nos que a ação de tutela procede contra particulares encarregados da prestação de um serviço público ou cuja conduta afete grave e diretamente o interesse coletivo, ou respeito de quem o solicitante estiver em estado de subordinação ou indefesa”. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.co/constitu/titulo2\\_4.htm](http://www.presidencia.gov.co/constitu/titulo2_4.htm) , acesso em: 17/08/2006. Ver inteiro teor do dispositivo em língua original em anexo nº 3.

<sup>52</sup> Cf. CRUZ Jr., J., Op. cit., p. 58 e ss, e SOSA, E. A., Op. cit., p. 40.

Constituição, e não procede contra normas legais e resoluções judiciais de procedimento regular, nem em casos que caibam as demais garantias constitucionais para defesa dos direitos. Pode ser apresentada pelo afetado ou por qualquer pessoa em seu nome, não podendo ser suspensa em caso de estado de exceção.<sup>53 54</sup>

Na República do Uruguai, em virtude da análise de textos doutrinários e da vigente Constituição, pode afirmar-se que o instituto de Amparo não está previsto neste sistema jurídico.<sup>55</sup>

Na Venezuela o Amparo tem também caráter de interdito proibitório para benefício da posse de bens imóveis e de direitos reais. Surgiu na Constituição de 1961 conotando a proteção de todos os direitos constitucionais, mas sem procedimento estabelecido, previsto somente para o “*Amparo da liberdade*” (habeas corpus) nas disposições transitórias, mas sem indicar a competência, fatos que causaram grande confusão no sistema

---

<sup>53</sup> CONSTITUIÇÃO POLITICA DA REPUBLICA DO PERU, Art. 200: São garantias constitucionais: (...) A Ação de Amparo, que procede contra o fato ou omissão, por parte de qualquer autoridade, funcionário ou pessoa, que vulnera ou ameaça os demais direitos reconhecidos pela Constituição, com exceção dos assinalados no inciso seguinte. Não procede contra normas legais nem contra Resoluções Judiciais emanadas de procedimento regular. (modificado por Lei Nº 26470, publicada em 12 de Junho de 1995). O exercício das ações de habeas corpus e de amparo não se suspende durante a vigência dos regimes de exceção. (...) Quando se interpõem ações de esta natureza em relação a direitos restringidos ou suspensos, o órgão jurisdicional competente examina a razoabilidade e a proporcionalidade do ato restritivo. Não corresponde ao juiz questionar a declaração do estado de emergência nem de sitio. Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/ntley/Imagenes/Constitu/Cons1993.pdf>, acesso em: 17/08/2006. Ver inteiro teor do dispositivo em língua original em anexo nº 3.

<sup>54</sup> Cf. SOSA, E. A., Op. cit., p. 43. Ver também: CHUQUILLANQUE, Edward H. Bravo. Acción de Amparo en el Derecho Constitucional Peruano. Lima, Perú. Disponível em: [www.monografias.com/trabajos16/accion-de-amparo/accion-de-amparo.shtml](http://www.monografias.com/trabajos16/accion-de-amparo/accion-de-amparo.shtml), acesso em: 7/11/05.

<sup>55</sup> Cf. SOSA, E. A., Op. cit., p. 43 e CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI de 1967 com as Modificações Plebiscitárias do 26 de Novembro de 1989, do 26 de Novembro de 1994, do 8 de Dezembro de 1996 e do 31 de Outubro de 2004. Disponível em: <http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const004.htm>, acesso em: 20/08/06.

jurídico, sendo resolvidos apenas na Constituição de 1999 no art. 27 com a previsão da “*ação de Amparo constitucional*”.<sup>56 57</sup>

Em Equador a *ação de Amparo* é medida de urgência com a finalidade de cessar, evitar a comissão ou remediar as consequências de ato ou omissão ilegítimos de autoridade pública ou particulares em função delegada do Estado, que viole ou possa violar direitos constitucionais ou de tratados internacionais vigentes. Não cabe contra decisões judiciais. É possível também a proteção contra particulares quando forem lesados grave e diretamente o interesse comunitário, coletivo ou direitos difusos. Encontra-se estatuído no art. 95 da Constituição de 1979, em vigor.<sup>58 59</sup>

### 3. AMERICA CENTRAL E INSULAR.\_

Em Costa Rica o Amparo é impropriamente chamado “*Recurso de Amparo*”, e constitui o remédio para manutenção ou restabelecimento do gozo dos direitos constitucionais, exceto em caso que caiba “*hábeas corpus*” ou “*ação de inconstitucionalidade*”. Foi estatuído na Constituição de 1948 e ampliado nos seus limites com a reforma constitucional do ano 1989, é assim que em virtude do art. 48 da Carta Magna vigente:

“toda pessoa tem direito (...) ao recurso de Amparo para manter ou restabelecer o gozo dos outros direitos consagrados nesta Constituição, assim como dos de

---

<sup>56</sup> “Toda pessoa tem direito a ser amparada pelos tribunais no goze e exercício dos direitos e garantias constitucionais, (implícitos e explícitos na constituição ou tratados internacionais). O procedimento (...) será oral, público, breve, gratuito e não sujeito a formalidade, e a autoridade judicial competente terá potestade para restabelecer imediatamente a situação jurídica infringida ou a situação que mais se assemelhe a ela. (...) O exercício deste direito não pode ser afetado, em modo algum, pela declaração do estado de exceção ou da restrição de garantias constitucionais”. Disponível em: <http://www.analitica.com/bitbliblioteca/anc/constitucion1999.asp>, acesso em: 17/08/06. Ver inteiro teor do dispositivo em língua original em anexo nº 3. Consultar também: LEY ORGÁNICA DE AMPARO: Sobre Derechos y Garantías Constitucionales. Congreso de la Republica de Venezuela. Gaceta Oficial Nº 34.060 de fecha 27 de septiembre de 1988. Disponível em: [www.comunidad.vlex.com/pantln/lamparo.html](http://www.comunidad.vlex.com/pantln/lamparo.html) acesso em: 08/11/05.

<sup>57</sup> Cf. CRUZ Jr., J., Op. cit., p. 61 e ss, e SOSA, E. A., Op. cit., p. 43 e ss.

<sup>58</sup> CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPUBLICA DO EQUADOR. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.ec/modulos.asp?id=110> , acesso em: 17/08/06. Ver inteiro teor do dispositivo em língua original em anexo nº 3.

<sup>59</sup> Cf. SOSA, E. A., Op. cit., p. 41. e ZAMBRANO, Galo Chiriboga. La acción de amparo y de hábeas data: garantías de los derechos constitucionales y su nueva realidad jurídica. Disponível em: [www.ildis.org.ec/amparo/acc.htm](http://www.ildis.org.ec/amparo/acc.htm), acesso em: 08/11/05

caráter fundamental estabelecidos nos instrumentos internacionais sobre direitos humanos, aplicáveis na República. (...)”.<sup>60 61</sup>

A sistemática jurídica de Cuba não prevê o Amparo, somente conta com um dispositivo constitucional para defesa das pessoas contra danos ou prejuízos causados indevidamente por funcionários ou agentes do Estado no exercício das funções próprias do seu cargo. Mas esta defesa não pode ser considerada com caráter tuitivo propriamente dito, pois o direito garante meramente a indenização ou reparação da lesão.<sup>62</sup> Segundo FIX-SAMUDIO Citado por CRUZ JR., o Amparo neste país tem caráter de interdito proibitório e não se encontra previsto na Constituição.<sup>63</sup>

No El Salvador o Amparo está previsto na Constituição de 1996 em vigor, sem maiores especificações, no seu art. 247 na parte referente aos Alcances, aplicações, reformas e derogatórias, dispondo que “toda pessoa pode pedir Amparo à Sala do Constitucional da Corte Suprema de Justiça por violação dos direitos que outorga a Constituição” (...).<sup>64</sup>

Na República de Guatemala o Amparo encontra-se estatuído no art. 265 da Constituição de 1985, para proteção ou restauração dos direitos. É assim que:

“institui-se o Amparo com o fim de proteger às pessoas contra as ameaças de violações a seus direitos ou para restaurar o império dos mesmos quando a violação houver ocorrido. Não há âmbito que não seja suscetível de Amparo, e procederá sempre que os atos, resoluções, disposições ou leis de autoridade levem implícitos uma ameaça, restrição ou violação aos direitos que a Constituição e as leis garantem”.<sup>65</sup>

<sup>60</sup> CONSTITUIÇÃO POLITICA DA REPUBLICA DE COSTA RICA DE 1999. (Assim reformado por Lei Nº. 7128 de 18 de agosto de 1989). Disponível em: <http://www.asamblea.go.cr/proyecto/constitu/const5.htm>, acesso em: 17/08/2006. Ver inteiro teor do artigo em língua original em anexo nº 3.

<sup>61</sup> Cf. CRUZ Jr., J., Op. cit., p. 60 e SOSA, E. A., Op. cit., p. 40.

<sup>62</sup> Artigo 26, “Toda pessoa que sofrer dano ou prejuízo causado indevidamente por funcionários ou agentes do Estado com motivo do exercício das funções próprias de seus cargos, têm direito a reclamar e obter a correspondente reparação ou indenização na forma que estabelece a lei. CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DE CUBA. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>, acesso em: 17/08/2006. Ver inteiro teor do dispositivo em língua original em anexo nº 3.

<sup>63</sup> FIX-SAMUDIO, Héctor. *Latinoamérica: constitución, proceso y derechos humanos*. In: CRUZ Jr., J., Op. cit., p. 55.

<sup>64</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DE EL SALVADOR. Decreto Nº. 38. Disponível em: <http://www.constitution.org/cons/elsalvad.htm>, acesso em: 17/08/06. e SOSA, E. A., Op. cit., p. 41. Ver inteiro teor do artigo em língua original em anexo nº 3.

Em Honduras o “Estado reconhece a garantia do Amparo” no artigo 183 da sua Constituição, em virtude do qual:

“toda pessoa agravada ou qualquer outra em nome desta, tem direito de interpor recurso de Amparo: para que se lhe mantenha ou restitua no gozo ou desfrute dos direitos ou garantias que a Constituição estabelece (num. 1); e para que se declare em casos concretos que uma lei, resolução, ato ou fato de autoridade, não obriga ao recorrente nem é aplicável por contrariar, diminuir o tergiversar qualquer dos direitos reconhecidos por esta Constituição (num. 2)”.<sup>66</sup>

A Constituição Política da Republica de Panamá de 1972, no seu artigo 50, reza que:

“toda pessoa contra a qual seja expedida ou executada, por qualquer servidor público, uma ordem de fazer ou não fazer, que viole os direitos e garantias que esta Constituição consagra, terá direito a que a ordem seja revogada a petição sua ou de qualquer pessoa. O recurso de Amparo de garantias constitucionais de que este artigo trata, tramitar-se-á mediante procedimento sumario e será de competência dos tribunais judiciais”.<sup>67</sup>

Na Republica de Nicarágua está estabelecido o “*recurso de exhibição de pessoa*” ou “*recurso de Amparo*”, no artigo 45 da Constituição de 1987,<sup>68</sup> e no artigo 188 acrescenta dispondo que:

“estabelece-se o Recurso de Amparo em contra de toda disposição, ato ou resolução e em geral em contra de toda ação ou omissão de qualquer funcionário, autoridade ou agente dos mesmos que viole ou trate de violar os direitos e garantias consagrados na Constituição Política”.<sup>69</sup>

<sup>65</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE GUATEMALA, in: SOSA, E. A., Op. cit., p. 42. Ver inteiro teor do artigo em língua original em anexo nº 3.

<sup>66</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DE HONDURAS 1982. Disponível em: <http://www.constitution.org/cons/honduras.htm>, acesso em: 17/08/06, e SOSA, E. A., Op. cit., p. 42. Ver inteiro teor do dispositivo em língua original em anexo nº 3.

<sup>67</sup> CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE PANAMA, Disponível em: <http://www.asamblea.gob.pa/asamblea/constitucion/index3.htm>, acesso em: 17/08/06; e SOSA, E. A., Op. cit., p. 42. Artigo da Constituição no seu inteiro teor em língua original ver anexo nº 3.

<sup>68</sup> As pessoas cujos direitos constitucionais hajam sido violados ou estejam em perigo de sê-lo, podem interpor o recurso de exhibição pessoal ou de amparo, segundo o caso e de acordo com a Lei de Amparo. CONSTITUIÇÃO DE NICARAGUA 1987. Disponível em: <http://www.constitution.org/cons/nicaragu.htm>, e também em: <http://www.asamblea.gob.ni/constitu.htm>, acesso em: 17/08/06 e 20/08/06, respectivamente. Ver inteiro teor em língua original em anexo nº 3.

<sup>69</sup> Constituição de Nicarágua, em nota supra e SOSA, E. A., Op. cit., p. 42.

Na República Dominicana, em virtude da análise de textos doutrinários e da vigente Constituição, pode afirmar-se que o instituto do Amparo não está previsto neste sistema jurídico.<sup>70</sup>

Em Porto Rico também, com base no texto da vigente Constituição, pode afirmar-se que o instituto do Amparo não está previsto neste sistema jurídico,<sup>71</sup> porém para OTHON SIDOU:

“a sistemática jurídica do Estado Livre, integrante do ‘*Commonwealth*’ norte-americano, é de índole saxônica, adota os vários ‘*writs*’ conhecidos e aplicados nos Estados Unidos”.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> CF. SOSA, E. A., Op. cit., p. 42 e CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DOMINICANA. Disponível em: [http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/legisl/rep\\_dom/ii/index.htm](http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/legisl/rep_dom/ii/index.htm), acesso em: 20/08/06.

<sup>71</sup> CARTA DE DIREITOS DA CONSTITUIÇÃO DE PORTO RICO. Disponível em: <http://www.cipdc.org/cartaela.htm> acesso em: 17/08/06 e CONSTITUIÇÃO DO ESTADO LIVRE ASSOCIADO DE PORTO RICO. Disponível em: [http://www.geocities.com/~ela2000/constitucion\\_ela.htm](http://www.geocities.com/~ela2000/constitucion_ela.htm), acesso em: 20/08/06.

<sup>72</sup> SIDOU, J. M. Othon. *Do Mandado...*, p. 112.

## CAPÍTULO III. ANALISE PARALELA DO AMPARO PARAGUAIO E DO MANDADO DE SEGURANÇA.

### 1. ETIMOLOGIA E CONCEITO.

Para JEZIEL CRUZ a palavra “*amparo*” tem origem na Idade Média, nos antigos reinos da Hispânia e possui três conotações tradicionais, a de recurso, de interdito proibitório e de procedimento sumário de proteção da liberdade individual, aperfeiçoando-se nos séculos XIV e XV. A problemática da miscelânea nomenclatural segundo este autor é devida à mania nacional de importação de conceitos jurídicos estrangeiros, justificados pela herança histórica ou tradição jurídica, acreditando na igualdade dos institutos pela similitude nominal, sem notar que na realidade constituem cognatos falsos. (v.g. países que denominam recurso ao “*Amparo*”, instituto com natureza jurídica de ação). “*Amparar* vem do latim ‘*amparare*’, e este do latim ‘*in*’, ‘*em*’ e ‘*parare*’, dispor, significa favorecer, proteger, significado que reflete a função que exerce o Amparo judicial a qual é a ‘proteção’ dos direitos”.<sup>73</sup> Para COUTURE “amparo” denota a “proteção e tutela de um direito, ação e efeito de dispensar justiça por parte dos órgãos da jurisdição”.<sup>74</sup> Para SANCHES VIAMONTE citado por ENRIQUE SOSA “a voz (amparo) não sugere a idéia de um direito exigível mediante uma ação, senão a atitude mendicante de um ser indefeso que solicita, roga ou impetra Amparo, como se esse amparo fosse uma graça ou favor suscetível de ser concedido ou negado”.<sup>75</sup>

O Amparo é uma garantia constitucional para proteção e tutela do gozo efetivo de direitos consagrados na constituição e nas leis, contra toda restrição ou ameaça ilegal ou arbitrária por parte dos órgãos estatais ou de outros particulares, excetuando-se os casos em que tenha cabimento o *habeas corpus*; esta ação constitui um dos pilares que sustenta o sistema assecuratório do ordenamento jurídico paraguaio. Para BIDART CAMPOS “a demanda de Amparo é a pretensão formal que se interpõe contra o Estado

<sup>73</sup> SOSA, E. A., Op. cit., p. 51; e do mesmo autor: *Perspectivas de la Acción de Amparo*. Em: *Garantías Constitucionales: Apuntes doctrinarios, legislación aplicable y jurisprudencia nacional*. Asunción: Corte Suprema de Justicia, 2004., p. 75.

<sup>74</sup> Cf. CRUZ Jr., J., Op. cit., p. 50 e ss; COUTURE. *Vocabulario jurídico*. In: SOSA, E. A., *El amparo...* p. 49; e do mesmo autor: *Perspectivas ...* p. 75.

<sup>75</sup> VIAMONTE, Sanches. *Juicio de Amparo*. In: SOSA, Enrique A. *Perspectivas ...*, p. 75.



para que por seus órgãos jurisdicionais depare tutela a uma pretensão material mediante via sumária e expeditiva”, pelo que “a via processual ordinária frustraria o direito à jurisdição, e resolveria o caso fora de suas circunstâncias, de forma inidônea e ineficaz”.<sup>76</sup>

A Constituição vigente no seu artigo 134 conceitua o Amparo:

“Toda pessoa que por um ato ou omissão, manifestamente ilegítimo, de uma autoridade ou de um particular, que se considere lesado gravemente, ou em perigo iminente de sê-lo em direitos ou garantias consagrados na Constituição ou na lei, e que devido à urgência do caso não puder se remediar pela via ordinária, poderá promover Amparo ante o magistrado competente. O procedimento será breve, sumário, gratuito, e de ação popular para os casos previstos na lei. O magistrado terá faculdade de salvaguardar o direito ou garantia ou restabelecer imediatamente a situação jurídica infringida”. (...).<sup>77</sup>

E é com embasamento neste dispositivo que CASCO PAGANO define o Amparo como: “uma garantia constitucional outorgada para fazer efetivos os direitos consagrados na Constituição e na lei, quando os mesmos se considerem lesados gravemente ou em perigo iminente de sê-lo e que, devido à urgência do caso, não possam remediar-se pela via ordinária (art. 131 e 134 C.N.)”.<sup>78</sup>

O seu procedimento se acha estabelecido no Código Processual Civil, e assim como o procedimento da declaração de inconstitucionalidade é dos institutos cuja matéria encontra-se melhor especificada na legislação.

JOSE DA SILVA PACHECO assinala que etimologicamente “‘Mandado’ vem do latim ‘*mandatum*’ ou ‘*mandatus*’ que significa uma ordem ou determinação e ‘*Segurança*’ tem o sentido de estado sem dano ou incerteza, exprimindo a carência de transtorno ou remoção de suas causas”.<sup>79</sup> Mandado de Segurança é uma ação sumária utilizada para corrigir as ilegalidades ou abusos cometidos pelos órgãos estatais ou por aqueles em função do Poder Público, pela qual a pessoa pode provocar o controle jurisdicional quando sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito

<sup>76</sup> CAMPOS, Bidart. Derecho de Amparo. In: SOSA, Enrique A. El Amparo ... p. 49. No mesmo sentido BAZAN, F., Op. cit. p. 6.

<sup>77</sup> Art. 134, CONSTITUIÇÃO NACIONAL DO PARAGUAI: Ver inteiro teor do artigo em língua original em anexo nº 1.

<sup>78</sup> CASCO PAGANO, Hernán. Código Procesal Civil comentado y concordado. Tomo II. 5º ed., art. 439 a 839. Asunción: La Ley Paraguaya, 2003., p. 1040.

<sup>79</sup> PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 109.

líquido e certo, não amparado por “*Hábeas Corpus*” nem “*Hábeas Data*”.  
Encontra-se previsto no artigo 5º, LXIX da Constituição Federal de 1988:

“Conceder-se-á Mandado de Segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *hábeas corpus* ou *hábeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.<sup>80</sup>

E na Lei 1533/51:

"Conceder-se-á Mandado de Segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *Hábeas Corpus*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridades, seja de que categoria for, ou sejam quais forem as funções que exerçam".<sup>81</sup>

Nota-se desta maneira que o instituto visa proteger a liquidez e a certeza de um direito, individual ou coletivo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade através de ação de natureza cível e sumária. Tem o mesmo fundamento constitucional do "*hábeas corpus*", mas difere quanto ao direito protegido.<sup>82</sup>

O Mandado de Segurança é uma censura judicial a qualquer ato ou omissão de autoridade, “ilegal ou abusivo de poder, violador de direito líquido e certo não amparado por ‘*hábeas corpus*’”, é uma “garantia civil contra os males da prepotência, com assento e nobreza constitucionais”, tendo por objeto “proteger categoria especial de direitos públicos subjetivos”.<sup>83</sup> Ou nas palavras de SEABRA FAGUNDES: “é uma ação civil, de rito sumário, destinada a suscitar o controle jurisdicional sobre ato de

<sup>80</sup> O artigo 5º, LXIX da Constituição Federal de 1988.

<sup>81</sup> Art.1º, da Lei nº 1533, de 1951.

<sup>82</sup> Cf. SEABRA FAGUNDES, Miguel. *O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário*. 6 ed., São Paulo: Saraiva, 1984., p. 221 e ss; MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança, Ação Popular, Ação Civil Publica, Mandado De Injunção, Hábeas Data*. 14º ed., ampl. e atualizada após 1988 por Aroldo Wald., São Paulo: Malheiros, 1992., p. 15 e ss; OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op.cit. 25 e ss; PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 73 e ss; e CAVALCANTI, Themistocles Brandão. *A Constituição Federal Comentada*. In: SOSA, E. A., *El amparo...* p. 49 e ss.

<sup>83</sup> VELLOSO, Carlos Mario. *Revista de Processo*. e BUZAID. *Juicio de amparo e mandado de segurança*. Ambos In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. *Mandado de Segurança: uma visão de conjunto*. Em: *Mandado de Segurança e de Injunção*. Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 107 a 124., p. 107.

qualquer autoridade que, por sua ilegalidade ou abuso de poder, viole ou ameace direito individual líquido e certo”.<sup>84</sup>

Como é notório, a conceituação dos institutos pela doutrina não apresenta maiores dificuldades, pois os seus traços encontram-se delineados no próprio ordenamento jurídico,<sup>85</sup> circunstância que também ocorre com o instituto do Amparo, como pode constatar-se na exposição acima.

## 2. NATUREZA JURÍDICA

Tradicionalmente o Amparo teve diversas acepções, sendo denominado: recurso de Amparo, ação de Amparo, direito, juízo, petição, interdito, procedimento, dentre outros, mas tecnicamente, em função de sua natureza jurídica, configura uma ação de garantia, para certos autores não é mais do que a perfeição e ampliação do hábeas corpus estendido a todos os direitos da pessoa humana, para outros é vulgarmente um recurso por ser considerado um remédio, arbítrio o procedimento destinado a obter algo e obtê-lo contra algo. Para MARIO MORELLO,<sup>86</sup> é uma ação e não recurso porque “constitui uma manifestação da faculdade jurídica consistente em acudir ante um órgão jurisdicional solicitando a concreção de determinada consequência jurídica: a tutela, declaração ou reconhecimento de um direito ou pretensão jurídica mediante a eliminação da lesão constitucional, igualmente porque não atua especificamente como meio pendente a reformar ou anular uma resolução dentro de um processo, (...), e também

<sup>84</sup> SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 221 e ss.

<sup>85</sup> Nesta seara, para Alfredo Buzaid “o mandado de segurança constitui uma forma judicial de tutela de direito líquido e certo, ameaçado ou violado por ilegalidade ou abuso de poder, seja qual for a autoridade responsável”. BUZAID, Alfredo. *Do mandado de segurança*. In: CRETELLA Jr., Jose. *Comentários às leis do mandado de segurança*. 2º ed., São Paulo: Saraiva, 1980., p. 16. Hely Lopes Meirelles o conceitua como sendo “o meio constitucional posto a disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual, ou universalidade conhecida por lei, para proteção de direito individual ou coletivo, próprio, líquido e certo, não amparado por ‘hábeas corpus’ ou ‘hábeas data’, lesado ou ameaçado de lesão por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça”. MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança...* 14º ed., p. 15. É de ressaltar a crítica, à definição legal, feita por CASTRO NUNES, ao dizer que: “teria sido melhor *dizer não amparável* (equivalente a *que não possa ser amparado*) porque a verificação da ‘não amparabilidade’ por ‘hábeas corpus’ terá de ser feita antes de aforado o mandado de segurança como condição para uso desse remédio. (...) *Não amparado* faz supor que o ‘hábeas corpus’ tenha sido tentado e julgado inidôneo, o que, evidentemente, não terá estado nas vistas do legislador”. CASTRO NUNES. *Do mandado de segurança*. In: CRETELLA Jr., Jose. Op. Cit., p. 12.

<sup>86</sup> MORELLO, Augusto Mario. *Régimen Procesal del Amparo*. La Plata, 1966. p.22.

porque é o começo de um litígio cujo ato processual inicial o constitui a demanda de Amparo, conforme seu ponto de partida, enquanto que o recurso não é senão um ato dentro ou no curso do processo”.<sup>87</sup>

A denominação de “*ação*”, no Amparo, não exclui a de *juízo* e de *demand*, que são conseqüências técnicas da ação, pode ser também definida como garantia, num caráter mais genérico, pois ela é concedida a toda pessoa para a proteção de seus direitos diante de manifesta lesão ou ameaça decorrente de atos ou omissões ilegítimos de autoridades ou particulares, na ausência de outros remédios eficazes.<sup>88</sup> Segundo HUGO ALSINA a ação de Amparo enquadra-se mais no tipo de ações condenatórias, devido ao fato dela perseguir uma sentença que condene ao demandado a uma determinada prestação, de fazer, dar ou deixar de fazer. A jurisprudência Argentina a considera de natureza constitucional, não especificando a matéria civil, comercial ou penal, devido a sua finalidade de fazer efetivas as garantias constitucionais; entendimento este acolhido também pelos tribunais paraguaios.<sup>89</sup>

Parte da doutrina entende que o Amparo pode ser considerado de natureza dupla: de garantia constitucional (no sentido genérico, como meio assecuratório de direitos, com assento na Carta Magna, no capítulo XII das garantias constitucionais) e de instrumento processual, pois é ação constitucional cível que protege direitos e não interesses<sup>90</sup>, em outras palavras, é remédio processual específico ou excepcional, mais propriamente é uma ação, prevista na Constituição, adequada a veicular as pretensões ao conhecimento do Judiciário e proteger o cidadão contra os desmandos da autoridade e também de particulares.<sup>91</sup> Em virtude da análise dos estudos referentes à natureza jurídica do Mandado de Segurança, pode

<sup>87</sup> Cf. CRUZ Jr., J., Op. cit. p. 52 e ss; SOSA, E. A., *El amparo...* p. 50 e ss.

<sup>88</sup> Idem nota supra.

<sup>89</sup> ALSINA, Hugo. *Tratado de derecho procesal*. In: SOSA, E. A., *El amparo...* p. 54 e ss; e citados na mesma obra: ARGANA, Luis Maria e RIERA, Marcos. *El amparo, sus antecedentes e la Ley 340*. Repertorio de Jurisprudencia sobre Amparo Constitucional., p. 39.

<sup>90</sup> O mandado de segurança também é ação que protege direitos e não interesses, sobre este pensamento ver explanação de: CRETILLA Jr., Jose. Op. Cit., p. 26 e ss.

<sup>91</sup> Neste sentido: MORELLO, Augusto Mario. Op. cit., p. 24; VIAMONTE, Sanches. Juicio de Amparo. In: SOSA, Enrique A. *El amparo...* p. 52; VIAMONTE. *El Hábeas Corpus: la libertad y su garantía*. In: SOSA, Enrique A. *Perspectivas...*, p. 75; e o próprio Enrique Sosa em: *El amparo...* p. 53 e ss. É de destacar-se neste ponto o entendimento de Casco Pagano, para quem o Amparo é uma garantia, como “meio outorgado para se fazer valer um direito” e também uma “ação introdutória de um processo autônomo” ao igual que a ação de inconstitucionalidade no direito paraguaio. CASCO PAGANO, Hernán. Op. cit., p. 1041.

afirmar-se que os contornos antes citados podem aplicar-se também ao instituto brasileiro (salvo o referente à defesa contra particulares propriamente), a despeito do que afirma CRETELLA JR., ao retirar do instituto a natureza de garantia constitucional, fundando-se na distinção entre o Mandado de Segurança e a garantia constitucional do ‘*habeas corpus*’.<sup>92</sup>

O Mandado de Segurança é uma ação constitucional civil, de natureza contenciosa, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, individual ou coletivo, lesado ou ameaçado de lesão, por ato ou omissão de autoridade Pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, praticado com ilegalidade ou abuso de poder. Não há consenso na doutrina a respeito da natureza jurídica do instituto, CELSO BARBI apresenta uma síntese sobre a posição de vários autores, citada também por KAZMIERSKI:

“para Sebastião de Sousa, ela é constitutiva, limita-se a anular o ato ameaçador ou violador. Lopes da Costa entende que é constitutiva quando for para anulação do ato, mas mandamental quando tender a prestação, pois não é possível execução direta contra o Estado. Para Vitor Nunes Leal, somente poderá ser constitutiva ou condenatória, nunca declaratória. Luis Bueno Vidigal sustenta que pode ser declaratória, condenatória ou constitutiva. Finalmente Pontes de Miranda exclui a possibilidade de sentença condenatória e dá predominância ao efeito mandamental, podendo ainda existir efeito declaratório e efeito constitutivo”.<sup>93</sup>

Em efeito, é considerada ora como uma ação cível, “*sui generis*”, de índole declaratória e mandamental (SÉRGIO FADEL), ora uma ação de conhecimento (AGRÍCOLA BARBI), ora ação civil de rito sumário especial

<sup>92</sup> Ver análise do autor em: CRETELLA Jr., Jose. Op. Cit., p. 17 e ss. E em oposição ver autores que aceitam a natureza de garantia constitucional do instituto: CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti. *Mandado de Segurança: pressupostos e Cabimento da impetração preventiva*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 152 a 187., p. 157; FERRAZ, Sergio. *Mandado de segurança: (individual e coletivo) Aspectos polêmicos*. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1992., p. 16; FREITAS, Ney Jose de. *A processualização do Mandado de Segurança*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 669 a 683., p. 674; e VELLOSO, Carlos Mário. *Direito Líquido e Certo. Decadência*. Em: Cinquenta Anos de Mandado de Segurança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 51 a 69., p. 55.

<sup>93</sup> BARBI, Celso Agrícola. *Do Mandado de segurança*. 2º ed., Rio de Janeiro: Forense, 1966., p. 179; e citando este autor: KAZMIERSKI, Cleide., Op. cit., p. 60.

(HELY LOPES MEIRELLES) ou predominantemente mandamental (PONTES DE MIRANDA) em virtude da dificuldade de enquadramento da ação, “*a priori*” ou exclusivamente, como condenatória, declaratória ou constitutiva; tem por objeto uma ordem impeditiva ou corretiva dirigida à autoridade para a reparação específica da lesão atual ou ameaça de lesão (positiva ou negativa), devendo ser analisada sua eficácia no caso concreto; possui efeito imediato e eficaz porque idôneo para atingir tutela específica, in natura, e não uma reparação econômica;<sup>94</sup> fundamenta-se em um fato objeto de prova documental pré-constituída e é processada com rito sumário especial, assistida subsidiariamente pelo Código de Processo Civil.<sup>95</sup>

A postura de PONTES DE MIRANDA não foi abertamente aceita pelo receio de aceitar o tipo de ação mandamental, entendida esta ação a partir da postura de KUTTNER e GOLDSCHMIDT, como aquela em que o juiz, sem resolver a questão de direito no fundo do litígio, dá a outro órgão do Estado, um mandado por meio de sentença judicial, para que pratique ou se omita de certo ato.<sup>96</sup> A problemática parece resolver-se a partir do entendimento da existência dos provimentos mandamentais, em virtude do art. 461 do CPC, do art. 84 do CDC e a menção expressa aos provimentos mandamentais do art. 14, inc. V do CPC.<sup>97</sup>

### 3. CARACTERÍSTICAS.

É mister fazer ressalva ao fato de que praticamente não existem, na

---

<sup>94</sup> Sobre a tutela específica do Amparo e do Mandado de segurança ver: CAMILLO, Carlos E. Nicoletti. Op. cit., p. 157; DINAMARCO, Pedro da Silva. *A sentença e seus desdobramentos no Mandado de Segurança individual e coletivo*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 684 a 721., p. 686 e 687; FERRAZ, Sergio. Op. cit., p. 23; KAZMIERSKI, Cleide., Op. cit. p. 58; SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 251; e SOSA, E. A., El amparo... p. 118 e 119; dentre outros.

<sup>95</sup> A respeito da natureza jurídica do mandado de segurança consultar: CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti. Op. cit., p. 157 e 158; FERRAZ, Sergio. Op. cit., p. 15 e ss; FREITAS, Ney Jose de. Op. cit., p. 674 e ss; LOPES, João Batista. *Sujeito Passivo no Mandado de Segurança*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 410 a 421., p. 411 e ss; MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança*...14<sup>o</sup> ed., p. 20 e 21; PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 112 e ss; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Op. cit., p. 108; dentre outros.

<sup>96</sup> KUTTNER. *Urteilswirkungen ausserhalb den Zivilprozess*; e GOLDSCHMIDT. *Direito Processual Civil*. In: PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 115.

<sup>97</sup> KAZMIERSKI, Cleide., Op. cit. p. 61

basta bibliografia sobre Mandado de Segurança, estudos específicos sobre as características a serem tratadas neste ponto, inobstante os estudiosos do direito façam sempre alusão ou uma que outra análise do caráter sumário e ao uso do Mandado de Segurança quando do não cabimento de “*habeas corpus*” e “*habeas data*”; motivo pelo qual, tentar-se-á aqui, completar a análise das características do Mandado de Segurança com base no enquadramento compatível do instituto nas obras sobre o Amparo utilizadas para este particular.

### 3.1. **Caráter Excepcional ou residual.**

O Amparo tem caráter excepcional, extraordinário, porque somente procede nos casos em que há restrição ilegal aos direitos consagrados na constituição ou nas leis, ou ameaça iminente e grave de ocorrência, de modo claro, preciso e manifesto. Para CASCO PAGANO este caráter é concedido na existência de “condições básicas de gravidade e urgência”. Ademais é necessário também que os procedimentos ordinários (administrativos e judiciais normais) não existam, sejam ineficazes ou insuficientes para a proteção rápida que o direito lesado requer.

Nesta seara a norma constitucional condiciona a promoção do Amparo às situações em “que devido à urgência do caso não puder remediar-se pela via ordinária”,<sup>98</sup> entendendo-se como “*via ordinária*” o abarcado não somente dos procedimentos ordinários, mas também dos especiais, das vias previas (administrativas) e das paralelas (judiciais). Esta carência ou incapacidade da via ordinária configura-se quando da sua utilização não resulte o remédio da lesão, mas se produza um prejuízo maior ou irreparável na dilação. Em efeito, o específico caráter residual do instituto apresenta-se devido a que ele somente tem cabimento na inexistência ou insuficiência de outro remédio arbitrado no ordenamento jurídico.<sup>99</sup>

Outro traço que marca o caráter excepcional do Amparo é a gratuidade que se encontra constitucional e legalmente consagrada, fato

<sup>98</sup> Artigo 134 da Constituição Nacional, dispositivo em nota supra, nº 13; e inteiro teor em anexo nº 1.

<sup>99</sup> ALSINA, Hugo. *Tratado de derecho procesal*. In: SOSA, E. A., El amparo... p. 55; BAZAN, F., Op. cit., p. 6; CASCO PAGANO, Hernán. Op. cit., p. 1041; MORELLO, Augusto Mario. Op. cit., p. 25; e SOSA, E. A. *Perspectivas...*, p. 84.

pelo qual as suas autuações estão isentas do pago de impostos, selos e outras taxas.<sup>100</sup> É pretensioso, criticável, mas razoável falar que o Dispositivo da Constituição federal que prevê a gratuidade do “hábeas corpus” e do “hábeas data”<sup>101</sup> poderia ser, interpretativamente extensível ao Mandado de Segurança, em virtude da sua parte final.

O Mandado de Segurança tem tratamento diverso das demais ações, ele é cabível a partir da existência de lesão a direito líquido e certo, individual ou coletivo a ser protegido e, nas palavras de WALTER VEADO:

“se a legalidade pode ser coibida através dos meios processuais ordinários, a estes deve recorrer o prejudicado antes de ingressar na via estreita e heróica do Mandado de Segurança”.<sup>102</sup>

Isto é, existindo e sendo disponível ação hábil não é possível o uso do *mandadus*; ademais, para CELSO BARBI, a diferença das demais ações, aqui “o interesse de agir se caracteriza pela exigência de necessidade de acesso pela via específica do Mandado de Segurança”.<sup>103</sup>

É importante ressaltar o caráter residual outorgado pela constituição e pela lei que regulamenta o instituto em virtude dos quais o Mandado de Segurança será concedido “para proteger direito líquido e certo, não amparado por hábeas corpus ou hábeas data (...)” e “para proteger direito líquido e certo, não amparado por Hábeas Corpus (...)”, respectivamente.<sup>104</sup>

### 3.2. Caráter Autônomo e Formal.

Tanto o Amparo quanto o Mandado de Seguranças se constituem em processos e ações autônomos, pois não dependem da existência de outro processo ou ação, deduzidos ou a deduzir-se para a sua promoção,

<sup>100</sup> “O procedimento será breve, sumário e *gratuito*” Art. 134 da Constituição Nacional e Art. 588 do Código Processual Civil, da isenção: “as autuações do amparo estão isentas do pago de impostos de papel carimbado, selos e de todo outro imposto ou taxa”. Inteiro teor dos dispositivos em língua original em anexo nº 1 e 2 respectivamente.

<sup>101</sup> Art. 5º, inc. LXXVII: “são gratuitas as ações de hábeas corpus e hábeas data e, *na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania*”.

<sup>102</sup> Sem especificação de referência em: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Op. cit., p. 109.

<sup>103</sup> TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Op. cit., p. 109.

<sup>104</sup> Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inc. LXIX, “ad initio”; e Lei nº 1533 de 1951, artigo 1º, respectivamente. E sobre a análise destas expressões ver: nota nº 85, “in fine”, supra; e MEIRELLES, H. L. *Mandado...* 14º ed., p. 37 e 38.



pelo qual não devem confundir-se com uma simples medida cautelar, ainda que no curso do processo possam ser usadas medidas acautelatórias ou cautelares. Elas de “*per se*” exigem o restabelecimento “*ipso jure*” da garantia ou direito lesionado em virtude do resguardo dos direitos consagrados constitucionalmente, pela simples qualificação como tais.<sup>105</sup> Entendimento diverso sustenta CASCO PAGANO, em relação ao Amparo, para quem este não é autônomo, mas é uma garantia constitucional e uma “ação introdutória de um processo autônomo”, igual à ação de inconstitucionalidade existente no sistema jurídico paraguaio.<sup>106</sup>

Pelo fato do Amparo referir-se a um juízo de valores sobre a razoabilidade das partes na emergência da afetação de um valor supremo de hierarquia constitucional e não se dirigir à investigação do fundo do problema, ele constitui uma ação de caráter formal.<sup>107</sup> Este fenômeno é aplicável também ao Mandado de Segurança, pois o juiz não se detém a julgar o fundo do litígio entre as partes, mas analisa a iminência do risco ao direito líquido e certo e a remoção da causa dessa lesão.

Para HELY LOPES o Mandado de Segurança:

“distingue-se das demais ações apenas pela especificidade de seu objeto e pela sumariada de seu procedimento, que é *próprio* e só subsidiariamente aceita as regras do Código de Processo Civil”.<sup>108</sup>

### 3.3.Procedimento Sumário.

O procedimento é sumário devido a que o Amparo tem por objeto o restabelecimento imediato de um direito vulnerado quando a lesão ilegítima origina-se manifestamente; nessas circunstâncias, pela evidencia,

---

<sup>105</sup> FERRER, Guillermo Becerra. Naturaleza e presupuestos Del Recurso de Amparo. In: SOSA, E. A., El amparo... p. 56; MORELLO, A. M. Op. cit., p. 22; e SOSA, E. A. Perspectivas..., p. 84.

<sup>106</sup> CASCO PAGANO, Hernán. Op. cit., p. 1041.

<sup>107</sup> Cf. BAZAN, F., Op. cit., p. 7; CASCO PAGANO, Hernán. Op. cit., p. 1045; MORELLO, Augusto Mario. Op. cit., p. 69; e SOSA, E. A., El amparo... p. 56 e do mesmo autor: Perspectivas..., p. 84.

<sup>108</sup> MEIRELLES, H. L. Mandado... 14ª ed., p. 20.

constatação da urgência e pela necessidade de economia processual e celeridade que a essencialidade dos direitos exigem na sua tutela se prescinde do procedimento ordinário prolongado para a resolução do caso.<sup>109</sup> É tendo em vista estes pressupostos que a Constituição prevê um “procedimento breve, sumário, gratuito e de ação pública”, e estabelece que “o magistrado terá faculdade para salvaguardar o direito ou garantia, ou para restabelecer imediatamente a situação jurídica infringida”,<sup>110</sup> e o Código Processual Civil regulamenta o instituto baseado em características de: “brevidade de prazos, inadmissibilidade de recusas, exceções e incidentes, restrição do debate, limitação probatória e gratuidade”.<sup>111</sup> Esta ação não abriga o princípio do contraditório, o direito deve ser demonstrado não sendo pertinente a discussão da matéria na ordem fática.

O Mandado de Segurança tem rito sumário, é uma espécie de remédio constitucional que visa à concessão de uma liminar que tutele direito líquido e certo individual e coletivo. Nas palavras de SEABRA FAGUNDES o instituto:

“destina-se ao amparo de situações, cuja juridicidade seja evidente, (...) por isso mesmo, se processa segundo um rito célere, escoimado das peculiaridades às ações em geral. Tal rapidez de forma permite suscitar, prontamente, o controle do Judiciário, sem que se consume, de modo irremediável, a lesão do direito, ou ate mesmo depois que o ato administrativo comece a operar”.<sup>112</sup>

O rito sumário especial encontra-se instituído na Lei 1533/51, “admitindo antecipação de tutela, cognição exauriente segundo a eventualidade da prova e uma sentença que autoriza execução provisória”, ademais de não admitir produção de novas provas no curso do procedimento, perícias, oitiva de testemunhas, dentre outras dilações probatórias, “não excluindo a possibilidade de utilização de outros mecanismos processuais, como o processo cautelar ou o processo de conhecimento ordinário ou sumario”.<sup>113</sup>

Tanto o Mandado de Segurança quanto o Amparo têm previsão, em

<sup>109</sup> Cf. BAZAN, F., Op. cit., p. 20; MORELLO, Augusto Mario. Op. cit., p. 69; e SOSA, E. A., El amparo... p. 56 e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 84.

<sup>110</sup> Art. 134 da Constituição Nacional, primeiro parágrafo, “in fine” e segundo parágrafo.

<sup>111</sup> CASCO PAGANO, Hernán. Op. cit., p. 1045.

<sup>112</sup> SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 259 e ss.

<sup>113</sup> Cf. DINAMARCO. Pedro da Silva. Op. cit., p. 684; e KAZMIERSKI, Cleide., Op. cit. p. 58.

virtude da celeridade e importância de seus objetos, de prioridade diante dos demais processos, exceto *habeas corpus* e *habeas data*, assim como também não paralisação do feito em virtude de férias forenses ou habilitação de dias e horas inábeis, respectivamente.<sup>114</sup>

#### 4. O DIREITO PROTEGIDO.

A Carta Magna Paraguaia estabelece no seu Art. 134, que poderá pedir Amparo:

“Toda pessoa que por um ato ou omissão ilegítimo, (...), creia-se lesada ou em perigo iminente de sê-lo, de maneira grave, *em um direito ou garantia que consagre esta Constituição, ou a lei*”.

É assim que reunidos os requisitos o Amparo é apto para proteger todos os direitos e garantias reconhecidos no ordenamento jurídico, abarcando qualquer direito subjetivo, independente de ser de natureza pública ou privada, individual, social ou político, ou ainda de caráter patrimonial; porém, estes últimos encontram proteção satisfatória entre os remédios ordinários, pelo qual é difícil que na prática apresentem-se todos os requisitos para configurar a procedência do Amparo, mas em caso de necessidade e pressupostos suficientes nada obsta à proteção destes direitos, já que a própria Constituição não faz distinção entre direitos pessoais e patrimoniais.

A tutela estende-se aos direitos consagrados expressa e implicitamente na constituição e nas leis comuns, em virtude do art. 45 da Constituição, dos direitos e garantias não enunciados, pelo qual a declaração de direitos não é taxativa, pois, a omissão constitucional não implica em negação dos direitos quando inerentes à personalidade humana, e a falta de lei não pode justificar a negação de algum direito ou garantia.<sup>115</sup> A tutela por via do Amparo atinge também as garantias na sua acepção mais

<sup>114</sup> Vide para o Amparo o art. 585 do Código Processual Civil, sobre habilitação de horas e dias inábeis e para o Mandado de segurança o art. 17 da Lei 1533/51 sobre a prioridade do seu processo. Ver também: OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op.cit., p. 181.

<sup>115</sup> Art. 45 da Constituição Nacional: “A enunciação dos direitos e garantias contidos nesta Constituição não deve entender-se como negação de outros que, sendo inerentes à personalidade humana, não figurem expressamente em ela. A falta de Lei regulamentar não poderá ser invocada para negar ou menoscabar algum direito ou garantia”.

ampla. Para certos autores, como CASCO PAGANO, todos os direitos constitucionais e legais encontram-se protegidos pelo Amparo, ainda os derivados de contratos, porque estes constituem lei para as partes em virtude do disposto no artigo 715, do Código Civil Paraguaio; não entanto, entendem os Tribunais Nacionais que se configura, na pratica, improcedência do Amparo pela existência de inúmeros remédios ordinários eficazes e pela dificuldade na apreciação da ilegitimidade da restrição ao direito.<sup>116</sup>

Reza o artigo 5º, inc. LXIX da Constituição Federal, e na mesma dicção a Lei nº 1533/51, no seu artigo 1º: “Conceder-se-á Mandado de Segurança *para proteger direito líquido e certo*”. A expressão empregada nestes dispositivos criou muita controvérsia, pela sua inadequação técnica, inexatidão terminológica e ambigüidade, pois todo direito existente é líquido e certo, sendo passíveis de contestação os fatos, que podem ser ilíquidos e incertos. No dizer de OTHON SIDOU:

“todo direito é certo. O que se quer dizer é fato certo e incontestável, se o fato é certo e sobre ele não se pode levantar uma contestação razoável e se, sendo fato, resulta numa ilegalidade ou abuso de poder, há caso para Mandado de Segurança”.<sup>117</sup>

No mesmo sentido, para PONTES DE MIRANDA:

“o direito como a dívida, só pode ser contestado, não pode deixar de ser líquido. A contestação, por si só, não o torna líquido. Litigioso sim; porem não incerto.(...) Líquidos são os direitos quando a sua existência é afetada sem incertezas ou sem duvidas; quando o paciente mostra que sua posição legal é evidente, sem precisar, para o mostrar, de diligencias e delongas probatórias”.<sup>118</sup>

É direito “*líquido*” o que se apresenta, em tese, com alto grau de plausibilidade; sendo “*certo*” aquele que se oferece incontestável, configurado de plano, documentalmente sempre, sem recurso a dilações probatórias, mas esta distinção é pouco observada na prática forense. O

<sup>116</sup> Cf. CASCO PAGANO, Hernán. Op. cit., p. 1044; e SOSA, E. A., El amparo... cap. VI Dos derechos protegidos, p. 115 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 92.

<sup>117</sup> SIDOU, J. M. Othon. *Do Mandado...*, p. 87.

<sup>118</sup> PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Historia e pratica do Hábeas Corpus*. 2 ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1951., p. 262

conceito de direito líquido e certo foi e ainda é muito discutido na doutrina, o conceito aqui é tomado de forma ampla, e estudado sem isolar as expressões, existe o direito líquido e certo quando há uma situação de fato incontroversa, na qual o autor possa comprovar documentalmente na própria petição inicial. Apesar das divergências, em comum se entende que para que o direito seja líquido e certo deve existir clareza nos fatos, passíveis de serem provados de plano na inicial e mediante documentos, e ainda, pleno amparo dos fatos narrados pelo ordenamento. Nas palavras de ARNOLDO WALD:

“o direito líquido e certo é o direito subjetivo, decorrente de fato inequívoco, suscetível de ser cabalmente provado com documentos junto à inicial, sem necessidade de provas complementares de qualquer espécie, pouco importando a complexidade das questões jurídicas envolvidas na hipótese”.<sup>119</sup>

Na atualidade, o direito líquido e certo, seria uma condição de admissibilidade do Mandado de Segurança, não importando o grau de complexidade fático ou doutrinário. Se o magistrado não analisar o mérito, mas simplesmente decidir pela inexistência do direito líquido e certo, pela falta de prova por parte do impetrante, dos fatos e do direito, isto será fator de carência da ação, configurando falta de Interesse jurídico, condição da ação que enseja a extinção do processo sem julgamento do mérito pelo art. 267, VI do CPC, mas não impedirá nova impetração, desde que se obtenham novas provas. Isto é, na ausência do direito líquido e certo, a ação se extingue sem julgamento do mérito.

O direito líquido e certo deve ter origem em um fato determinado, concreto, material e atual, que se prova documentalmente, de imediato na petição de impetração. No caso de insuficiência de provas documentais para tanto, é possível o mesmo pleito pelas vias ordinárias, pela maior variedade probatória como a testemunhal, depoimentos pessoais, dentre outras vedadas no Mandado de Segurança, no intuito de preservar o seu rito célere e a sua eficiência.<sup>120</sup>

<sup>119</sup> WALD, Arnaldo. *Do Mandado de Segurança na pratica judiciária*. 3ed, Rio de Janeiro: Forense, 1968., p. 121 e 122.

<sup>120</sup> Devido ao escasso espaço de exposição diante de tão rica bibliografia, remete-se ao leitor às obras consultadas sobre o discutido assunto da liquidez e certeza do direito protegido pelo mandado de Segurança: BOCHENEK, Antonio César. *A autoridade coatora e o ato coator no mandado de segurança individual*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do

## 5. CABIMENTO.

### 5.1.Procedência do Amparo em virtude do Art. 134, CN e do Art. 565, CPC.

O Código Processual Civil no seu art. 565 dispõe que é procedente a ação de Amparo nos casos previstos no art. 77 da Constituição Nacional, mas a carta fundamental em questão é a de 1967 em vigência no momento da sanção dessa lei, por isso é necessária a remição atual ao art. 134 da Constituição de 1992 hoje vigente; por este dispositivo pode promover Amparo:

“toda pessoa que por um ato (a) ou omissão (b), manifestamente ilegítimo (c), de uma autoridade (d) ou de um particular (e), considere-se lesado gravemente (f), ou em perigo iminente de sê-lo (g) em direitos ou garantias consagrados na Constituição ou na lei (h), e que devido à urgência do caso não puder remediar-se pela via ordinária (i), (...)”.

É com base neste dispositivo que se desenvolvem os pressupostos a seguir:

a) toda pessoa que por um ato:

O ato deve ser, segundo BIDART CAMPOS, considerado na sua acepção mais ampla, na interpretação do sentido dado pela Constituição,

---

Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 38 a 88., p. 46 e ss; CRETELLA Jr., Op. Cit., p. 26 e ss; DOS SANTOS, Ernane Fidélis. *Mandado de Segurança individual e coletivo*. Em: Mandado de Segurança e de Injunção. Coord. Sálvio de F. Teixeira. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 125 a 134., 128 e ss; FERRAZ, Sergio. Op. cit., p. 18 e ss; KAZMIERSKI, Cleide., Op. cit. p. 63 e ss; FIGUEIREDO, Lucia Valle. *Mandado de Segurança*. São Paulo: Malheiros Editores, 1996., p. 14 e ss; e da mesma autora: *Perfil do Mandado de Segurança Coletivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989., p. 10; MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança*...14º ed., p. 25 e ss; PRUDENTE, Antônio Souza. *Hipótese de incidência constitucional do Mandado de Segurança*. Revista Trimestral de Direito Público. Vol. 25. São Paulo: Malheiros Editores, ..... , p. 181 e ss; OLIVEIRA, F. A., Op.cit., p. 146 e ss; PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 74 e 163 e ss, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 223; SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 251 e ss; SIDOU, J. M. Othon. *Do Mandado*..., p. 86 e ss; e VELLOSO, Op. Cit., p. 56 e ss; e do mesmo autor: *Conceito de Direito Liquido e Certo*. Em: Curso de Mandado de Segurança. Coord. Celso A. Bandeira de Mello. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986. p. 69 a 100., p. 75 e ss;

“como uma ação, um fato, uma operação, uma diligencia, um modo de obrar, um procedimento, já de uma autoridade como tal, ou de uma pessoa privada”.<sup>121</sup>

Pode ser em sentido positivo ou negativo, ou seja, ação ou omissão e ainda uma simples ameaça, desde que a lesão seja iminente. Não importa se o ato procede de particular ou de autoridade estatal, salvo os atos das autoridades excluídos do bojo dos legitimados passivos, a saber: resoluções ditadas por juizes ou tribunais (art. 565, CPC)<sup>122</sup>, os atos de órgãos judiciais, e os atos que estiverem dentro do processo de formação, sanção e promulgação das leis (art. 134, 4º parágrafo, CN).<sup>123</sup>

Exige-se um ato concreto que possa por em risco o direito do postulante, não bastando uma suposição, isto não quer dizer que o titular de direito ameaçado deva aguardar a prática do ato lesivo. Este ato deve ser provado de imediato, de maneira clara, direta, precisa e concisa, pois aqui não se admitem investigações, dúvidas ou dilação probatória. Deve ainda ser subsistente, não ter cessado, do contrario só se procederá a uma declaração por indenização; deste modo não pode ser consumado de um modo irreparável, pois também teria o mesmo resultado de índole patrimonial por “danos e prejuízos” (perdas e danos). E finalmente, não poderá ser consentido, nem poderá deixar-se transcorrer o prazo de interposição (art.567 Código de Processo Civil)<sup>124, 125</sup>.

b) ou omissão:

Os direitos podem ser lesados também por abstenções ou silêncios, atos no sentido negativo, originados muitas vezes por pessoas, sejam estas autoridades ou particulares, que tinham o dever legal de agir de forma oposta, pelo qual a Constituição estende a tutela do Amparo a direitos

<sup>121</sup> CAMPOS, Bidart. *Derecho de Amparo*. In: SOSA, E. A., *El amparo...*, p. 71 e 72.

<sup>122</sup> Indicação do conteúdo do artigo em nota infra, nº. + 2, e inteiro teor do dispositivo em anexo nº 2.

<sup>123</sup> Cf. BAZAN, F., *Op. cit.*, p. 8; CASCO PAGANO. *Op. cit.*, p. 1041 e ss; e SOSA. *El amparo...* p. 74 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 86 e ss.

<sup>124</sup> Art. 567. A dedução da ação. Prazo: a ação de Amparo será deduzida pelo titular do direito lesado ou em perigo iminente de sê-lo ou por quem demonstre ser seu representante, bastando para isso uma simples carta poder ou um telegrama colacionado. Quando o afetado se ver impossibilitado de peticionar por si ou apoderado, poderá fazê-lo em seu nome um terceiro, sem prejuízo da responsabilidade que lhe puder corresponder se atuar com dolo. Em todos os casos a ação será deduzida dentro dos 60 sessenta dias hábeis a partir da data em que o afetado tomo conhecimento do fato, omissão ou ameaça ilegítimo. Inteiro teor do dispositivo em língua original, em anexo nº. 2.

<sup>125</sup> Ver: CASCO PAGANO. *Op. cit.*, p. 1042; e SOSA. *El amparo...* p. 71 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 85 e ss.

lesados por este tipo de conduta. Esta atitude do comportamento tem, no que sua natureza permite, os mesmos requisitos que aquela em sentido positivo para configurar o Amparo.<sup>126</sup>

Existem situações em que uma atividade, demandada pelo interesse coletivo, que deveria realizar-se é omitida pela Administração, lesando direitos dos administrados, os quais não podem promover o “*recurso contencioso-administrativo*” contra omissões, considerados atos inexistentes; é nesse momento que surge a necessidade de peticionar concretamente à Administração a fim de provocar a existência do “*ato administrativo*”, nesta seara a negativa da administração abre as possibilidades do “*recurso contencioso-administrativo*” como via de solução, mas a Administração pode também não dar resposta prolongando o agravo; quando este silêncio ultrapassa o limite razoável ou excede os prazos legais configura-se a violação de um dever jurídico (ilegitimidade manifesta), abrindo as portas ao cabimento do Amparo.

Diante das lesões decorrentes de silêncio ou abstenção da administração foi criado o “*Amparo de pronto despacho*”, com a finalidade de fazer que o autor da omissão reverta sua conduta. A constituição Paraguaia dispõe no seu Art. 40, o direito de peticionar à autoridade e o dever de resposta desta, dando valor denegatório ao não pronunciamento nas condições e prazos previstos em lei; este dispositivo torna desnecessário o Amparo nestas situações de pronunciamento ficto, o problema surge no silêncio da lei, onde se torna procedente o Amparo para emprazar a autoridade a se manifestar, ainda sob pena de dar ao silêncio um valor com efeito jurídico no caso concreto. Deve destacar-se que presente esta situação, o juiz, no caso de omissão ilegítima de autoridade, não poderá suprir a decisão omitida, sob pena de sub-rogar-se nas funções da autoridade, violando o princípio de independência e separação dos Poderes Públicos. A atuação da jurisdição limitar-se-ia a provocar à autoridade, por meio de intimações para que o ato seja executado, sob pena de sanções previstas na lei.<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> SOSA. *El amparo...* p. 104; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 90.

<sup>127</sup> Sobre o Amparo e a omissão administrativa consultar: CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1042; e SOSA. *El amparo...* p. 104 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 90 e 91.



Em casos de mora ou omissão judicial existem remédios processuais que desconstituíram o cabimento do Amparo, mesmo na inexistência da proibição constitucional de cabimento do Amparo contra atos e resoluções do Poder Judiciário.<sup>128</sup> Em relação à omissão legislativa propriamente, a Constituição é enfática na proibição do Amparo contra atos decorrentes do processo de formação, sanção e promulgação das leis, como será visto posteriormente nas hipóteses de descabimento. Cabe destacar a modo de curiosidade que no Paraguai não existe o “*mandado de injunção*” nem a “*ação direta de inconstitucionalidade por omissão*”.

c) manifestamente ilegítimo:

O ato lesivo deve ser evidentemente ilegítimo, cuja ilegitimidade deve ser manifesta e clara, não prescindindo de exame exaustivo segundo o entendimento jurisprudencial consagrado. O importante é que o caráter “*manifesto*” se apresente durante o curso do processo e que exista claramente ao tempo da sentença. Segundo a doutrina o legislador referiu-se à ilegitimidade por ser mais ampla, pois compreende a desconformidade com todo tipo de lei, preceito ou cânone, incluindo o direito natural a justiça e a equidade, enquanto a ilegalidade somente diz respeito às leis positivas e disposições legais do Poder Público.<sup>129</sup>

No sistema jurídico paraguaio a este respeito deve considerar-se o art. 15, inc. c, do CPC que estabelece como dever dos juizes “resolver sempre segundo a lei, sem que lhes seja permitido julgar do valor intrínseco ou a equidade dela”, mas para os juristas ela deve ser lida conforme o ditame de justiça impresso no preâmbulo e no próprio corpo da Constituição, pelo que justificam em este regime jurídico a inadmissibilidade de uma lei ilegítima por violação à Carta Maior.

“O Amparo não é apto para atender conflitos complicados já que requer que a lesão seja inequívoca, sem necessidade de um estudo longo e prolongado dos fatos e de amplo debate e prova”.<sup>130</sup>

<sup>128</sup> Ver: SOSA. *El amparo...* p. 108.

<sup>129</sup> Cf. LAZZARINI, Jose Luis. El juicio de Amparo; e ESCRICHE, Joaquin. Diccionario Razonado de Legislación y Jurisprudencia. In: SOSA. *El amparo...* p. 72.

<sup>130</sup> SOSA. *El amparo...* p. 75.

Mas este entendimento não deve obstar a utilização da via excepcional pelo simples fato do julgador precisar de uma maior investigação para conhecimento da ilegitimidade, já que o indispensável é a evidencia no momento da resolução do Amparo, mediante a convicção aportada no processo. É possível que a ilegitimidade não se mostre flagrante, mas surja em algum elemento probatório compatível com o procedimento sumário.<sup>131</sup>

d) de autoridade:

Para determinados autores o conceito de autoridade esta condicionada à existência de “*imperium*” com relação de subordinação desta derivada. A este respeito ENRIQUE SOSA expressa que:

“nossa Constituição (do Paraguai) faz referencia aos funcionários e empregados públicos como duas categorias, mas o art. 3º da Lei nº. 1626/00 ‘Da função pública’ dispõe que os termos funcionários ou empregados públicos são equivalentes com um mesmo alcance jurídico enquanto a seus direitos e responsabilidades no exercício da função pública”<sup>132</sup>

O conceito de autoridade indicado no texto constitucional para efeitos do Amparo compreende os funcionários e empregados públicos,<sup>133</sup> quando do Poder Executivo, são autoridades administrativas as que exercem funções regradas, discricionárias e as meras vias de fato; quando do Poder Legislativo, o são as pessoas que exercem funções jurisdicionais ou administrativas.

Para CASCO PAGANO “autoridade é a denominação genérica dada aos órgãos e agentes do Poder Público. (...) é a pessoa ou órgão que desempenha suas

<sup>131</sup> Sobre a necessidade de ilegitimidade manifesta ver: SOSA. *El amparo...* p. 72 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 93 e 94.

<sup>132</sup> SOSA. *El amparo...* p. 91.

<sup>133</sup> “Na doutrina do Direito Administrativo se distinguem os atos de autoridade ou de império e os atos de gestão. Os primeiros os primeiros são os que a Administração realiza normalmente no cumprimento de suas funções jurídicas, como ser as decisões (...) e os atos de execução (...); os atos de gestão se subdividem em atos de gestão pública (...) e atos de gestão patrimonial, nos que a Administração atua como pessoa de direito privado, colocando-se na situação dos particulares”. BIELSA, Rafael. *Derecho Administrativo*. In: SOSA. *El amparo...* p. 91 e 92. “entendemos que os atos de uma autoridade a que se refere a Constituição no artigo 134 compreendem os atos de império como os atos de gestão pública, em tanto que os atos de gestão patrimonial correspondem a atos de particulares. (...) a distinção entre ambos tem importância enquanto às chamadas vias previas e no que respeita aos tramites processuais”. SOSA. *El amparo...* p. 92.

funções dentro do amplo espectro das atividades de algum dos poderes do Estado: Executivo ou Legislativo. Não o Judicial”.<sup>134</sup>

Em relação ao Poder Executivo cabe Amparo contra os atos das autoridades dentro dos limites estatuídos para o controle jurisdicionais dos atos administrativos, não invadindo a esfera legal reservada à Administração Pública.

Respeito do poder Legislativo cabe o Amparo contra seus atos administrativos ou simples vias de fato, mas é vedado para atos que constituem a atividade legislativa propriamente dita, porém se a lesão, via ato ilegítimo, se produz pela sanção de uma lei, violando um direito de hierarquia constitucional e as vias normais são inidôneas dever-se-á permitir o Amparo; esta possibilidade é complexa e foge do foco de apreciação deste estudo, pois envolve questões referentes à ação de inconstitucionalidade.

A doutrina, numa tentativa de direcionar futuras reformas dos dispositivos que regulam este assunto, diferencia dois tipos de leis para efeitos de cabimento do Amparo; quando estas são “*auto-executáveis*” são capazes de ferir diretamente ao indivíduo já na sua sanção e quando não “*imediatamente operativas*” requerem de um ato posterior para que possa existir a lesão. No primeiro caso elas permitiriam o Amparo desde antes da execução de seus dispositivos, pois não precisam de um ato que as materialize, no segundo caso não poderá acionar-se o remédio até a execução de um ato decorrente dela passível de gerar lesão. Estes entendimentos são hipotéticos devido a que existe expressa vedação constitucional de cabimento do Amparo contra os atos que estiverem dentro do processo de formação, sanção e promulgação das leis (art. 134, 4º parágrafo, CN).<sup>135</sup>

Em relação a atos de do Poder Judicial existe expressa vedação de ataques a seus atos pela via do Amparo, o principal motivo apontado para esta restrição é o desejo de evitar que o remédio constitucional perturbe o sistema judicial e ameace a instituição da coisa julgada. Ademais deve mencionar-se que existem remédios adequados para a reparação e

---

<sup>134</sup> CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1043.

<sup>135</sup> A exposição sobre os atos de autoridade foi elaborada a partir das obras de: CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1043; e SOSA. *El amparo...* p. 91 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 89 e ss.

paralisação dos prejuízos causados pelos atos judiciais, inclusive dentro do processo em que foram produzidos (art. 398, CPC e art. 454, CPP), circunstancia que em função do caráter residual do Amparo já obstará a possibilidade sua impetração.<sup>136</sup>

e) de particular:

Esta prerrogativa é a principal diferença entre o Amparo e o Mandado de Segurança, ela é defendida pela doutrina como grande vitória na defesa dos direitos e garantias, mas não existe maior atenção para os estudos a seu respeito.

O particular apto para configurar o pólo passivo da ação de Amparo é toda pessoa física ou jurídica que não se enquadre na definição de autoridade pública. Para ENRIQUE SOSA em caso de titularidade passiva de particulares “a tutela (do Amparo) deve proceder seja qual for a origem do ato lesivo”.<sup>137</sup>

Seja qual for a natureza do ato praticado por particular, desde que este provoque uma lesão ou ameaça a direito garantido na Constituição ou nas leis, é passível de provocar o cabimento do Amparo.

Quando o ato proveniente de particular for omissivo e com entidade suficiente para lesar gravemente um direito ou garantia, os órgãos jurisdicionais poderão impor a estes uma obrigação de fazer ou suprir a omissão no intuito da tutela. Como expressa o 4º parágrafo do art. 134, já antes citado: “o magistrado terá faculdade de salvaguardar o direito ou garantia ou restabelecer imediatamente a situação jurídica infringida”.<sup>138</sup>

Devido a que o particular está facultado a fazer todo o que a lei não proíbe e a Administração só pode fazer o que a lei autoriza, no limite do ditame das suas prerrogativas, poderia acreditar-se na possibilidade de maior ofensa a direitos e garantias por atos de particulares, gerando maior

---

<sup>136</sup> SOSA. *El amparo...* p. 100 e ss. É prudente destacar sobre este assunto, nas palavras do autor, que: “A distinção entre o texto do CPC e o da Constituição é clara. No primeiro se declarava improcedente o amparo contra ‘resoluções ou sentenças’; no segundo se esclarece o conceito impedindo o amparo contra atos de órgão judiciais em termos genéricos. (...) Para nossa Lei Fundamental não é a natureza do ato o que determina a inadmissibilidade, senão o órgão do qual emana. Caso se tratar de órgãos administrativos, o amparo é admissível; tratando-se de órgãos judiciais, o amparo não poderá admitir-se. (...) Por tanto o Amparo não é procedente contra atos emanados dos órgãos judiciais, seja qual for a natureza do ato, jurisdicional ou administrativa ou simples vias de fato.” SOSA. *El amparo...* p. 102 e ss.

<sup>137</sup> SOSA. *Perspectivas...*, p. 90.

<sup>138</sup> CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1042; e SOSA. *El amparo...* p. 71 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 90.

quantidade de pedidos de Amparo contra estes; fato que efetivamente teve seu auge em tempos de ditadura, equilibrando-se o panorama posteriormente. Isto leva a entender que não é a maior liberdade de atuação que determina a maior possibilidade de lesão aos direitos, mas afirma o entendimento de que o condicionante é efetivamente o Poder em suas diversas manifestações, fenômeno hoje existente tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

f) considere-se lesado gravemente:

O dano apto para configurar a legitimidade da propositura da ação de Amparo deve ser pessoal ou direto, não hipotético ou provável, mas real e tangível, e neste mesmo sentido deve constituir gravidade.

A lesão deve ter o caráter de gravidade para ser procedente o Amparo, este critério haverá de corresponder à apreciação do magistrado no caso concreto, considerando-se as condições pessoais do autor, pois a noção de gravidade é subjetiva, devendo o juiz recorrer à prudência e sabedoria para esta determinação. “Grave” para a língua espanhola significa grande, de muita entidade, importância;<sup>139</sup> é por este motivo que os tribunais paraguaios entendem que o Amparo pela sua hierarquia constitucional não pode ser utilizado para questões corriqueiras. Quando o direito lesado ou em perigo não contém a gravidade que justifique o Amparo, não existe a urgência que impeça o remédio pela via ordinária.<sup>140</sup>

g) em perigo iminente:

O ato lesivo prescinde de sua efetiva produção, pois, em determinados casos, ainda antes de sua produção, podem existir situações de receio, temor e inquietude suficientes a autorizar a propositura do Amparo, em virtude do propósito de evitar o dano mostrado com indícios certos. Este pressuposto configura a face preventiva do Amparo, diante da iminência ou certeza da produção do ato lesivo, em virtude da existência imediata da ameaça.

A ameaça capaz de suscitar o Amparo é aquela iminente e seria, que configure um perigo certo, que estiver por realizar-se, num futuro próximo, não bastando o simples receio de um fato incerto, hipotético, que

<sup>139</sup> ARGANÁ, Luis Maria e RIERA, Marcos. *El Amparo. Repertorio sobre jurisprudência sobre Amparo Constitucional*. In: SOSA. *El amparo...* p. 74.

<sup>140</sup> Ver: CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1044; e SOSA. *El amparo...* p. 74; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 91.

puder ou não acontecer. Para demonstrar a potencialidade da configuração da lesão devem ser utilizados a razoabilidade e o sentido comum.<sup>141</sup>

h) em direitos ou garantias consagrados na Constituição ou na lei<sup>142</sup>

Em função do dispositivo constitucional que preceitua o amparo, este é apto a proteger todos os direitos consagrados na constituição e nas leis.

i) devido à urgência do caso não puder remediar-se pela via ordinária:

A urgência para CASCO PAGANO é “a condição atual ou iminente do dano, que não admite demora em sua solução”.<sup>143</sup> Também é necessária a utilização previa, em forma infrutuosa, da totalidade das vias previas, tais como os meios processuais de caráter administrativo ou convênios particulares, aptos para o caso concreto. A procedência pela não existência de vias paralelas, ou seja, meios eficazes de proteção jurisdicional do direito violado; a mera existência de meios de defesa, utilizados ou não, determinará a rejeição da ação (tanto juízos ordinários, especiais ou medidas cautelares) desde que idôneos para reparar a lesão.

Quando a violação de um direito surge de forma evidente e urgente torna-se desnecessária a análise exaustiva, sendo possível a tutela imediata do direito lesado. Na falta dessas a situação demandaria uma análise mais aprofundada tornando inócua a sumariedade do remédio, obrigando a utilização da via ordinária.<sup>144</sup>

Colocando-se um porto aparte tratar-se-á a seguir dos casos de descabimento previstos no Código Processual Civil.

---

<sup>141</sup> Cf. CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1044; e SOSA. *El amparo...* p. 109 e 110; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 91.

<sup>142</sup> Este ponto foi desenvolvido no item nº. 4 deste capítulo.

<sup>143</sup> CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1044.

<sup>144</sup> Este tema foi tratado no item referente ao caráter residual do Amparo. Cf. CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1044; e SOSA. *El amparo...* p. 125 e ss.

No art. 565 do Código de Processo Civil,<sup>145</sup> constam três casos de improcedência do Amparo, quais sejam:

1. “contra resoluções ou sentenças ditadas por juizes ou Tribunais”;

Nesta hipótese não é permitido o processamento do Amparo em virtude da salvaguarda à ordem e segurança do sistema judicial e para proteção da coisa julgada. Isto é, deve impedir-se que a garantia constitucional converta-se em fator de perturbação do sistema processual e da ordem jurídica.

2. “quando se trate de restrição à liberdade individual em que corresponda a interposição do Hábeas Corpus”; e

A liberdade individual das pessoas já possui remédio de proteção idôneo e efetivo na garantia constitucional do Hábeas Corpus, não sendo lógico, nem pertinente o uso desnecessário e inadequado do Amparo, em virtude de outra de suas características, qual seja o caráter residual, pelo qual ela não é procedente diante da existência ou idoneidade de outro remédio nas vias ordinárias, previas ou paralelas, incluídas em estas os procedimentos comuns e especiais.

O Hábeas Corpus encontra-se regulado no art. 133 da CN e na Lei nº. 1500/99, nas suas três espécies: preventivo, reparador e genérico.

3. “quando a intervenção judicial impedir direta ou indiretamente a regularidade, continuidade ou eficácia da prestação de um serviço público ou o desenvolvimento de atividades essenciais do Estado”.

O Amparo não pode ser usado em detrimento do interesse geral, devido a que existe a primazia do interesse público sobre o interesse particular (art. 128 CN), é principalmente por isso que seu uso não pode ser empecilho, nem obstar à regularidade dos serviços públicos ou ao desenvolvimento de atividades essenciais do Estado.

Este inciso não foi suficientemente discutido pela doutrina e sua valoração tem eminente caráter político, gerou grandes críticas na Argentina onde teve origem, pela excessiva extensão dos termos empregados que

---

<sup>145</sup> Art. 565. Procedência. A ação de amparo procederá nos casos previstos no artigo 77 da Constituição Nacional. Não procederá: contra resoluções ou sentenças ditadas por juizes ou tribunais (a); quando se tratar de restrição à liberdade individual no que corresponder à interposição de hábeas corpus (b); quando a intervenção judicial impedir direta ou indiretamente a regularidade, continuidade ou eficácia da prestação de um serviço público ou desenvolvimento de atividades essenciais do Estado (c). Inteiro teor do dispositivo em língua original, em anexo nº. 2.

colocam em risco a utilização do remédio constitucional; é por estes motivos que ENRIQUE SOSA ao se referir a esta parte do dispositivo afirma: “podemos qualificar de duvidosa a constitucionalidade da disposição comentada e deve ser comentada restritivamente”.<sup>146</sup>

Mas, além disso, deve considerar-se como fator de improcedência a inexistência de alguns requisitos ou pressupostos de fundo. As causais de improcedência constituem normas de ordem pública e devem ser examinadas de ofício, devem ser plenamente demonstradas e não se fundar em meras presunções. A improcedência requererá de uma maior análise por ser objeto de comprovação, fato pelo qual não poderá determina-se sua rejeição liminar, mas sim seu estudo e decisão na sentença que recair logo da substanciação do juízo.<sup>147</sup>

É mister fazer uma ressalva em relação à inconstitucionalidade passível de ser apreciada no Amparo. Por ser uma ação constitucional, cabe impetração contra ato Inconstitucional, havendo ou não infração à norma inferior. Ou seja, pode ser reprimida uma inconstitucionalidade reflexa, que atinja primeiramente lei inferior e indiretamente norma constitucional, ou um ato diretamente inconstitucional.

Conforme o direito positivo paraguaio todo Amparo implica na proteção de um direito ou garantia constitucional, ou legal, que eventualmente pode ser objeto de violação por meio de ato consistente ou fundado num instrumento normativo (decreto, ordenamento, edito, etc.), conseqüentemente há aqui um pedido implícito de inconstitucionalidade, circunstancia pela qual o órgão jurisdicional deverá pronunciar-se, que seja de forma tácita, sobre a legitimidade do instrumento. Este entendimento tem sido rejeitado por jurisprudências estrangeiras, com base na afirmativa de que a inconstitucionalidade não pode ser declarada mediante procedimento tão sumario quando aquele do Amparo. Não entanto a doutrina é favorável à postura de que a natureza sumaria do Amparo não pode ser obstáculo ao saneamento da inconstitucionalidade. É nesta seara que tiveram ressonância julgados no sentido de que, em virtude do art. 200, CN,<sup>148</sup> o juiz

---

<sup>146</sup>SOSA, E. A., *El amparo...* p. 145.

<sup>147</sup> Sobre a improcedência do amparo foram consultadas além dos dispositivos legais, as seguintes obras: BAZAN, F., *Op. cit.*, p. 9 e ss; CASCO PAGANO. *Op. cit.*, p. 1045 e ss; e SOSA, E. A., *El amparo...* p. 145 e ss.

<sup>148</sup> Este dispositivo constitucional dispõe sobre as funções da Corte Suprema de Justiça, sendo argumentado pela jurisprudência que dito artigo por não impedir, permite.



de primeira instância, pode no juízo de Amparo, qualificar de inconstitucionais os atos que lesionem direitos e garantias da carta magna. Acompanhando a jurisprudência, a doutrina se posiciona no sentido de considerar a inconstitucionalidade como não sendo privativa de leis e normas estatais, mas abarcando toda atividade, ainda que privada, que ofenda a Constituição; reconhecendo neste sentido, o Amparo como instituto de controle constitucional, pelo qual o juiz deve restaurar os direitos e garantias de ordem constitucionais afetados. É mister se afirmar que no juízo de Amparo o juiz não declara de forma expressa a inconstitucionalidade, mas a partir do momento que suspende os efeitos do ato lesivo, restabelecendo o direito constitucional, esta declarando de forma tácita que tal ato é inconstitucional, da mesma maneira que no juízo ordinário ou especial, em virtude da ardem de prelação das leis. BIDART CAMPOS assevera que “ainda que no Amparo possa não se declarar a inconstitucionalidade, a cessação da restrição leva ínsita uma apreciação de inconstitucionalidade”.<sup>149 150</sup>

### **5.1.Procedência do Mandado de Segurança em virtude do Art. 5º, inc. LXIX, CF e do Art. 5º da Lei 1533/51.**

Do mesmo modo acontece com o Mandado de Segurança que encontra os pressupostos para sua impetração a partir do inc. LXIX, do art. 5 da CF, pelo qual:

“Conceder-se-á (a) Mandado de Segurança para proteger direito líquido e certo (b), não amparado por hábeas corpus ou hábeas data (c), quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder (d) for autoridade pública (e) ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (f)”.

A partir deste dispositivo pode se aferir que são elementos necessários ao cabimento do Mandado de Segurança:

a) conceder-se-á mandado de segurança:

<sup>149</sup> CAMPOS, Bidart. *Derecho de Amparo*. In: BAZAN, F., Op. cit., p. 37.

<sup>150</sup> Sobre o Amparo e controle de constitucionalidade consultar: BAZAN, F., Op. cit., p. 35 e ss; MENDONÇA, Juan Carlos. *Inconstitucionalidad, aspectos procesales*. Buenos Aires: Editora El Foro, 1983., p. 34 e ss; e SOSA, E. A., El amparo... p. 58 e ss.

O preceito constitucional determina a outorga da garantia constitucional, a concessão é a prestação jurisdicional, esta normativa é dirigida à autoridade competente para a concessão cogente, que em virtude da competência seria a autoridade judicial, restando esta, compelida pela norma a dar o mandamento de segurança capaz de defender o direito líquido e certo da ilegalidade ou abuso de poder, quando presente os requisitos legais.<sup>151</sup> JOSE DA SILVA PACHECO extrai do dispositivo os aspectos da ação, do processo e da prestação jurisdicional ou sentença:

“O primeiro enfoque constitucional, pois, é da sentença, mas como esta, para poder ser pronunciada, precisa, diante do princípio da inércia jurisdicional, que seja (...) provocada, (...) (há a) necessidade da demanda, como ato inicial, provocador do processo e do exercício da jurisdição. A demanda é instrumentalizada na petição inicial, colocando perante o juízo, (...) a pretensão, contida no pedido de emissão de um provimento jurisdicional mandamental, determinando a prática ou omissão de ato, para viçar, sem óbice, o direito subjetivo, líquido e certo, com a elisão da ilegalidade ou abuso de poder, que o violentava ou ameaçava de violência”.<sup>152</sup>

O Mandado de segurança como ordem ou determinação de retirada de óbices ou ameaças já foi analisado no primeiro ponto deste Capítulo, da etimologia e conceito do instituto.

b) para proteger direito líquido e certo:

O conceito de “direito líquido e certo” é ainda controvertido, devido ao fato de que este tema já foi abordado no item nº 4 de este capítulo, somente destacar-se-á, com base no entendimento dos estudiosos, que é um direito subjetivo, que pode ser provado suficientemente com documentos junto à inicial, que independe de dilações probatórias e que decorre de fato inequívoco não condicionado à complexidade das questões jurídicas.

c) não amparado por “*hábeas corpus*” ou “*hábeas data*”:

Faz-se mister assinalar o fato de que a expressão “*não amparado*” foi criticada por CASTRO NUNES como destacado em nota precedente, indicando a preferência do autor pela expressão “*não amparável*” que expressa a potencialidade do amparo e não a efetiva tentativa frustrada, isto é, exclui a possível interpretação de que tenha sido tentado previamente o

<sup>151</sup> CRETELLA Jr., Op. Cit., p. 9; e PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 73 e ss, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 110 e ss.

<sup>152</sup> PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 73, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 111.

amparo por essas vias com resultado infrutífero, assim sendo, a frase “*não amparável*” entendida como “*que não possa ser amparado*” evitaria transtornos interpretativos.<sup>153</sup>

Cabe destacar que a Constituição anterior só previa a exclusão do remédio constitucional diante do descabimento do “habeas corpus”, mas depois com a criação do “habeas data” na nova Constituição foi ampliada a vedação.

O “habeas corpus” é dos primeiros institutos de proteção dos indivíduos contra as arbitrariedades decorrentes do Poder Público, tem a seu cargo a proteção da liberdade física do indivíduo, ele é previsto na maioria dos ordenamentos jurídicos do mundo afora, como pode ser visto de passagem em alguns países no decorrer do Capítulo II. Tem como imperativo o estabelecido na Declaração universal dos Direitos do Homem de 1948, pelo qual é vedada a prisão arbitrária, a detenção e o exílio, garantindo a liberdade de locomoção e resistência no território de cada Estado.<sup>154</sup> A Carta Maior o prevê no art. 5º, inc. LXVIII:

“Conceder-se-á ‘habeas corpus’ sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”.

O “habeas data” nasce para garantir o direito de informação das pessoas, está previsto na Constituição no inc. LXXII, do art. 5º, e envolve a possibilidade de conhecimento e retificação de informações, ampliada com a Lei 9507 de 1997, que prevê também a anotação de informações, todas estas “constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou privadas de caráter público”.

A Carta fundamental assina a importância dos institutos ao prever a sua gratuidade, no inc. LXXVII do art. 5º, e a jurisprudência ao estender a prerrogativa aos honorários advocatícios.

A limitação do cabimento do Mandado de Segurança pela possibilidade do uso do “habeas corpus” e “habeas data”, são manifestações do seu caráter residual, tratado no ponto 3 deste Capítulo.

---

<sup>153</sup> CASTRO NENES. *Do mandado de segurança*. In: CRETELLA Jr., Jose. Op. Cit., p. 12 e 37 e 38. Ver também nota nº 85.

<sup>154</sup> CRETELLA Jr., Op. Cit., p. 38 e ss; e PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 74 e ss, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 111 e ss.

d) quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder:

Em relação a este requisito PACHECO levanta uma crítica asseverando que, pelo fato da Administração ter sua atuação limitada pelas prerrogativas legais e a finalidade pública, não é necessária a conotação “responsável”, cabível somente em casos de responsabilidade civil, criminal ou administrativa, que não é o foco do preceito constitucional. A responsabilidade supõe liberdade e consciência da obrigação, consistindo na necessidade de prestação de contas da atuação perante autoridade superior, conseqüentemente respondendo pelos danos causados. O autor afirmando que essa não é a intenção do dispositivo, expõe o seu entendimento que a norma deve ser interpretada como dizendo:

“cabe o mandado de segurança quando o ato ou omissão de autoridade ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público revestir-se de ilegalidade ou abuso de poder”.<sup>155</sup>

O ato lesivo ou infringente do direito protegido pelo Mandado de Segurança requer da condição de ilegalidade ou abuso de poder, noções hoje pacificadas, devido à revogação e desuso do imperativo “manifesta”,<sup>156</sup> antigo requisito de configuração; ainda persistente na definição do Amparo Paraguaio, fato que como é sabido pela história brasileira do remédio constitucional, cria brechas para uma apreciação, com marcante tom subjetivo, da admissibilidade do instituto, dando margem a arbitrariedades.

A ilegalidade atacável por Mandado de Segurança consiste em qualquer ato que desrespeite dispositivo constitucional ou infraconstitucional (ato “*contra legem*”), configura um arbítrio, tido como afronta a dispositivo legal ; para PACHECO é uma contrariedade ao direito de um modo geral; cometido por autoridade pública ou autoridade privada no exercício de atribuições do Poder Público. E o abuso de poder é “a ultrapassagem das atribuições ou da competência ou o desvio de finalidade da função exercida”.<sup>157</sup>

O “abuso de poder” é o exercício irregular do poder e pode ser subdividido em “*excesso de poder*” e “*desvio de poder*”, que para

<sup>155</sup> PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 77, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 115.

<sup>156</sup> SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 247 e ss,

<sup>157</sup> Idem ib idem nota 155.

CRETELLA Jr, não são subdivisões, mas figuras paralelas, considerando o abuso de poder como espécie do gênero ilegalidade. No direito brasileiro não é raro o uso indistinto por alguns autores, dos institutos como se idênticos fossem.<sup>158</sup>

Para SEABRA FAGUNDES há identidade nas expressões desvio de finalidade e o desvio de poder do direito francês e para CAIO TÁCITO entre abuso de poder e o excesso de poder do direito francês,<sup>159</sup> fato que não estranho leva a certos autores a entender que ele os conjuga.

O “*abuso de poder*” pode ocorrer com a obediência pelo servidor de menor hierarquia, na prática de ato baseado em ordem manifestamente ilegal do superior. O “*excesso de poder*” é ato praticado por autoridade incompetente, mesmo que esteja seguindo norma legal que prescreva a conduta. Ocorre que mesmo sendo o ato praticado previsto pela lei, não compete a qualquer autoridade executá-la, mas em respeito à legalidade, tão somente às autorizadas pela própria norma. Já o “*desvio de poder*” ocorreria sempre que a autoridade, agindo aparentemente segundo a lei, estar-lhe-ia desrespeitando quanto à finalidade. Estes dissídios doutrinários e jurisprudenciais não podem obstar a impetração do Mandado de Segurança, em virtude do enquadramento dos conceitos constituir “meras convenções classificatórias” e sua distinção não prejudica as condições específicas do mandamus.<sup>160 161</sup>

#### e) autoridade pública:

Autoridade pública é “a pessoa física investida do poder de decisão dentro da esfera de competência que lhe é atribuída pela norma legal”. “O impetrado é a autoridade coatora, e não a pessoa jurídica ou o órgão a que pertence e ao qual o seu ato é imputado em razão do ofício, nada impedindo que a entidade interessada ingresse a qualquer tempo no mandado”.<sup>162</sup>

<sup>158</sup> Ver miscelânea de entendimentos sobre o tema em: CRETELLA Jr., Op. Cit., p. 50 e ss.

<sup>159</sup> SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 79. e CAIO TÁCITO. *O abuso do direito administrativo no Brasil*. In: CRETELLA Jr., Op. Cit., p. 51.

<sup>160</sup> FERRAZ, Sergio. Op. cit., p. 28 e 29.

<sup>161</sup> Sobre a ilegalidade e o abuso de poder consultar: CRETELLA Jr., Op. Cit., p. 50 e ss; DALLARI, Desvio de Poder na Anulação de Ato Administrativo. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P.13 a 27., p. 18 e ss; FERRAZ, Sergio. Op. cit., p. 28 e 29; PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 77, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 115; SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 72 e ss, dentre outros.

<sup>162</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança*...12º ed., p. 10. e citando ao mesmo autor: OLIVEIRA, Francisco A., Op. cit., p. 41.

Também encontra-se na Lei 1533/51, art. 1º, § 1º, o conceito de autoridade configurando estes:

“os representantes ou administradores das entidades autárquicas e das pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas do Poder Público, somente no que entender com essas funções”.

Em virtude do dispositivo constitucional que define o Mandado de segurança verifica-se que o pólo passivo de dita ação é sempre ocupado pela autoridade coatora ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, responsável pela ilegalidade ou abuso de poder. Considerando a autoridade para este efeito na sua generalidade, como “o conjunto das pessoas e entes que exercem função pública”, não importando o tipo de serviço prestado.<sup>163</sup> Para JOSE PACHECO autoridade pública “é o poder, de que se investem certas pessoas, de exercê-lo sobre outra, em função de sua posição de ocupante de cargo ou função pública”.<sup>164</sup>

Cabe destacar também que o mandado de segurança não se requer contra a autoridade, mas contra o ato por ela praticado, ou seja, não se ataca a autoridade, mas o ato ou omissão lesivo. Fato que pode interpretar-se a partir do art. 2º da Lei 1533/51, que define a autoridade federal, asseverando:

“considerar-se-á federal a autoridade coatora se as conseqüências de ordem patrimonial do ‘ato contra o qual se requer o mandado’ houverem de ser suportadas pela União ou pelas entidades autárquicas federais”.

Em virtude disso, entende-se que a admissibilidade do remédio depende da existência de um ato, praticado por uma autoridade coatora ou agente de pessoa física em função delegada, mas nem todos os atos de autoridade são passíveis de habilitar a via do mandado de segurança, é necessário que sejam cometidos ilegalmente ou com abuso de poder, e em conseqüência, que firam direito líquido e certo, como colocado nos pontos anteriores do trabalho.

---

<sup>163</sup> CRETELLA Jr., Op. Cit., p. 61.

<sup>164</sup> PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 77 e 78, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 115 e 116.

Segundo CASTRO NUNES, o ato de autoridade é aquele de pessoa física, do agente ou representantes do Estado no desempenho de função pública.<sup>165</sup> E nas palavras de SCARPINELLA BUENO:

“Todo agente, (...) não faz nada que não agir em nome da pessoa jurídica à qual é vinculado. Em se tratando de pessoas jurídicas de direito público (e a idéia de *função pública* é a contra-face do cabimento do mandado de segurança), a manifestação de seus agentes (públicos) só é válida e, portanto, obrigatória na medida em que se apresente em estreita consonância com o ordenamento jurídico”.  
‘grifos no original’.<sup>166</sup>

Assim sendo, auferese que o ato de autoridade passível de mandado de segurança é o ato praticado pela autoridade coatora, quando ilegal ou abusiva de poder que fira o direito líquido e certo de alguém; deve ser consumado e, quando reversível, que abra a possibilidade de repor o “*status quo ante*”.<sup>167</sup>

Ao contrario do que ocorre com o Amparo Paraguaio está em desuso a classificação dos atos de império e de gestão para efeitos de cabimento do mandado de segurança, como pode conferir-se no tratamento da autoridade coatora no Amparo. Os atos de império seriam os que a Administração pratica no gozo de prerrogativas de autoridade, como a interdição de um estabelecimento; e os de gestão, aqueles ligados às opções de política administrativa, como a venda de um bem.<sup>168</sup>

Além dos atos comissivos, são atacáveis por Mandado de Segurança as omissões de autoridades. É cabível o Mandado de Segurança contra ato omissivo da Administração Pública, sendo desnecessário o seu caráter executório, desde que configure omissão ilegal e ofensiva, de direito individual ou coletivo, líquido e certo do impetrante.<sup>169</sup>

<sup>165</sup> NUNES, Jose de Castro. *Do mandado de segurança: e de outros meios de defesa contra atos do poder público*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1988. p. 73.

<sup>166</sup> BUENO, Cássio Scarpinella. *Mandado de segurança: comentários às Leis n. 1.533/51, 4.348/64 e 5.021/66 e outros estudos sobre Mandado de Segurança*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 20.

<sup>167</sup> SIDOU, J. M. Othon. *Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular: as garantias ativas dos direitos coletivos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 172.

<sup>168</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 393.

<sup>169</sup> Devido ao escasso espaço expositivo e à inúmera bibliografia, para efeitos do estudo da autoridade coatora e o ato coator passível de mandado de segurança foram consultadas, além das obras já citadas: BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Ato Coator*. Em: *Cinquenta Anos de Mandado de Segurança*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e

f) agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público:

Agente é a pessoa física incumbida do exercício de alguma atividade pública, atuando em nome e por conta de uma pessoa jurídica, dentro da estrutura brasileira. A pessoa pode ser de direito público ou privado. O exercício de atribuições do Poder Público refere-se ao exercício de uma atividade decorrente de concessão, delegação ou autorização. Estes agentes exercem: atribuições diretas, implícitas ao cargo e aquelas dos órgãos da pessoa jurídica.<sup>170</sup>

No pressuposto do agente de pessoa jurídica ser agente de pessoa jurídica pública é autoridade pública, como já estudado no item anterior.<sup>171</sup>

Em relação aos agentes de pessoas jurídicas tratados aqui, posiciona-se SEABRA FAGUNDES asseverando que:

“No que se refere, porém, às pessoas naturais ou jurídicas, com funções delegadas do Poder Público, a situação é diferente (das autarquias que são órgãos integrantes da máquina administrativa do Estado). Sendo elas pessoas privadas, para cuja colaboração o Estado apela, os seus agentes não têm em si mesmos a qualidade de órgãos do Poder Público. A sua condição é de administradores e representantes de pessoas privadas. Destarte, a declaração legal de que eles se consideram autoridades assume particular relevo. Tem como consequência tornar pacífico o cabimento do mandado de segurança contra pessoas e atos, a respeito dos quais se pretenderia decerto excluir o seu uso, sob a alegação de carecerem da qualidade

---

Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 31 a 50., p 31 e ss; e do mesmo autor: O Ato Coator. Em: Curso de Mandado de Segurança. Coord. Celso Antonio Bandeira de Mello. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986. p. 7 a 37., p. 7 e ss; BOCHENEK, Antonio César. Op. Cit., p. 55 e ss; DALLARI, Adilson Abreu. A Autoridade Coatora. Em: Curso de Mandado de Segurança. Coord. Celso Antonio Bandeira de Mello. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986. p. 39 a 68., p. 338 e ss; FERRAZ, Sergio. Op. cit., p. 68 e ss; FIGUEIREDO, Lucia Valle. Autoridade Coatora e o Sujeito Passivo. Em: Cinquenta Anos de Mandado de Segurança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 21 a 29., p. 21 e ss; e da mesma autora: A Autoridade Coatora e o Sujeito Passivo Do Mandado De Segurança. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991., p. 46 e ss e 77 e ss; FLAKS, Milton., Op. cit., p. 38 e ss ;LOPES, João Batista. Op. Cit., p. 414; MACIEL, Adhemar Ferreira. Op. Cit., p. 177 e ss; MENDES, Leonardo Castanho. *A Legitimidade Passiva da Autoridade Coatora no Mandado de Segurança*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 460 a 487., p. 476 e ss; OLIVEIRA, Francisco A., Op. cit., p. 42 e ss; RAMON, Nilson. Op. Cit., p. 34 e ss; SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 244 e ss, dentre outros.

<sup>170</sup> PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 78 e 125 e ss, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 116 e 172 e ss..

<sup>171</sup> CRETELLA Jr., Op. Cit., p. 72.



de órgãos estatais. O mesmo é de dizer dos partidos políticos (...) mediante equiparação legal".<sup>172</sup>

Os atos destes agentes quando no exercício da função referida e mediando os demais pressupostos de impetração, eles serão passíveis de Mandado de segurança, não assim quando no exercício de atos de particulares, isto em virtude dos dispositivos em análise, que conceituam o instituto.

Colocando-se um porto aparte tratar-se-á a seguir dos casos de descabimento previstos na lei do Mandado de Segurança.

Inicialmente cabe destacar que há autores que sustentam que estas limitações são inconstitucionais, pois corpos normativos ordinários não podem limitar dispositivos expressos da Constituição.<sup>173</sup>

O artigo 5º da lei 1533/51 restringe o cabimento da ação de Mandado de Segurança, não sendo possível quando se tratar:

1. "De ato que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução":

O artigo 5º, inc. XXXV, CF. prevê que: "a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito" e do mesmo artigo o inc. LXIX. Daí inferem-se algumas situações:

a) Quando não é previsto o recurso suspensivo não pode se cogitar em restrição do mandado de segurança. Para PACHECO:

"regularmente o recurso administrativo somente tem efeito devolutivo. Excepcionalmente, pode ter efeito suspensivo, mas nesse caso, a norma ou o despacho administrativo deve ser explicito".<sup>174</sup>

b) Quando o recurso administrativo é concedido com "efeito suspensivo" e sem a exigência de caução contra ato comissivo de

---

<sup>172</sup> SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 246 e 247.

<sup>173</sup> Carlos Camillo na sua obra cita como defensores desta postura aos Professores Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery; e sustenta que "o dispositivo constitucional não remeteu o regulamento do Mandado de Segurança para a lei, os requisitos para concessão do writ são somente aqueles que a norma constitucional estipula". CAMILLO, Carlos E. Nicoletti. Op. cit., p. 174.

<sup>174</sup> PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 160, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 221.

autoridade não é possível a concessão da segurança, pois a falta de interesse jurídico pelo fato da proteção plena do direito pelas vias administrativas produziria carência da ação;

c) Havendo a preclusão do recurso administrativo, mesmo que este exista em tese, não se pode dizer que é impossível a impetração, sob pena de ferir a norma constitucional.

É visão atualmente superada pela doutrina e jurisprudência o dever de exaustão das vias administrativas para o cabimento do mandado. Interposto ou não recurso administrativo, caberá a impetração do writ, desde que presentes os pressupostos constitucionais. O alcance da norma legal limita-se a casos de interposição do recurso administrativo quando conferido o efeito suspensivo no tempo necessário à tutela do direito, já que só mediando a idoneidade da solução haveria falta de interesse processual na impetração.<sup>175</sup>

Porem, pela sumula 429 do STF: "a existência de recurso administrativo com 'efeito suspensivo' não impede o uso do Mandado de Segurança contra omissão de autoridade".<sup>176</sup>

2. "De despacho ou decisão judicial quando haja recurso previsto nas leis processuais ou haja possibilidade de modificação por via de correção":

Não se deve utilizar o Mandado de Segurança quando há algum meio mais específico para atacar a ilegalidade de ato judicial sob pena de carência de ação, com o qual se obterá os mesmos efeitos, isto é não pode ser utilizada a ação como sucedânea de recurso judicial. Este entendimento é reforçado pela Súmula 267 da Suprema Corte que dispõe: "não cabe Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção".

CARLOS CAMILLO considera que:

"o mandado de segurança contra ato judicial, embora se destine a suspender a eficácia de um ato judicial já praticado, desempenhando função repressiva, tem por objeto maior evitar a figura do 'dano irreparável', revelando-se, neste particular, verdadeira manifestação da função preventiva do mandado de segurança".<sup>177</sup>

---

<sup>175</sup> Cf. CAMILLO, Carlos E. Nicoletti. Op. cit., p. 175 e ss; e PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 160 e ss.

<sup>176</sup> Cf. CAMILLO, Carlos E. Nicoletti. Op. cit., p. 174 e ss; FLAKS, Milton., Op. cit., p. 161 e ss; PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 159 e ss, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 219 e ss.

<sup>177</sup> CAMILLO, Carlos E. Nicoletti. Op. cit., p. 177

A possibilidade de impetração contra ato judicial fica restrita aos casos em que não houver recurso adequado ou para dar efeito suspensivo ao recurso quando a este efeito não fosse dado (em sede de recurso). No primeiro caso, quando para combater a ilegalidade praticada por autoridade judicial (e sendo a correição ineficaz pela natureza da situação), cabe a impetração para fazer valer o direito líquido e certo do coagido. No segundo caso a Lei 9139/95, que alterou o art. 558 do CPC, permitia ao relator suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da Turma ou Câmara, impedindo assim, o uso de Mandado de Segurança ou de cautelar para dar efeito suspensivo em decisão interlocutória agravada. Hoje em virtude das modificações do Código de Processo Civil em matéria de recursos, não é possível recorrer da decisão do relator, fato que determina a possibilidade de impetração do Mandado de Segurança pela inexistência de recurso.<sup>178</sup>

Se o relator não der efeito suspensivo, por abuso de poder ou ilegalidade, caberá Agravo Regimental ao órgão colegiado para atacar tal ato omissivo, ou seja, há impossibilidade de impetração direta para dar o efeito suspensivo ao recurso sem utilização do meio específico (o requerimento ao Relator do agravo). Nos Juizados Especiais, também não cabe qualquer recurso contra as decisões interlocutórias, salvo pedido de reconsideração que tecnicamente não se configura como recurso, então é cabível o instituto para repelir eventual ilegalidade ou abuso de poder praticado pela autoridade judicial. Quanto ao cabimento do Mandado de Segurança contra ato judicial, pode afirmar-se que os atos dos juízes estão sujeitos ao Mandado de Segurança, quando ilegais ou praticados com abuso de poder, da mesma forma que os atos dos membros do Legislativo e Executivo. Por ultimo, é mister mencionar que não cabe Mandado de Segurança contra decisão judicial com transito em julgado. (Sumula 268 do STF).<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> CAMILLO, Carlos E. Nicoletti. Op. cit., p. 177 e ss; FERNACIARI Jr, Clito. Op. Cit., p. 124 e ss; OLIVEIRA, Francisco A., Op. cit., p. 51 e ss; PESSOA, Fabio Guidi Tabosa. *Mandado de segurança contra ato judicial*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 58 a 61., p. 58 e ss.; RAMON, Nilson. Op. Cit., p. 38 e ss

<sup>179</sup> CAMILLO, Carlos E. Nicoletti. Op. cit., p. 179 e ss; FERNACIARI Jr, Clito. Op. Cit., p. 124 e ss; PACHECO, José Da Silva. Op. cit., p. 192 e ss, cc. 4º ed, RT, 2002., p. 219 e ss;

3. “De ato disciplinar, salvo quando praticado por autoridade incompetente ou por inobservância de formalidade essencial”:

“Ocorre o ato disciplinar da administração, consistente na faculdade de punir internamente as infrações dos servidores sujeitos à disciplina dos órgãos e serviços da administração”.<sup>180</sup>

Não pode ser usado o mandado contra o mérito de ato administrativo discricionário, pois a mobilidade deste é prerrogativa do administrador, sob pena de ferir a esfera de atuação que delineia o princípio da separação dos poderes, apesar disso, existem as ressalvas no próprio inciso, segundo o qual é possível essa repressão ao ato disciplinar quando ocorrer ilegalidade ou quando praticado por autoridade incompetente ou em desacordo com formalidade essencial. Não seria análise do mérito administrativo, mas sim, dever constitucional do controle judicial da legalidade dos seus atos. Há na doutrina atenuação desses óbices em virtude dos incisos XXXV e LXIX, do art. 5º, CF, já citados.<sup>181</sup>

Contudo, dentro das hipóteses genéricas de cabimento, havendo qualquer ilegalidade praticada por autoridade caberá a impetração do Mandado de Segurança. Quando o ato disciplinar é praticado por autoridade incompetente, por mais que se trate de uma hipótese específica de descabimento não deixa de atingir a legalidade do ato já que a competência é definida por lei. Assim, também é cabível a impetração do Mandado de Segurança.

É possível também a impetração de Mandado de Segurança quando o ato disciplinar for praticado em descordo com formalidade essencial do processo disciplinar administrativo. Como as formalidades dos atos administrativos são determinadas pela lei, este também acaba sendo um caso de ilegalidade. É vício que atinge os pressupostos genéricos de validade do ato administrativo: como o sujeito e a forma. Quando for

---

PESSOA, Fabio Guidi Tabosa. *Mandado de segurança contra ato judicial*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 58 a 61., p. 58 e ss; RAMON, Nilson. Op. Cit., p. 39 e ss

<sup>180</sup> CAMILLO, Carlos E. Nicoletti. Op. cit., p. 179.

<sup>181</sup> Idem, p. 178 e ss; OLIVEIRA, Francisco A., Op. cit., p. 34 e 48 e ss; e PACHECO, José Da Silva. Op. cit., 4º ed, RT, 2002., p. 179 e ss.

pressuposto de anulabilidade, é convalidável e sua eficácia jurídica será mantida, sendo impossível desfazê-lo através de Mandado de Segurança.<sup>182</sup>

Não pode passar-se por alto a questão dos atos inconstitucionais e a sua declaração por meio do instituto, sendo notável que carta constitucional é omissa quanto à relação do Mandado de Segurança com os atos diretamente inconstitucionais. Hoje pacíficas são doutrina e jurisprudência no sentido de que cabe Mandado de Segurança contra atos inconstitucionais. A omissão constitucional existiria apenas pela obviedade. É possível ainda impetração para cessar os efeitos de ato realizado por autoridade com base em lei inconstitucional, mas é afastada esta possibilidade contra lei em tese, sem geração de efeito concreto prejudicial ao impetrante, assim é que deve ser concedido contra o efeito prático da lei, não contra a lei em si, pois a revogação da lei é incumbência legislativa.<sup>183</sup>

## **6. O RESULTADO.**

### **6.1.A Liminar ou medida de urgência.**

Em virtude do perigo de tornar inoperante, em certos casos, a tutela jurisdicional pela necessidade de urgência do direito lesado, e com fundamento no disposto no segundo parágrafo do art. 134 da Constituição, “o magistrado terá faculdade para salvaguardar o direito ou garantia, ou para restabelecer imediatamente a situação jurídica infringida”, em qualquer instância do processo, poderão ser concedidas, de ofício ou a requerimento de parte, medidas como:

1.De não inovar, se houver princípio de execução do ato ilegítimo ou iminência de lesão grave. Neste caso dever-se-á ordenar a suspensão do ato, ou em caso de omissão, ordenar a sua realização.

2.Outras medidas cautelares, convenientes, quando ao critério do juiz for evidente a violação de um direito ou garantia e a lesão puder resultar irreparável.

---

<sup>182</sup> CAMILLO, Carlos E. Nicoletti. Op. cit., p. 180 e ss; OLIVEIRA, Francisco A., Op. cit., p. 34, 48 e ss; PACHECO, José Da Silva. Op. cit., 4º ed, RT, 2002., p. 220; e SEABRA FAGUNDES, Miguel. Op. cit., p. 292 e ss.

<sup>183</sup> OLIVEIRA, Francisco A., Op. cit., p. 39 e ss.

Após a decretação das medidas a ação de Amparo deve prosseguir até ditar-se sentença. O juiz poderá pedir ao peticionante uma contra-cautela,<sup>184</sup> para garantir o caso de conseguir interdição que não seria procedente, esta caução poderá corresponder a gastos, “danos e prejuízos” (perdas e danos) que as medidas puderem ocasionar em caso de haverem sido pedidas sem direito. Os requisitos neste dispositivo, para conseguir as medidas cautelares são mais estritos do que as exigências para as medidas cautelares em geral, não é necessária só a verossimilhança, mas a evidente violação, critério que deve ser usado de forma criteriosa para não frustrar a reparação pretendida.<sup>185</sup>

Em circunstâncias de impetração de Mandado de Segurança, ao despachar a inicial, o juiz ordenará, se for o caso, a concessão da liminar (art. 7º, lei nº 1533/51). A medida liminar tem eficácia pelo prazo de 90 dias a contar da data da concessão, esse prazo poderá ser prorrogado por 30 dias, quando houver acúmulo de processos pendentes ( art. 1, b, da lei nº 4348). E o artigo 2º dispõe a revogação da medida liminar “*ex officio*” ou a requerimento do Ministério Público, quando o impetrante criar obstáculos ao andamento do processo, ou não promover diligências por mais de três dias, ou abandonar a causa por mais de 20 dias. Com os requisitos da medida liminar em Mandado de Segurança, a concessão se dá pela finalidade constitucional de proteção ao direito líquido e certo, sendo qualquer proibição por ato normativo eivado de inconstitucionalidade, pela restrição à eficácia do remédio constitucional, desprotegendo o direito líquido e certo do impetrante. Desta maneira, na edição de leis ou atos normativos que proíbam ou reduzam a possibilidade de concessão de liminares em sede de Mandado de Segurança poderá o juiz afastar, difusamente, a incidência daquelas espécies normativas por inconstitucionalidade, e conceder a medida.

---

<sup>184</sup> Art. 571, CPC. “Medidas de Urgência: em qualquer estado da instancia o juiz poderá ordenar, de ofício ou a petição de parte, medidas de não inovar, se houver principio de execução ou iminência de lesão grave. Deverá dispor a suspensão do ato impugnado, ordenar a realização do ato omitido ou decretar outras medidas cautelares que julgue convenientes, quando a seu juízo apareça evidente a violação de um direito ou garantia e a lesão puder resultar irreparável. Em qualquer de ditos casos os tramites deverão prosseguir ate ditar-se sentença. O juiz poderá exigir medidas de contra-cautela. O Pedido de medidas de urgência devera resolver-se no mesmo dia de sua apresentação”. Inteiro teor do dispositivo em língua original, em anexo nº. 2.

<sup>185</sup> Cf. BAZAN, F., Op. cit., p. 14 e ss; CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1055 e ss; e SOSA. *El amparo...* p. 176 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 94 e ss.

A possibilidade de obter liminar ou tutela antecipada no procedimento ordinário é o principal fator que condicionou a diminuição do interesse na impetração de Mandado de Segurança e é um dos fundamentos da desnecessidade de estender o remédio constitucional ao caso de lesão de direito por ato ou omissão de particular.<sup>186</sup>

## 6.2.A Sentença.

A função da sentença que recair no juízo de Amparo deverá, acolhida a demanda, proteger o direito ou garantia ameaçados, ou restaurar o “status ante” do direito lesado por ação ou omissão. Disto dispõe o art. 134, CN: “o magistrado terá faculdade para salvaguardar o direito ou garantia, ou para restabelecer imediatamente a situação jurídica infringida”.<sup>187</sup>

O propósito da sentença é o ataque à lesão do direito, não se podendo por seu meio atingir a reparação pecuniária do dano ou o castigo do autor da lesão, limitada aos termos da litis e à cessação do dano que a lesão houver produzido. Ela deve ser fundamentada de forma adequada e suficiente, mas considerando a necessidade de celeridade; a falta de motivação vicia o falho configurando arbitrariedade e em consequência, inconstitucionalidade.

A sentença deve também recair durante a existência do caso concreto, não em situações abstratas, nas quais se perdeu o interesse

---

<sup>186</sup> Cf. FERRAZ, Sergio. *A liminar em Mandado de Segurança*. Em: Cinquenta Anos de Mandado de Segurança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 9 a 20. ; MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança...* 14<sup>o</sup> ed., p. 25 e ss; PEREIRA, Jose Horácio Cintra Gonçalves. *Mandado de Segurança: breves considerações a respeito do prazo de eficácia da liminar e das informações prestadas pela autoridade coatora*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 79 a 83.; PINTO, Teresa Celina de Arruda Alvim. *Medida Cautelar, Mandado de Segurança e Ato Judicial*. São Paulo: Malheiros Editores, 1992.; ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *A liminar no Mandado de Segurança*. Em: Mandados de Segurança e Injunção. Sálvio Figueiredo Teixeira (coord.). São Paulo: Saraiva, 1990., p. 199 a 230.; SIDOU, J. M. Othon. *Medida cautelar em Mandado de Segurança: restrições legais* (Discurso de recepção como membro correspondente do Instituto Mexicano de Derecho Procesal). México, DF., 1966.; TALAMINI, Eduardo. *A efetivação da liminar e da sentença no Mandado de Segurança*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 49 a 61.

<sup>187</sup> Texto constitucional transcrito em notas precedentes, e inteiro teor do dispositivo, em língua original em anexo nº. 1.

jurídico. Os requisitos de conteúdo encontram-se estabelecidos no art. 578 do CPC.<sup>188</sup>

A lei paraguaia não trata a respeito do alcance da sentença, entendendo-se que ela atinge todas as partes envolvidas que intervieram no juízo, não podendo o autor do ato lesivo repetir a violação pessoalmente ou por meio de outrem.

Cabe destacar que “as sentenças recaídas em Amparo não causam estado”, segundo o disposto na Constituição, no seu art. 134, in fine., já anteriormente preceituado pelo CPC. No seu art. 579<sup>189</sup> dispõe que “a sentença recaída fará coisa julgada respeito ao Amparo deixando subsistentes as ações ou recursos que possam corresponder as partes para a defesa de seus direitos com independência do Amparo”.

Em se tratando de ato positivo a sentença deve retroagir ao estado de coisas da situação anterior a comissão do ato. Quando o ato lesivo constitui uma omissão, a sentença que compõe um fazer pode ter efeitos retroativos segundo o caso. Já se há só uma ameaça, a sentença que acolhe o Amparo tem por efeito impedir a comissão do ato.<sup>190</sup>

“a sentença em mandado de segurança poderá ser de carência ou de mérito, se antes não tiver sido indeferida a petição inicial por não ser caso de impetração ou não atender às exigências formais da lei (art. 8º). A carência ocorre quando o impetrante não satisfaz os pressupostos processuais e as condições do direito de agir, tal como previsto no art. 267, VI, do CPC. A sentença de mérito decidirá sobre o direito invocado, apreciando desde a sua existência, até a sua liquidez e certeza diante do ato impugnado, para concluir pela concessão ou denegação da segurança. o mandado de segurança admite decisão repressiva e preventiva (art. 1º). É repressiva quando visa a corrigir ilegalidade já consumada; é preventiva quando se destina a impedir o cometimento de ilegalidade iminente”.<sup>191</sup>

<sup>188</sup> Art. 578, CPC. “Conteúdo da sentença. A sentença que conceder o amparo deverá conter: a designação da autoridade, ente ou pessoa contra cujo ato, omissão ou ameaça se concede o amparo (a); a determinação precisa do que deve fazer-se ou não se fazer (b); e a ordem para o cumprimento imediato do resolvido (c). Ao efeito do cumprimento da sentença o juiz libará os ofícios ou mandamentos correspondentes”. Inteiro teor do dispositivo em língua original, em anexo nº. 2.

<sup>189</sup> Art. 579, CPC. Efeito da sentença. Inteiro teor do dispositivo em língua original, em anexo nº. 2.

<sup>190</sup> Cf. BAZAN, F., Op. cit., p. 24 e ss; CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1062 e ss; e SOSA. *El amparo...* p. 189 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 95 e ss.

<sup>191</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança...* 14º ed., p. 67.



A problemática da coisa julgada, se material ou se formal por ausência de direito líquido e certo, resolve-se pela dicção do art. 16 da Lei 1.533/51, *verbis*: O pedido do Mandado de Segurança poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

O instituto pode ser denegado tanto sem apreciação como com apreciação de seu mérito, de forma que inexistente extinção sem ou com julgamento do mérito por estar ausente a liquidez e certeza do direito, pois, ausente este requisito, a ação mandamental é sempre resolvida por denegação, nunca por extinção. Sendo elas com ou sem o julgamento do mérito.

Quando se afirma estar ausente direito líquido e certo por precariedade de provas ou por necessidade de dilação probatória, ou por ser o Mandado de Segurança a via inadequada; sua denegação faz coisa julgada exclusivamente processual. Desta forma, é plenamente possível ao impetrante vencido, demandar novo mandamus, trazendo neste, provas outras não trazidas na impetração onde fora sucumbente, ou ainda ajuizar ação ordinária se necessário for a dilação probatória.

Quando a denegação é baseada na convicção do juiz de que, realmente, diante de todas as provas possíveis para um determinado caso, não existe liquidez e certeza do direito do impetrante; a sentença faz coisa julgada formal e material, não sendo mais permitido em quaisquer outros processos buscar o impetrante o mesmo intento contra a mesma autoridade, sob pena de ofensa à coisa julgada.<sup>192</sup>

### 6.3.Recursos.

A Constituição Paraguaia não tem manifestação expressa a respeito, mais isso não obsta a possibilidade de recorrer de uma solução que afete ou se considere injusta.

<sup>192</sup>Ver: DINAMARCO. Pedro da Silva. *A sentença e seus desdobramentos no Mandado de Segurança individual e coletivo*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 684 a 721.; FREITAS, Ney Jose de. *A processualização do Mandado de Segurança*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 669 a 683.; MAGRI, Berenice Soubhie Nogueira. *Sentença denegatória de Mandado de Segurança*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 12 a 19.; MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança...* 14º ed., p. 25 e ss.

O Código de Processo Civil admite o exame da sentença em segunda instância através do recurso de apelação, art. 581, “contra a sentença de primeira instancia que acolhe ou nega o Amparo e os casos dos art. 570 e 571<sup>193</sup>, procederá o recurso de apelação, concedido sem efeito suspensivo quando acolhido o Amparo ou dê lugar às medidas de urgência”.

O prazo de interposição do recurso, fundamentado por escrito, é de dois dias de notificadas as resoluções. O juiz correrá traslado à outra parte, para que conteste no mesmo prazo. Posteriormente o juiz elevará o expediente ao tribunal competente. Este será o Tribunal de Apelação do foro correspondente ao juiz que ditou a resolução, que devera ditar sentença no prazo de três dias, causando executória.

A doutrina entende que cabe, ainda frente ao silencio da lei, o recurso de reposição, mas quando couber, será resolvido sem substanciação, sem audiência à outra parte do art. 392, CPC para o regime recursivo geral. Também deve se admitir a queixa por apelação denegada.

Há também silencio a respeito do recurso de nulidade, mas os Tribunais têm entendido que carece de objeto a declaração de nulidade porque no caso específico no Amparo não se produz o reenvio, devendo o tribunal, em todos os casos, ditar sentença de mérito.<sup>194</sup>

Da sentença que negar ou conceder o Mandado de Segurança, caberá apelação nos termos do art. 12 da lei 1.533/51, no prazo de 15 dias (art. 508 do CPC).

“Não mais havendo recurso ordinário em Mandado de Segurança quando a ação for da competência originaria de tribunais locais ou federais, concedida a segurança, só terá lugar o recurso extraordinário para o STF, invariavelmente despido de efeito suspensivo. (CPC, art. 543, inciso 4 ).

Ainda que pela lei 1.533/51, art. 5º, II, não será concedida segurança do despacho em decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado o despacho, por via de correção; a jurisprudência vem amenizando o rigor do dispositivo legal e permitido interposição da segurança, não para discutir, evidentemente, o mérito da causa, que será apreciado através de recurso próprio já interposto, mas para

---

<sup>193</sup> Conteúdo do art. 571 em nota ante, nº - 4. Inteiro teor do dispositivo em língua original, em anexo nº. 2.

<sup>194</sup> Cf. BAZAN, F., Op. cit., p. 26 e ss; CASCO PAGANO. Op. cit., p. 1067 e ss; e SOSA. *El amparo...* p. 198 e ss; e do mesmo autor: *Perspectivas...*, p. 95 e ss.

determinar o cumprimento imediato da decisão, já que em virtude do perigo iminente de prejuízo irreparável, é concedido o efeito suspensivo ao recurso. O Mandado de Segurança complementa o recurso, mas não o substitui. Também não poderá ter cabimento se o recurso não foi tempestivamente interposto.<sup>195</sup>

---

<sup>195</sup> Cf. AURELLI, Arlette Inês. *Recursos e a ação de Mandado de Segurança*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 89 a 120.; FREITAS, Ney Jose de. Op. Cit., p. 670 e ss; PEREIRA, Jose Horácio Cintra Gonçalves *Mandado de Segurança: Recursos*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 441 a 459.; MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança...* 14<sup>o</sup> ed., p. 71 e ss

## CONCLUSÃO.

O presente trabalho desvendou um tênue reflexo da brilhante doutrina que semeia e cultiva o estudo de institutos importantes à dignidade e desenvolvimento da pessoa humana, pelo caráter tuitivo que os emoldura. É assim que o Amparo e o Mandado de Segurança constituem garantias constitucionais dos direitos consagrados no ordenamento jurídico em face dos desmandos decorrentes de diversos focos de Poder.

Como dito inicialmente não foi possível uma exposição de plexo comparativo, principalmente por uma questão metodológica, de ordem e coerência. Esta impossibilidade mostra-se aparente diante de certos vernizes da matéria, mas se delata no decorrer do texto diante da discrepância até de assuntos conexos ao estudo dos institutos, não entanto, pode constatar-se a pertinência de uma comparação em traços gerais dos remédios constitucionais, devido às peculiaridades trazidas à tona no transcurso da pesquisa e redação; e que por serem curiosas e de certo modo conclusivas encontram aqui um campo fértil de desenvolvimento.

De fato o Amparo e o Mandado de segurança são institutos análogos, mas com particularidades, umas próprias e outras decorrentes dos seus próprios ordenamentos jurídicos, o que motivou a um aprofundamento da análise num sentido paralelo e não comparativo.

A distinção inicia-se na gênese dos institutos, pois o Mandado de Segurança surge do postulado de inúmeras tentativas infrutuosas, que passaram de placebos, a remédios “sui generis”, para finalmente dar origem a um instituto eficaz de proteção; o Amparo Paraguaio teve um surgimento menos conturbado, sendo simplesmente exportado, configurando-se mediante uma harmônica assimilação da evolução de institutos do direito comparado.

A definição de cada um, em virtude dos dispositivos que as preceituam, também apresenta elementos diferenciados; o Amparo possui um tom mais amplo e com marcante subjetivismo, pois é uma ação que pode ser interposta por toda pessoa que se considere lesada gravemente ou em perigo iminente de sê-lo em direitos e garantias constitucionais e legais, por ato ou omissão manifestamente ilegítimo, de uma autoridade ou

particular, e que devido à urgência do caso não puder ser remediado pela via ordinária. Já o Mandado de Segurança é uma ação para proteção de direito líquido e certo, não amparado por hábeas corpus ou hábeas data, de ato ilegal ou abusivo de poder proveniente de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Pode constatar-se aqui que o intuito das ações é similar no sentido genérico, distando nos requisitos específicos de cada elemento, v.g. o direito líquido e certo e a ilegitimidade manifesta.

A natureza jurídica é bastante homogênea, discrepando unicamente na natureza específica da ação em virtude do resultado, sendo o Mandado de segurança maioritariamente mandamental e o Amparo constitutivo em virtude do seu cabimento contra ato de particular.

Em relação ao direito protegido a doutrina do Amparo é dilacionista e a do Mandado de Segurança reducionista, já que no primeiro há quem assevere que ele pode até proteger direitos decorrentes dos contratos por estes se consubstanciar como lei entre as partes, e no segundo exigem-se de certa forma, condicionantes que por bem, hoje são referidos aos fatos.

No tocante ao uso dos institutos para defesa contra atos da Administração Pública não há maiores divergências, a não ser a distinção ainda perseverante, entre os atos de gestão e os atos de império para provocar o amparo, distinção revogada e em desuso no ordenamento brasileiro. Outro fator é o marcante temor à substituição do administrador pelo juiz, grave ofensa ao princípio da separação e independência dos poderes, em virtude de possíveis abusos no controle jurisdicional dos atos administrativos, principalmente os discricionários como é de se esperar; a doutrina do *mandamus* tem entendimento mais flexível quanto à relativização (não supressão) da vedação da análise judiciária do mérito administrativo, postura justificada pela consciência da necessidade de um controle mais efetivo dos atos da Administração.

A principal diferença entre os institutos compreende a possibilidade de defesa contra atos de particulares pela via do Amparo, esta característica é tristemente pouco valorada para fins de estudo doutrinário no Paraguai, configurando amplamente a máxima: ninguém valora aquilo de que não carece. Esta peculiaridade do Amparo é almejada por diversos autores

estudiosos do mandado de segurança.<sup>196</sup> Já que, no atual Estado Democrático de Direito, não se justifica, como em tempos de ditadura, a sola impetração contra atos de autoridades. Destaca-se, como visto inicialmente no trabalho, que esta necessidade já era vista, em tempos de surgimento do mandado, nos projetos embrionários que o precederam. E mais, o direito lesado justifica a sua tutela pela sua simples consagração constitucional ou legal, não importando a origem do ato que a provocou, visto que hoje em dia não é somente a estrutura estatal a possuidora de vantagens decorrentes do poder.

O cabimento em relação à lei em tese e os atos do Poder Legislativo é o mesmo. Não sendo assim a admissibilidade contra atos do Judiciário, que pelo Amparo encontram-se expressamente vedados, sejam estes atos jurisdicionais ou de qualquer outra natureza quando decorrente de órgão do Poder Judiciário. Porém, em se tratando de Mandado de Segurança a vedação é referente a casos de decisões ou despachos com recurso previsto ou havendo possibilidade de modificação por via de correção, mas para a prática forense, esta restrição cabe somente quando essa via é apta para a defesa do direito infringido.

Em virtude da ciência em relação à carência jurisprudencial no trabalho, motivada pela escassez de espaço expositivo, ouça-se indicar ao leitor, para efeitos do Amparo, a consulta à obra da Corte Suprema de Justiça, intitulada *Garantias Constitucionais: Apuntes Doctrinarios, Legislación Aplicable y Jurisprudencia Nacional*.

Como foi dito no início não se almejava esvaziar o tema, e se pretendeu não rastejar no limiar do superficial, não se alcançará a verdade, mas simplesmente se deu um passo na escada rumo ao conhecimento, as portas se abriram, andamos...

---

<sup>196</sup> KAZMIERSKI, Cleide. *Mandado de Segurança: o devir*. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Luiz Guilherme Marinoni, 2003; e SPITZCOVSKY, Celso. *O particular no pólo passivo do Mandado de Segurança*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 34 a 41.

**ANEXO. 1.****REPÚBLICA DE PARAGUAY  
CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1992**

Última Actualización / Last Updated: November 7, 2005

**PREÁMBULO**

El pueblo paraguayo, por medio de sus legítimos representantes reunidos en Convención Nacional Constituyente, invocando a Dios, reconociendo la dignidad humana con el fin de asegurar la libertad, la igualdad y la justicia, reafirmando los principios de la democracia republicana, representativa, participativa y pluralista, ratificando la soberanía e independencia nacionales, e integrado a la comunidad internacional, SANCIONA Y PROMULGA esta Constitución.

Asunción, 20 de junio de 1992

**PARTE I.****DE LAS DECLARACIONES FUNDAMENTALES, DE LOS DERECHOS, DE  
LOS DEBERES Y DE LAS GARANTÍAS****TÍTULO II.****DE LOS DERECHOS, DE LOS DEBERES Y DE LAS GARANTÍAS****CAPÍTULO XII****DE LAS GARANTÍAS CONSTITUCIONALES****Artículo 131 - DE LAS GARANTÍAS**

Para hacer efectivos los derechos consagrados en esta Constitución, se establecen las garantías contenidas en este capítulo, las cuales serán reglamentadas por la ley.

**Artículo 132 - DE LA INCONSTITUCIONALIDAD**

La corte suprema de Justicia tiene facultad para declarar la inconstitucionalidad de las normas jurídicas y de las resoluciones judiciales, en la forma y con los alcances establecidos en esta Constitución y en la ley.

**Artículo 133 - DEL HABEAS CORPUS**

Esta garantía podrá ser interpuesto por el afectado, por sí o por interpósita persona, sin necesidad de poder por cualquier medio fehaciente, y ante cualquier Juez de Primera Instancia de la circunscripción judicial respectiva.

El Hábeas Corpus podrá ser:

1. **Preventivo:** en virtud del cual toda persona, en trance inminente de ser privada ilegalmente de su libertad física, podrá recabar el examen de la legitimidad de las circunstancias que, a criterio del afectado, amenacen su libertad, así como una orden de cesación de dichas restricciones.

2. **Reparador:** en virtud del cual toda persona que se hallase ilegalmente privada de su libertad puede recabar la rectificación de las circunstancias del caso. El magistrado ordenará la comparecencia del detenido, con un informe del agente público o privado que lo detuvo, dentro de las veinticuatro horas de radicada la petición. Si el requerido no lo hiciese así, el Juez se constituirá en el sitio en el que se halle recluida la persona, y en dicho lugar hará juicio de méritos y dispondrá su inmediata libertad, igual que si se hubiere cumplido con la presentación del detenido y se haya radicado el informe. Si no existiesen motivos legales que autoricen la privación de su libertad, la dispondrá de inmediato; si hubiese orden escrita de autoridad judicial, remitirá los antecedentes a quien dispuso la detención.
3. **Genérico:** en virtud del cual se podrán demandar rectificación de circunstancias que, no estando contempladas en los dos casos anteriores, restrinjan la libertad o amenacen la seguridad personal. Asimismo, esta garantía podrá interponerse en casos de violencia física, psíquica o moral que agraven las condiciones de personas legalmente privadas de su libertad. La ley reglamentará las diversas modalidades del hábeas corpus, las cuales procederán incluso, durante el Estado de excepción. El procedimiento será breve, sumario y gratuito, pudiendo ser iniciado de oficio.

#### **Artículo 134 - DEL AMPARO**

Toda persona que por un acto u omisión, manifiestamente ilegítimo, de una autoridad o de un particular, se considere lesionada gravemente, o en peligro inminente de serlo en derechos o garantías consagradas en esta Constitución o en la ley, y que debido a la urgencia del caso no pudiera remediarse por la vía ordinaria, puede promover amparo ante el magistrado competente. el procedimiento será breve, sumario, gratuito, y de acción popular para los casos previstos en la ley.

El magistrado tendrá facultad para salvaguardar el derecho o garantía, o para restablecer inmediatamente la situación jurídica infringida.

Si se tratara de una cuestión electoral, o relativa a organizaciones políticas, será competente la justicia electoral.

El Amparo no podrá promoverse en la tramitación de causas judiciales, ni contra actos de órganos judiciales, ni en el proceso de formación, sanción y promulgación de las leyes.

La ley reglamentará el respectivo procedimiento. Las sentencias recaídas en el Amparo no causarán estado.

#### **Artículo 135 - DEL HABEAS DATA**

Toda persona puede acceder a la información y a los datos que sobre si misma, o sobre sus bienes, obren en registros oficiales o privados de carácter público, así como conocer el uso que se haga de los mismos y de su finalidad. Podrá solicitar ante el magistrado competente la actualización, la rectificación o la destrucción de aquellos, si fuesen erróneos o afectaran ilegítimamente sus derechos.



**ANEXO. 2.****CODIGO PROCESAL CIVIL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY com as modificações posteriores.**

**Art. 565.** Procedencia. La acción de amparo procederá en los casos previstos en el artículo 77 de la Constitución Nacional. No procederá:

- a) contra resoluciones o sentencias dictadas por jueces o tribunales;
- b) cuando se trate de restricción a la libertad individual en que corresponda la interposición de habeas corpus;
- c) cuando la intervención judicial impidiere directa o indirectamente la regularidad, continuidad o eficacia de la prestación de un servicio público o desenvolvimiento de actividades esenciales del Estado.

**Art. 566.** Juez Competente. Será competente para conocer en toda acción de amparo cualquiera juez de primera instancia con jurisdicción en el lugar en que el acto, omisión o amenaza ilegítimo tuviere o pudiere tener efectos. Cuando un mismo acto, omisión o amenaza afectare el derecho de varias personas, entenderá en todas las demandas el magistrado que hubiere prevenido, disponiéndose, en su caso, la acumulación de autos.

**Art. 567.** Deducción de la acción. Plazo. La acción de amparo será deducida por el titular del derecho lesionado o en peligro inminente de serlo por quien demuestre ser su representante, bastando para ello una simple carta poder o un telegrama colacionado. Cuando el afectado se viera imposibilitado de peticionar por sí o apoderado, podrá hacerlo en su nombre un tercero, sin perjuicio de la responsabilidad que le pudiera corresponder si actuare con dolo.

En todos los casos la acción será deducida de los sesenta días hábiles a partir de la fecha en que el afectado tomó conocimiento del acto, omisión o amenaza ilegítimo.

**Art. 568.** Legitimación activa. Se hallan legitimados para peticionar amparo:

- a) las personas físicas o jurídicas;
- b) los partidos políticos con personería reconocida por el organismos electoral competente;
- c) las entidades con personería gremial o profesional; y
- d) las sociedades o asociaciones que, sin investir el carácter de personas jurídicas, justificaren, mediante exhibición de sus estatutos, que no contrarían una finalidad de bien común.

**Art. 569.** Forma y contenido de la demanda. La demanda deberá interponerse por escrito y contendrá:

- a) el nombre, apellido y domicilio real y constituido del accionante;
- b) el nombre, apellido y domicilio real o legal de la persona cuya acción, omisión o amenaza origina el amparo. En su caso, el juez, ante la imposibilidad de que se cumpla con este requisito, arbitrará las medidas necesarias para establecer la relación procesal;
- c) la relación de los hechos, actos, omisiones o amenazas que ha producido o están en vía de producir la lesión de derechos cuyo amparo se pretende; y
- d) las peticiones que se formulan.

Con el escrito de demanda del accionante acompañará la prueba instrumental de que disponga o la individualizará, si no se encontrare en su poder, con indicación del archivo, protocolo o persona en cuyo poder se encuentre.

**Art. 570.** Rechazo "in limine". El juez que reciba la demanda de amparo debe enterarse de ella inmediatamente y, si la encontrare de notoria improcedencia, la rechazará y ordenará su archivo. Esta resolución será apelable en los términos del artículo 581. En el caso de omitirse alguno de los recaudos establecidos en el artículo precedente, el juez dispondrá, de oficio, que el demandante los complete a los efectos de su sustanciación.

**Art. 571.** Medidas de urgencia. En cualquier estado de la instancia el juez podrá ordenar, de oficio o a petición de parte, medidas de no innovar, si hubiere principio de ejecución o inminencia de lesión grave. Deberá disponer la suspensión del acto impugnado, ordenar la realización del acto omitido o decretar otras medidas cautelares que juzgue convenientes, cuando a su juicio aparezca evidente la violación de un derecho o garantía y la lesión pudiere resultar irreparable. En cualquiera de dichos casos los trámites deberá proseguir hasta dictarse sentencia. El juez podrá exigir medidas de contracautela. El pedido de medidas de urgencia deberá resolverse el mismo día de su presentación.

**Art. 572.** Informe. Cuando la demanda fuere formalmente procedente y se tratare de acto, omisión o amenaza de órgano o agente de la administración pública, el juez requerirá de éste un informe circunstanciado acerca de los antecedentes de las medidas impugnadas y sus fundamentos, el que deberá ser evacuado dentro del plazo de tres días.

En casos excepcionales este plazo podrá ser ampliado por el juez, prudencialmente, en consideración a la distancia y a los medios de comunicación.

**Art. 573.** Traslado. Si el acto, omisión o amenaza ilegítimo fuere atribuido a un particular, el juez citará a éste y al actor a una audiencia a celebrarse dentro de tercer día, a la que deberán comparecer por sí o por apoderados. En dicha audiencia el particular contestará la demanda y ofrecerá su prueba de descargo, y el acto las que no sean documentales.

Al contestar la demanda o evacuar el informe, deberá cumplirse, en lo relativo a la prueba, la carga impuesta por el artículo 569.

**Art. 574.** Prueba. Contestada la demanda o el informe se producirá la prueba ofrecida por las partes, a cuyo efecto el juez adoptará las providencias necesarias. La prueba será diligenciada dentro de los tres días de ofrecida.

El número de testigos propuestos no podrá exceder de tres por cada parte, siendo carga de éstas hacerlos comparecer a su costa, cualesquiera fueren sus domicilios, sin perjuicio de que el juez los pueda hacer comparecer por la fuerza pública.

No se admitirá la prueba confesoria.

**Art. 575.** Incomparecencia del acto o del demandado. Si el actor no compareciere a la audiencia, por sí o por apoderado, se lo tendrá por desistido, ordenándose el archivo de las actuaciones, con imposición de costas. Si fuere el accionado quien no concurriere, se recibirá la prueba del actor, si la hubiere, y quedarán los autos en estado de sentencia.

**Art. 576.** Sentencia. Plazo. Contestada la demanda o evacuado el informe, en su caso, o vencido el plazo para hacerlo, y producida la prueba, el juez dictará sentencia dentro de segunda día, concediendo o denegando el amparo.

Si no existiere prueba que diligenciar, el juez dictará sentencia dentro de segunda día de contestada la demanda o de recibido el informe, o de vencidos los plazos respectivos.

**Art. 577.** Retardo de justicia. Si dentro del plazo establecido el juez no dictare sentencia, cualquiera de las parte podrá denunciar este hecho a la Corte Suprema de Justicia, la cual dispondrá que, sin otro trámite, se pase los autos al juez que sigue en el orden de turno para que dicte sentencia, y aplicará al infractor la medida disciplinaria correspondiente.

**Art. 578.** Contenido de la sentencia. La sentencia que conceda el amparo deberá contener:

- a) la designación de la autoridad, ente o persona contra cuyo acto, omisión o amenaza se concede el amparo;
- b) la determinación precisa de lo que debe hacerse o no hacerse; y
- c) la orden para el cumplimiento inmediato de lo resuelto.

Al efecto del cumplimiento de la sentencia el juez librará los oficios o mandamientos correspondientes.

**Art. 579.** Efecto de la sentencia. La sentencia recaída hará coas juzgada respecto al amparo, dejando subsistentes las acciones que pudieran corresponder a las partes para la defensa de sus derechos, con independencia del amparo.

Derogado por el artículo 1° de la Ley N° 600/95

**Art. 580.** Sentencia inmediata. Cuando por las circunstancias del caso y la urgencia con que deba concederse la tutela no fuere posible sustanciar el amparo, el juez dictará sentencia sin más trámite.

**Art. 581.** Recurso de apelación. Contra la sentencia de primera instancia que acoge o deniega el amparo, así como en los casos de los artículos 570 y 571 procederá el recurso de apelación, el que será concedido sin efecto suspensivo cuando se acoja el amparo o se haga lugar a las medidas de urgencia.

El recurso deberá interponerse y fundamentarse por escrito dentro del segundo día de notificadas las resoluciones mencionadas. El juez correrá traslado del mismo a la otra parte, la que deberá contestar dentro del plazo de dos días. Inmediatamente el juez elevará el expediente al Tribunal de Apelación competente.

De este recurso conocerá el Tribunal de Apelación del fuero correspondiente al juez que dictó la resolución: el mismo deberá dictar sentencia, sin más trámite, dentro de un plazo no mayor de tres días, la que causará ejecutoria.

Modificado por el artículo 1° de la Ley N° 600/95

**Art. 582.** Declaración de inconstitucionalidad. El juez podrá pronunciar expresamente la inconstitucionalidad de leyes, decretos, reglamentos u otros actos normativos de autoridad, cuando ello fuere necesario para la concesión del amparo. La apelación, en este caso, será resuelta por la Corte Suprema de Justicia.

**Art. 583.** Cumplimiento de la sentencia. El órgano o agente de la administración pública a quien se dirija el mandamiento, deberá cumplirlo sin que pueda oponer excusa alguna ni ampararse en la obediencia jerárquica. Si por cualquier circunstancia el mandamiento no pudiera diligenciarse con la autoridad a quien está dirigido, se entenderá con su reemplazante y, a falta de éste, con su superior jerárquico.

Cuando se tratare de particular, bastará notificarle por el medio más rápido en el domicilio donde fue citado y notificado de la demanda; sin perjuicio de las medidas que para un mejor cumplimiento de la sentencia disponga el juez.

**Art. 584.** Remisión de los antecedentes al juez del crimen. En los casos en que el órgano, agente de la administración pública o particular requerido demorare maliciosamente, de manera ostensible o encubierta, notare o en alguna forma obstaculizarse la sustanciación del amparo, el juez pasará los antecedentes al juez del crimen que corresponda, a los fines previstos en el Código Penal.

**Art. 585.** Habilitación de días y horas inhábiles. Durante la sustanciación del juicio y la ejecución de la sentencia, quedarán habilitados por imperio de la ley días y horas inhábiles. Las partes deberán comparecer diariamente a secretaría a notificarse por nota de las resoluciones, en días y horas hábiles.

Sólo la notificación de la demanda y de la sentencia que acoja o desestime el amparo se hará en los domicilios denunciados o constituidos, por cédula o por telegrama colacionado.

**Art. 586.** Limitaciones y facultades. En este juicio no podrán articularse cuestiones previas o de competencia, excepciones ni incidentes. El juez, a petición de parte o de oficio, subsanará todos los vicios o irregularidades del procedimiento, asegurando, dentro de la naturaleza sumarísima de este juicio, la vigencia del principio de contradicción. Durante la sustanciación del mismo, el juez o tribunal interviniente podrá ordenar allanamientos y solicitar el auxilio de la fuerza pública.

En este juicio no procede la recusación, sin perjuicio del deber de excusación que tienen los jueces, conforme a lo dispuesto por el artículo 19 de este Código.

**Art. 587.** Costas. Sin perjuicio del principio consagrado en el artículo 192, no habrá condena en costas si antes de vencido el plazo para la contestación de la demanda o del informe a que se refieren los artículos 572 y 573, cesara el acto, la omisión o la amenaza en que se fundó el amparo.

Si el vencido fuera autoridad, serán responsables solidariamente el agente de la administración pública y el órgano a que él pertenece.

**Art. 588.** Exención. Las actuaciones del amparo están exentas del pago del impuesto de papel sellado, estampillas y de todo otro impuesto o tasa.

[http://www.leyes.com.py/rubros/constitucion\\_codigos\\_convenios/codigos/Procesal\\_civil/Libro4/IV\\_tituloII.html](http://www.leyes.com.py/rubros/constitucion_codigos_convenios/codigos/Procesal_civil/Libro4/IV_tituloII.html)

### ANEXO. 3.

#### INTEIRO TEOR DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS REFERENTES AO INSTITUTO DO AMPARO NA ORDEM LATINO-AMERICANA, EM LINGUA ORIGINAL.

#### CONSTITUCION DE LA REPUBLICA ARGENTINA, CONFORME REFORMA DEL AÑO 1994.

**Art. 43.** Toda persona puede interponer acción expedita y rápida de amparo, siempre que no exista otro medio judicial más idóneo, contra todo acto u omisión de autoridades públicas o de particulares, que en forma actual o inminente lesione, restrinja, altere o amenace, con arbitrariedad o ilegalidad manifiesta, derechos y garantías reconocidos por esta Constitución, un tratado o una ley. En el caso, el juez podrá declarar la inconstitucionalidad de la norma en que se funde el acto u omisión lesiva.

Podrán interponer esta acción contra cualquier forma de discriminación y en lo relativo a los derechos que protegen al ambiente, a la competencia, al usuario y al consumidor, así como a los derechos de incidencia colectiva en general, el afectado, el defensor del pueblo y las asociaciones que propendan a esos fines, registradas conforme a la ley, la que determinará los requisitos y formas de su organización.

Toda persona podrá interponer esta acción para tomar conocimiento de los datos a ella referidos y de su finalidad, que consten en registros o bancos de datos públicos, o los privados destinados a proveer informes, y en caso de falsedad o discriminación, para exigir la supresión, rectificación, confidencialidad o actualización de aquéllos. No podrá afectarse el secreto de las fuentes de información periodística.

Cuando el derecho lesionado, restringido, alterado o amenazado fuera la libertad física, o en caso de agravamiento ilegítimo en la forma o condiciones de detención, o en el de desaparición forzada de personas, la acción de hábeas corpus podrá ser interpuesta por el afectado o por cualquiera en su favor y el juez resolverá de inmediato, aun durante la vigencia del estado de sitio.

DISPONIVEL

EM:

<http://www.senado.gov.ar/web/interes/constitucion/capitulo2.php>, ACESSO EM: 17/08/2006.

#### CONSTITUCION POLITICA DE LA REPUBLICA DE CHILE.

**Art. 20.** El que por causa de actos u omisiones arbitrarios o ilegales, sufra privación, perturbación o amenaza en el legítimo ejercicio de los derechos y garantías establecidos en el artículo 19, números 1., 2., 3. inciso cuarto, 4., 5., 6., 9. inciso final, 11., 12., 13., 15., 16. en lo relativo a la libertad de trabajo y al derecho a su libre elección y libre contratación, y a lo establecido en el inciso

cuarto, 19., 21., 22., 23., 24. y 25. podrá ocurrir por sí o por cualquiera a su nombre, a la Corte de Apelaciones respectiva, la que adoptará de inmediato las providencias que juzgue necesarias para restablecer el imperio del derecho y asegurar la debida protección del afectado, sin perjuicio de los demás derechos que pueda hacer valer ante la autoridad o los tribunales correspondientes.

Procederá también, el recurso de protección en el caso del No. 8. del artículo 19, cuando el derecho a vivir en un medio ambiente libre de contaminación sea afectado por un acto arbitrario e ilegal imputable a una autoridad o persona determinada.

**Art. 21.** Todo individuo que se hallare arrestado, detenido o preso con infracción de lo dispuesto en la Constitución o en las leyes, podrá ocurrir por sí, o por cualquiera a su nombre, a la magistratura que señale la ley, a fin de que ésta ordene se guarden las formalidades legales y adopte de inmediato las providencias que juzgue necesarias para restablecer el imperio del derecho y asegurar la debida protección del afectado.

Esa magistratura podrá ordenar que el individuo sea traído a su presencia y su decreto será precisamente obedecido por todos los encargados de las cárceles o lugares de detención. Instruida de los antecedentes, decretará su libertad inmediata o hará que se reparen los defectos legales o pondrá al individuo a disposición del juez competente, procediendo en todo breve y sumariamente, y corrigiendo por sí esos defectos o dando cuenta a quien corresponda para que los corrija.

El mismo recurso, y en igual forma, podrá ser deducido en favor de toda persona que ilegalmente sufra cualquiera otra privación, perturbación o amenaza en su derecho a la libertad personal y seguridad individual. La respectiva magistratura dictará en tal caso las medidas indicadas en los incisos anteriores que estime conducentes para restablecer el imperio del derecho y asegurar la debida protección del afectado.

DISPONIVEL EM: <http://www.camara.cl/legis/const/c03.htm>, ACESSO EM: 17/08/2006.

## **CONSTITUCION POLITICA DE LA REPUBLICA DE COLOMBIA.**

**ART. 86.** Toda persona tendrá acción de tutela para reclamar ante los jueces, en todo momento y lugar, mediante un procedimiento preferente y sumario, por sí misma o por quien actúe a su nombre, la protección inmediata de sus derechos constitucionales fundamentales, cuando quiera que éstos resulten vulnerados o amenazados por la acción o la omisión de cualquier autoridad pública.

La protección consistirá en una orden para que aquel respecto de quien se solicita la tutela, actúe o se abstenga de hacerlo. El fallo, que será de inmediato cumplimiento, podrá impugnarse ante el juez competente y, en todo caso, éste lo remitirá a la Corte Constitucional para su eventual revisión.

Esta acción solo procederá cuando el afectado no disponga de otro medio de defensa judicial, salvo que aquella se utilice como mecanismo transitorio para evitar un perjuicio irremediable.

En ningún caso podrán transcurrir más de diez días entre la solicitud de tutela y su resolución.

La ley establecerá los casos en los que la acción de tutela procede contra particulares encargados de la prestación de un servicio público o cuya conducta afecte grave y directamente el interés colectivo, o respecto de quienes el solicitante se halle en estado de subordinación o indefensión.

DISPONIVEL EM: [http://www.presidencia.gov.co/constitu/titulo2\\_4.htm](http://www.presidencia.gov.co/constitu/titulo2_4.htm),  
ACESSO EM: 17/08/2006.

### **CONSTITUCION POLITICA DE LA REPUBLICA DE COSTA RICA DE AÑO 1999.**

**ART. 48.** Toda persona tiene derecho al recurso de hábeas corpus para garantizar su libertad e integridad personales, y al recurso de amparo para mantener o restablecer el goce de los otros derechos consagrados en esta Constitución, así como de los de carácter fundamental establecidos en los instrumentos internacionales sobre derechos humanos, aplicables en la República. Ambos recursos serán de competencia de la Sala indicada en el artículo 10.

(Así reformado por ley No.7128 de 18 de agosto de 1989)

DISPONIVEL EM: <http://www.asamblea.go.cr/proyecto/constitu/const5.htm>,  
ACESSO EM: 17/08/2006.

### **CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS DE 1917 CON REFORMAS HASTA 2004.**

**Artículo 103.-** Los tribunales de la Federación resolverán toda controversia que se suscite:

- I.- Por leyes o actos de la autoridad que violen las garantías individuales;
- II.- Por leyes o actos de la autoridad federal que vulneren o restrinjan la soberanía de los Estados o la esfera de competencia del Distrito Federal, y
- III.- Por leyes o actos de las autoridades de los Estados o del Distrito Federal que invadan la esfera de competencia de la autoridad federal.

**Artículo 107.-** Todas las controversias de que habla el Artículo 103 se sujetarán a los procedimientos y formas del orden jurídico que determine la ley, de acuerdo con las bases siguientes:

- I.- El juicio de amparo se seguirá siempre a instancia de parte agraviada;



**II.-** La sentencia será siempre tal, que sólo se ocupe de individuos particulares, limitándose a ampararlos y protegerlos en el caso especial sobre el que verse la queja, sin hacer una declaración general respecto de la ley o acto que la motivare;

En el juicio de amparo deberá suplirse la deficiencia de la queja de acuerdo con lo que disponga la Ley Reglamentaria de los Artículos 103 y 107 de esta Constitución.

Cuando se reclamen actos que tengan o puedan tener como consecuencia privar de la propiedad o de la posesión y disfrute de sus tierras, aguas, pastos y montes a los ejidos o a los núcleos de población que de hecho o por derecho guarden el estado comunal, o a los ejidatarios o comuneros, deberán recabarse de oficio todas aquellas pruebas que puedan beneficiar a las entidades o individuos mencionados y acordarse las diligencias que se estimen necesarias para precisar sus derechos agrarios, así como la naturaleza y efectos de los actos reclamados.

En los juicios a que se refiere el párrafo anterior no procederán, en perjuicio de los núcleos ejidales o comunales, o de los ejidatarios o comuneros, el sobreseimiento por inactividad procesal ni la caducidad de la instancia, pero uno y otra sí podrán decretarse en su beneficio. Cuando se reclamen actos que afecten los derechos colectivos del núcleo tampoco procederán el desistimiento ni el consentimiento expreso de los propios actos, salvo que el primero sea acordado por la Asamblea General o el segundo emane de ésta.

**III.-** Cuando se reclamen actos de tribunales judiciales, administrativos o del trabajo, el amparo sólo procederá en los casos siguientes:

**a)** Contra sentencias definitivas o laudos y resoluciones que pongan fin al juicio, respecto de las cuales no proceda ningún recurso ordinario por el que puedan ser modificados o reformados, ya sea que la violación se cometa en ellos o que, cometida durante el procedimiento, afecte a las defensas del quejoso, trascendiendo al resultado del fallo; siempre que en materia civil haya sido impugnada la violación en el curso del procedimiento mediante el recurso ordinario establecido por la ley e invocada como agravio en la segunda instancia, si se cometió en la primera. Estos requisitos no serán exigibles en el amparo contra sentencias dictadas en controversias sobre acciones del estado civil o que afecten al orden y a la estabilidad de la familia;

**b)** Contra actos en juicio cuya ejecución sea de imposible reparación, fuera del juicio o después de concluido, una vez agotados los recursos que en su caso procedan, y

**c)** Contra actos que afecten a personas extrañas al juicio.

**IV.-** En materia administrativa el amparo procede, además, contra resoluciones que causen agravio no reparable mediante algún recurso, juicio o medio de defensa legal. No será necesario agotar éstos cuando la ley que los establezca exija, para otorgar la suspensión del acto reclamado, mayores requisitos que

los que la Ley Reglamentaria del Juicio de Amparo requiera como condición para decretar esa suspensión;

**V.-** El amparo contra sentencias definitivas o laudos y resoluciones que pongan fin al juicio, sea que la violación se cometa durante el procedimiento o en la sentencia misma, se promoverá ante el tribunal colegiado de circuito que corresponda, conforme a la distribución de competencias que establezca la Ley Orgánica del Poder Judicial de la Federación, en los casos siguientes:

**a)** En materia penal, contra resoluciones definitivas dictadas por tribunales judiciales, sean éstos federales, del orden común o militares.

**b)** En materia administrativa, cuando se reclamen por particulares sentencias definitivas y resoluciones que ponen fin al juicio dictadas por tribunales administrativos o judiciales, no reparables por algún recurso, juicio o medio ordinario de defensa legal.

**c)** En materia civil, cuando se reclamen sentencias definitivas dictadas en juicios del orden federal o en juicios mercantiles, sea federal o local la autoridad que dicte el fallo, o en juicios del orden común.

En los juicios civiles del orden federal las sentencias podrán ser reclamadas en amparo por cualquiera de las partes, incluso por la Federación, en defensa de sus intereses patrimoniales, y

**d)** En materia laboral, cuando se reclamen laudos dictados por las Juntas Locales o la Federal de Conciliación y Arbitraje o por el Tribunal Federal de Conciliación y Arbitraje de los Trabajadores al Servicio del Estado.

La Suprema Corte de Justicia, de oficio o a petición fundada del correspondiente Tribunal Colegiado de Circuito, o del Procurador General de la República, podrá conocer de los amparos directos que por su interés y trascendencia así lo ameriten.

**VI.-** En los casos a que se refiere la fracción anterior, la ley reglamentaria de los artículos 103 y 107 de esta Constitución señalará el trámite y los términos a que deberán someterse los tribunales colegiados de circuito y, en su caso, la Suprema Corte de Justicia, para dictar sus respectivas resoluciones;

**VII.-** El amparo contra actos en juicio, fuera de juicio o después de concluido, o que afecten a personas extrañas al juicio, contra leyes o contra actos de autoridad administrativa, se interpondrá ante el juez de Distrito bajo cuya jurisdicción se encuentre el lugar en que el acto reclamado se ejecute o trate de ejecutarse, y su tramitación se limitará al informe de la autoridad, a una audiencia para la que se citará en el mismo auto en el que se mande pedir el informe y se recibirán las pruebas que las partes interesadas ofrezcan y oirán los alegatos, pronunciándose en la misma audiencia la sentencia;

**VIII.-** Contra las sentencias que pronuncien en amparo los Jueces de Distrito o los Tribunales Unitarios de Circuito procede revisión. De ella conocerá la Suprema Corte de Justicia:

**a)** Cuando habiéndose impugnado en la demanda de amparo, por estimarlos directamente violatorios de esta Constitución, leyes federales o locales, tratados internacionales, reglamentos expedidos por el Presidente de la República de acuerdo con la fracción I del Artículo 89 de esta Constitución y reglamentos de leyes locales expedidos por los gobernadores de los Estados o por el Jefe del Distrito Federal, subsista en el recurso el problema de constitucionalidad;

**b)** Cuando se trate de los casos comprendidos en las fracciones II y III del artículo 103 de esta Constitución;

La Suprema Corte de Justicia, de oficio o a petición fundada del correspondiente Tribunal Colegiado de Circuito, o del Procurador General de la República, podrá conocer de los amparos en revisión, que por su interés y trascendencia así lo ameriten.

En los casos no previstos en los párrafos anteriores, conocerán de la revisión los tribunales colegiados de circuito y sus sentencias no admitirán recurso alguno;

**IX.-** Las resoluciones que en materia de amparo directo pronuncien los Tribunales Colegiados de Circuito no admiten recurso alguno, a menos de que decidan sobre la inconstitucionalidad de una ley o establezcan la interpretación directa de un precepto de la Constitución cuya resolución, a juicio de la Suprema Corte de Justicia y conforme a acuerdos generales, entrañe la fijación de un criterio de importancia y trascendencia. Sólo en esta hipótesis procederá la revisión ante la Suprema Corte de Justicia, limitándose la materia del recurso exclusivamente a la decisión de las cuestiones propiamente constitucionales;

**X.-** Los actos reclamados podrán ser objeto de suspensión en los casos y mediante las condiciones y garantías que determine la ley, para lo cual se tomará en cuenta la naturaleza de la violación alegada, la dificultad de reparación de los daños y perjuicios que pueda sufrir el agraviado con su ejecución, los que la suspensión origine a terceros perjudicados y el interés público.

Dicha suspensión deberá otorgarse respecto de las sentencias definitivas en materia penal al comunicarse la interposición del amparo, y en materia civil, mediante fianza que dé el quejoso para responder de los daños y perjuicios que tal suspensión ocasionare, la cual quedará sin efecto si la otra parte da contrafianza para asegurar la reposición de las cosas al estado que guardaban si se concediese el amparo, y a pagar los daños y perjuicios consiguientes;

**XI.-** La suspensión se pedirá ante la autoridad responsable cuando se trate de amparos directos promovidos ante los Tribunales Colegiados de Circuito y la Propia autoridad responsable decidirá al respecto. En todo caso, el agraviado deberá presentar la demanda de amparo ante la propia autoridad responsable, acompañando copias de la demanda para las demás partes en el juicio, incluyendo al Ministerio Público y una para el expediente. En los demás casos, conocerán y resolverán sobre la suspensión los Juzgados de Distrito o los Tribunales Unitarios de Circuito;

**XII.-** La violación de las garantías de los artículos 16, en materia penal, 19 y 20 se reclamará ante el superior del tribunal que la cometa, o ante el Juez de Distrito o Tribunal Unitario de Circuito que corresponda, pudiéndose recurrir, en uno y otro caso, las resoluciones que se pronuncien, en los términos prescritos por la fracción VIII.

Si el Juez de Distrito o el Tribunal Unitario de Circuito no residieren en el mismo lugar en que reside la autoridad responsable, la ley determinará el juez o tribunal ante el que se ha de presentar el escrito de amparo, el que podrá suspender provisionalmente el acto reclamado, en los casos y términos que la misma ley establezca;

**XIII.-** Cuando los Tribunales Colegiados de Circuito sustenten tesis contradictorias en los juicios de amparo de su competencia, los Ministros de la Suprema Corte de Justicia, el Procurador General de la República, los mencionados Tribunales o las partes que intervinieron en los juicios en que dichas tesis fueron sustentadas, podrán denunciar la contradicción ante la Suprema Corte de Justicia, a fin de que el Pleno o la Sala respectiva, según corresponda, decidan la tesis que debe prevalecer como jurisprudencia.

Cuando las Salas de la Suprema Corte de Justicia sustenten tesis contradictorias en los juicios de amparo materia de su competencia, cualquiera de esas Salas, el Procurador General de la República o las partes que intervinieron en los juicios en que tales tesis hubieran sido sustentadas, podrán denunciar la contradicción ante la Suprema Corte de Justicia, que funcionando en pleno decidirá cuál tesis debe prevalecer.

La resolución que pronuncien las Salas o el Pleno de la Suprema Corte en los casos a que se refieren los dos párrafos anteriores, sólo tendrá el efecto de fijar la jurisprudencia y no afectará las situaciones jurídicas concretas derivadas de las sentencias dictadas en los juicios en que hubiese ocurrido la contradicción, y

**XIV.-** Salvo lo dispuesto en el párrafo final de la fracción II de este artículo, se decretará el sobreseimiento del amparo o la caducidad de la instancia por inactividad del quejoso o del recurrente, respectivamente, cuando el acto reclamado sea del orden civil o administrativo, en los casos y términos que señale la ley reglamentaria. La caducidad de la instancia dejará firme la sentencia recurrida;

**XV.-** El Procurador General de la República o el Agente del Ministerio Público Federal que al efecto designare, será parte en todos los juicios de amparo; pero podrán abstenerse de intervenir en dichos juicios, cuando el caso de que se trate carezca a su juicio, de interés público;

**XVI.-** Si concedido el amparo la autoridad responsable insistiere en la repetición del acto reclamado o tratare de eludir la sentencia de la autoridad federal, y la Suprema Corte de Justicia estima que es inexcusable el incumplimiento, dicha autoridad será inmediatamente separada de su cargo y consignada al Juez de Distrito que corresponda. Si fuere excusable, previa declaración de incumplimiento o repetición, la Suprema Corte requerirá a la

responsable y le otorgará un plazo prudente para que ejecute la sentencia. Si la autoridad no ejecuta la sentencia en el término concedido, la Suprema Corte de Justicia procederá en los términos primeramente señalados.

Cuando la naturaleza del acto lo permita, la Suprema Corte de Justicia, una vez que hubiera determinado el incumplimiento o repetición del acto reclamado, podrá disponer de oficio el cumplimiento sustituto de las sentencias de amparo, cuando su ejecución afecte gravemente a la sociedad o a terceros en mayor proporción que los beneficios económicos que pudiera obtener el quejoso. Igualmente, el quejoso podrá solicitar ante el órgano que corresponda, el cumplimiento sustituto de la sentencia de amparo, siempre que la naturaleza del acto lo permita.

La inactividad procesal o la falta de promoción de parte interesada, en los procedimientos tendientes al cumplimiento de las sentencias de amparo, producirá su caducidad en los términos de la ley reglamentaria.

**XVII.-** La autoridad responsable será consignada a la autoridad correspondiente, cuando no suspenda el acto reclamado debiendo hacerlo, y cuando admita fianza que resulte ilusoria o insuficiente, siendo en estos dos últimos casos, solidaria la responsabilidad civil de la autoridad con el que ofreciere la fianza y el que la prestare.

**XVIII.-** (Se deroga).

DISPONIVEL

<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Mexico/mexico2004.html>,  
EM: 17/08/2006.

EM:

ACESSO

## **CONSTITUCION POLITICA DE LA REPUBLICA DE PANAMA**

**Artículo 50-** Toda persona contra la cual se expida o se ejecute, por cualquier servidor público, una orden de hacer o no hacer, que viole los derechos y garantías que esta Constitución consagra, tendrá derecho a que la orden sea revocada a petición suya o de cualquiera persona.

El Recurso de Amparo de Garantías Constitucionales a que este Artículo se refiere, se tramitará mediante procedimiento sumario y será de competencia de los tribunales judiciales.

Disponível em: <http://www.asamblea.gob.pa/asamblea/constitucion/index3.htm>,  
acesso em: 17/08/06.

## **CONSTITUCION POLITICA DE LA REPUBLICA DEL PERU**

**Art. 200.** Son garantías constitucionales:

1. La Acción de Hábeas Corpus, que procede ante el hecho u omisión, por parte de cualquier autoridad, funcionario o persona, que vulnera o amenaza la libertad individual o los derechos constitucionales conexos.

2. La Acción de Amparo, que procede contra el hecho u omisión, por parte de cualquier autoridad, funcionario o persona, que vulnera o amenaza los demás derechos reconocidos por la Constitución, con excepción de los señalados en el inciso siguiente. No procede contra normas legales ni contra Resoluciones Judiciales emanadas de procedimiento regular. \*

\* Inciso modificado por Ley N° 26470, publicada el 12 de Junio de 1995.

El ejercicio de las acciones de hábeas corpus y de amparo no se suspende durante la vigencia de los regímenes de excepción a que se refiere el artículo 137 de la Constitución.

(...)

Cuando se interponen acciones de esta naturaleza en relación con derechos restringidos o suspendidos, el órgano jurisdiccional competente examina la razonabilidad y la proporcionalidad del acto restrictivo. No corresponde al juez cuestionar la declaración del estado de emergencia ni de sitio.

## **CONSTITUCION POLITICA DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA.**

**Art. 27.** Toda persona tiene derecho a ser amparada por los tribunales en el goce y ejercicio de los derechos y garantías constitucionales, aun de aquellos inherentes a la persona que no figuren expresamente en esta Constitución o en los instrumentos internacionales sobre derechos humanos.

El procedimiento de la acción de amparo constitucional será oral, público, breve, gratuito y no sujeto a formalidad, y la autoridad judicial competente tendrá potestad para restablecer inmediatamente la situación jurídica infringida o la situación que más se asemeje a ella. Todo tiempo será hábil y el tribunal lo tramitará con preferencia a cualquier otro asunto.

La acción de amparo a la libertad o seguridad podrá ser interpuesta por cualquier persona, y el detenido o detenida será puesto bajo la custodia del tribunal de manera inmediata, sin dilación alguna.

El ejercicio de este derecho no puede ser afectado, en modo alguno, por la declaración del estado de excepción o de la restricción de garantías constitucionales.

DISPONIVEL

<http://www.analitica.com/bitbliblioteca/anc/constitucion1999.asp> , ACESSO EM: 17/08/2006.

## BIBLIOGRAFIA.

1. ARGAÑA, Luis Maria. *“El Amparo: sus antecedentes y la Ley N° 340: su fundamentación parlamentaria, repertorio de jurisprudencia sobre Amparo constitucional”*, Asunción, 1986.
2. AURELLI, Arlette Inês. *Recursos e a ação de Mandado de Segurança*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 89 a 120.
3. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Ato Coator*. Em: Cinquenta Anos de Mandado de Segurança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 31 a 50.
4. \_\_\_\_\_. *O Ato Coator*. Em: Curso de Mandado de Segurança. Coord. Celso Antonio Bandeira de Mello. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986. p. 7 a 37.
5. \_\_\_\_\_. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2003.
6. BARBI, Celso Agrícola. *Do Mandado de segurança*. 2º ed., Rio de Janeiro: Forense, 1966.
7. \_\_\_\_\_. *Mandado de Segurança. Fundamentos Históricos e Constitucionais*. Em: Cinquenta Anos de Mandado de Segurança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 71 a 95.
8. BASTOS, Celso Ribeiro. *Do Mandado de Segurança*. São Paulo: Saraiva, 1978.
9. BAZAN, Francisco. *“La acción de Amparo: Procedimiento”*, Asunción, 1985.
10. BELTRÁN, Enrique Navarro. *El Recurso de Amparo Económico*. disponível em: [www.asistentesjudiciales.iespana.es/doctrina/recurso%20de%20amparo%20economico.htm](http://www.asistentesjudiciales.iespana.es/doctrina/recurso%20de%20amparo%20economico.htm) acesso em: 02/11/05.
11. BOCHENEK, Antonio César. A autoridade coatora e o ato coator no Mandado de Segurança individual. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno,

Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 38 a 88.

12. BUENO, Cássio Scarpinella. *Mandado de segurança: comentários às Leis n. 1.533/51, 4.348/64 e 5.021/66 e outros estudos sobre Mandado de Segurança*. São Paulo: Saraiva, 2002.

13. CAMACHO, Emilio. *Las garantías constitucionales. Una perspectiva procesal constitucional*. Em: *Garantías Constitucionales: Apuntes doctrinarios, legislación aplicable y jurisprudencia nacional*. Asunción: Corte Suprema de Justicia, 2004.

14. CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti. *Mandado de Segurança: pressupostos e Cabimento da impetração preventiva*. Em: *Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois*. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 152 a 187.

15. CAMPOS, Ronaldo Cunha. *Garantias Processuais*. Em: *Mandado de Segurança e de Injunção*. Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 3 a 29.

16. CARDOZO, Jose Eduardo Martins. *A auto-executoriedade dos atos da Administração Pública e o Mandado de Segurança*. Em: *50 anos da Lei de Mandado de Segurança*. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 72 a 78.

17. CASCO PAGANO, Hernan. *Código Procesal Civil comentado y concordado*. Tomo II. 5º ed., art. 439 a 839. Asunción: La Ley Paraguaya, 2003.

18. CHUQUILLANQUE, Edward H. Bravo. *Acción de Amparo en el Derecho Constitucional Peruano*. Lima, Perú. Disponible en: [www.monografias.com/trabajos16/accion-de-amparo/accion-de-amparo.shtml](http://www.monografias.com/trabajos16/accion-de-amparo/accion-de-amparo.shtml) acesso em: 7/ 11/05.

19. CORRÊA, Oscar. *Mandado de Segurança: um julgamento no Supremo*. Em: *Mandados de Segurança e Injunção*. Sálvio Figueiredo Teixeira (coord.). São Paulo: Saraiva, 1990., p. 334 a 360.

20. CRETELLA JUNIOR, Jose. *Comentários às leis do Mandado de Segurança*. 2º ed., São Paulo: Saraiva, 1980.



21. \_\_\_\_ . Os “Writs” na constituição de 1988: Mandado de Segurança, Mandado de Segurança coletivo, Mandado de Injunção, Hábeas Data, Hábeas Corpus, Ação Popular. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

22. CRUZ Jr., Jeziel Rodrigues. *O Amparo Hispano-Americano: uma Análise Histórico-Comparada*. Em: Revista de Processo. Ano 31, n. 133, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, março de 2006., p. 49 a 66.

23. DALLARI, Adilson Abreu. *A Autoridade Coatora*. Em: Curso de Mandado de Segurança. Coord. Celso Antonio Bandeira de Mello. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986. p. 39 a 68.

24. \_\_\_\_ . *Desvio de Poder na Anulação de Ato Administrativo*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P.13 a 27.

25. DEL DEBBIO, Cristiano Rodrigo. *Recursos no procedimento do Mandado de Segurança. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil?*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 42 a 48.

26. DINAMARCO. Pedro da Silva. *A sentença e seus desdobramentos no Mandado de Segurança individual e coletivo*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 684 a 721.

27. DOS SANTOS, Ernane Fidélis. *Mandado de Segurança individual e coletivo*. Em: Mandado de Segurança e de Injunção. Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 125 a 134.

28. FADEL, Sergio Sahione. *Teoria e pratica do Mandado de segurança*. 2º ed., reesc. e atual., Rio de Janeiro: Jose Konfino Editor, 1976.

29. FERRAZ, Sergio. *A liminar em Mandado de Segurança*. Em: Cinquenta Anos de Mandado de Segurança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 9 a 20.

30. \_\_\_\_ . *Mandado de Segurança e acesso à justiça*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord.

Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 755 a 772.

31. \_\_\_\_ . *Mandado de segurança: (individual e coletivo) Aspectos polêmicos*. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1992.

32.FIGUEIREDO, Lucia Valle. *Autoridade Coatora e o Sujeito Passivo*. Em: Cinquenta Anos de Mandado de Segurança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 21 a 29.

33. \_\_\_\_ . *A Autoridade Coatora e o Sujeito Passivo Do Mandado De Segurança*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 199.

34. \_\_\_\_ . *Mandado de Segurança*. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

35. FIGUEIREDO, Marcelo. *Medida Liminar em Mandado de Segurança – supressão do agravo regimental – uma violência ao princípio do devido processo legal – ilegitimidade da jurisprudência assentada*. Revista Trimestral de Direito Público. Vol. 27. São Paulo: Malheiros Editores, .....

36. FIGUEIREDO CRUZ, Luana Pedrosa de. *Legitimidade passiva em Mandado de Segurança contra ato jurisdicional*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 489 a 504.

37. FLAKS, Milton. *Mandado de segurança: Pressupostos da impetração*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

38. FORNACIARI Jr, Clito. *O renascer do Mandado de Segurança contra Ato Jurisdicional*. Em: Novas Reformas do Código de Processo Civil. Revista do Advogado, ano XXVI, nº 85. São Paulo: AASP, maio de 2006, p. 124 a 130.

39.FREITAS, Juarez. *O Controle dos Atos Administrativos: e os princípios fundamentais*. 3 ed., ver. e ampl., São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2004.

40.FREITAS, Ney Jose de. *A processualização do Mandado de Segurança*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e

Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 669 a 683.

41. GARCÍA FALCONÍ, José. *Manual de Práctica Procesal Constitucional "El Juicio Especial por la Acción de Amparo Constitucional"*. Quito: Ediciones Rodín, 1999.

42. HERMOSO, Flor Generoso; FERNANDEZ, Antonio Muñoz; FERNANDEZ, Maria Luisa Casal; GARCIA-LASTRA, Rafael Botella. *Practica del recurso de Amparo constitucional*. Madrid: Edigener, S.L./ Dykinson, S.L., 1994.

43. KAZMIERSKI, Cleide. *Mandado de Segurança: o devir*. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Luiz Guilherme Marinoni, 2003.

44. LEY 16.986, Acción de Amparo. En Boletín Oficial, 1966. Disponível em: [www.portaldeabogados.com.ar/codigos/leyamparo.htm](http://www.portaldeabogados.com.ar/codigos/leyamparo.htm). Acesso em: 08/10/05.

45. LEY ORGÁNICA DE AMPARO: Sobre Derechos y Garantías Constitucionales. CONGRESO DE LA REPUBLICA DE VENEZUELA. Gaceta Oficial N° 34.060 de fecha 27 de septiembre de 1988. disponível em: [www.comunidad.vlex.com/pantln/lamparo.html](http://www.comunidad.vlex.com/pantln/lamparo.html) acesso em: 08/11/05.

46. LOPES, João Batista. *Sujeito Passivo no Mandado de Segurança*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 410 a 421.

47. MACIEL, Adhemar Ferreira. *Observações sobre autoridade coatora no Mandado de Segurança*. Em: Mandados de Segurança e Injunção. Sálvio Figueiredo Teixeira (coord.). São Paulo: Saraiva, 1990., p. 167 a 197.

48. MAGRI, Berenice Soubhie Nogueira. *Sentença denegatória de Mandado de Segurança*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 12 a 19.

49. MARTINS Jr., Wallace Paiva. *O Mandado de Segurança e o Direito Administrativo*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 102 a 110.

50. MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado De Segurança, Ação Popular, Ação Civil Publica, Mandado De Injunção, Hábeas Data*. 12º ed., amp. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

51. \_\_\_\_\_. *Mandado De Segurança, Ação Popular, Ação Civil Publica, Mandado De Injunção, Hábeas Data*. 14º ed., ampl. e atualizada após 1988 por Aroldo Wald., São Paulo: Malheiros, 1992.

52. MENDES, Leonardo Castanho. *A Legitimidade Passiva da Autoridade Coatora no Mandado de Segurança*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 460 a 487.

53. MENDONCA, Juan Carlos. *Inconstitucionalidad, aspectos procesales*. Buenos Aires: Editora El Foro, 1983.

54. MORENO, Faustino Cordón. *El proceso de Amparo constitucional*. 2º ed., Madrid: La Ley, 1992.

55. NUNES, José de Castro. *Do Mandado de Segurança e Outros Meios de Defesa Contra Atos do Poder Público*. 9a ed., Rio de Janeiro, Forense 1988.

56. OLIVEIRA, Eduardo Ribeiro de. *Recursos em Mandado de Segurança*. Em: Mandados de Segurança e Injunção. Sálvio Figueiredo Teixeira (coord.). São Paulo: Saraiva, 1990., p. 277 a 290.

57. OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *Mandado de segurança e controle jurisdicional: Mandado de segurança coletivo – enfoques trabalhistas e jurisprudência*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

58. OSSORIO, Manuel. *Diccionario De Ciencias Jurídicas, Políticas y Sociales*. 26º ed., Buenos Aires: Editorial Heliasta, 1999.

59. PACHECO, José Da Silva. *O Mandado de Segurança e outras ações constitucionais típicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

60. PASSOS, J. J. Calmon. *Mandado De Segurança Coletivo, Mandado De Injunção, Hábeas Data: Constituição E Processo*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

61. PEREIRA, Jose Horácio Cintra Gonçalves. *Mandado de Segurança: breves considerações a respeito do prazo de eficácia da liminar e das informações prestadas pela autoridade coatora*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 79 a 83.

62. \_\_\_\_\_. *Mandado de Segurança: Recursos*. Em: Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 441 a 459.

63. PESSOA, Fabio Guidi Tabosa. *Mandado de segurança contra ato judicial*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 12 a 19.

64. PINTO, Teresa Celina de Arruda Alvim. *Medida Cautelar, Mandada de Segurança e Ato Judicial*. São Paulo: Malheiros Editores, 1992.

65. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Historia e pratica do Hábeas Corpus*. 2 ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1951.

66. PRUDENTE, Antônio Souza. *Hipótese de incidência constitucional do Mandado de Segurança*. Revista Trimestral de Direito Público. Vol. 25. São Paulo: Malheiros Editores, .....

67. RAMIREZ CANDIA, Manuel Del Jesús. *Derecho Constitucional Paraguayo*. Asunción: Ed. Litocolor, 2001.

68. RAMON, Nilson. *Do Mandado de Segurança: apreciações praticas, doutrinarias e jurisprudenciais*. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná, 1980.

69. ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *A liminar no Mandado de Segurança*. Em: Mandados de Segurança e Injunção. Sálvio Figueiredo Teixeira (coord.). São Paulo: Saraiva, 1990., p. 199 a 230.

70. SEABRA FAGUNDES, Miguel. *O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário*. 6 ed., São Paulo: Saraiva, 1984.

71. SIDOU, J. M. Othon. *As Garantias Ativas Dos Direitos Coletivos: Hábeas Corpus, Ação Popular, Mandado De Segurança: Estrutura Constitucional e Diretivas Processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

72. \_\_\_\_ . *Do Mandado de Segurança*. 3º ed. rev. ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1969.

73. \_\_\_\_ . *Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular: as garantias ativas dos direitos coletivos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

74. \_\_\_\_ . *Medida cautelar em Mandado de Segurança: restrições legais* (Discurso de recepção como membro correspondente do Instituto Mexicano de Derecho Procesal). México, DF., 1966.

75. *Sine autor. Amparo, Hábeas data, Hábeas Corpus*. Disponível em: [www.amnesty.org.ar/educacion2004/documentacion/constitucion-instr-05.pdf](http://www.amnesty.org.ar/educacion2004/documentacion/constitucion-instr-05.pdf) acesso em: 08/11/05.

76. *Sine autor. El Recurso De Amparo: Un Arma Poderosa*. disponível em: [www.geocities.com/proyectolemu/011115a.htm](http://www.geocities.com/proyectolemu/011115a.htm) acesso em: 05/11/05.

77. SOSA, Enrique A. *“La Acción de Amparo. Derecho Paraguayo y Comparado”*, Asunción: Editorial La Ley, 1988.

78. \_\_\_\_ . *Perspectivas de la Acción de Amparo*. Em: *Garantías Constitucionales: Apuntes doctrinarios, legislación aplicable y jurisprudencia nacional*. Asunción: Corte Suprema de Justicia, 2004.

79. SPITZCOVSKY, Celso. *O particular no pólo passivo do Mandado de Segurança*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 34 a 41.

80. TALAMINI, Eduardo. *A efetivação da liminar e da sentença no Mandado de Segurança*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 49 a 61.

81. \_\_\_\_ . *As Origens do Mandado de Segurança na Tradição Processual Luso-brasileira*. Em: *Aspectos Polêmicos e Atuais do Mandado de Segurança: 51 anos depois*. Coord. Cássio Scarpinella Bueno, Eduardo Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. P. 287 a 316.

82. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. *Mandado de Segurança: uma visão de conjunto*. Em: Mandado de Segurança e de Injunção. Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 107 a 124.

83. THEODORO Jr., Humberto. *O Mandado de Segurança preventivo e a Lei em tese*. Em: Mandados de Segurança e Injunção. Sálvio Figueiredo Teixeira (coord.). São Paulo: Saraiva, 1990., p. 291 a 298.

84. VELLOSO, Carlos Mário. *Conceito de Direito Liquidado e Certo*. Em: Curso de Mandado de Segurança. Coord. Celso Antonio Bandeira de Mello. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986. p. 69 a 100.

85. \_\_\_\_\_. *Direito Liquidado e Certo. Decadência*. Em: Cinquenta Anos de Mandado de Segurança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor e Instituto dos Advogados Brasileiros, 1986. p. 51 a 69.

86. WALD, Arnoldo. *Do Mandado de Segurança na pratica judiciária*. 3ed, Rio de Janeiro: Forense, 1968.

87. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Mandado de Segurança contra Ato judicial*. Em: 50 anos da Lei de Mandado de Segurança. Revista do Advogado ano XXI, nº 64. São Paulo: AASP, out. de 2001, p. 97 a 101.

88. WATANABE, Kazuo. *Controle Jurisdicional e Mandado de Segurança contra Atos Judiciais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1980.

89. ZAMBRANO, Galo Chiriboga. *La acción de Amparo y de hábeas data: garantías de los derechos constitucionales y su nueva realidad jurídica*. Disponível em: [www.ildis.org.ec/amparo/acc.htm](http://www.ildis.org.ec/amparo/acc.htm) acesso em 08/11/05.